

- BIBLIOTECA -

ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

OFICIAI MARIC

SECÃO I - PARTE II DECRETO N.º 46.237 - DE 18 DE JUNHO DE 1959

ANO VII - N.º 5

CAPITAL FEDERAL

SEXTA-FEIRA, 8 DE JANEIRO DE 1905

CONSELHO NACIONAL & DE PESQUISAS

PORTARIA DE 11 DE NOVEMBRO DE 1964

de Pesquicas, usando da atribuição que lhe confere o art. 8º da Lei número 1.310, de 15 de janeiro de 1951 e tendo em vista a Resolução do e tendo em vista a Resolução do Conselho Deliberativo na 6924 Sessão, de 25 de setembro de 1963 resolve:

Nº 209 - De acôrdo com o artigo 136 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 e art. 3º do Decreto número 50.324, de 3 de maio de 1961, conceder eo Diretor de Pesquisas - Setor Técnico, símbolo 5-C, da Divisão Técnico-Cientifica Ivan Gonçaives de Freitas, duas (2) diárias no valor de Or 13.860,00 (treze mil oitocentos e sessenta cruzciros) cada, por sua viagem a São Paulo — Capital, nos dias 11 e 12 de novembro corrente a serviço dêste Conselho. — Antonio Moreira Couceiro, Presidente.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

PORTARIAS DE 12 DE NOVEM-BRO DE 1984

O Presidente do Conselho Nacional de Pesquisas, usando da atribuição que lhe confere o art. 8º da Lei número 1.310, de 15 de janeiro de 1951, combinado com o item XXXI do ar-combinado com o item XXXI do artigo 59, do Regimento Interno, re-

Nº 210 - De acôrdo com o art. 150. item II e § 2º da Lei nº 1.711-52, autorizar a prestação de serviços extraordinários durante dez (10) dias no corrente mês, pelos servidores a seguir mencionados, a serviço da Garage: Motorista nivel 12, Ayres Pereira da Motta e Rubens Raimundo rege: Motorista nível 12, Ayres Pereira da Motta e Rubens Raimundo dias no corrente mês, pelos seguintes (Curso de Especialização de Pavimena funcionários a serviço do SERSIN: tação Rodoviária a ser levado a creito em Recife, no Estado de Pereda Costa, Homero Soares e Waldir Santos, Auxiliar de Portaria, nível 7, nambuco. — Homero Henrique Rolliveira Júnior, João Gomes, José nível 5, Nicolau Antunes da Costa, da Diretoria.

Costa Carvalho, José Ismerim Costa, Sebastino Lopes e Walter Magnani; Guarda, nível 10, Nery de Chyena Guarda, nível 10, Nery de Chvera Tôrres; Mecànico de Motores à Combustão, nível 8, Diamantino Patto Maia, Hélio de Azevedo e José Raimundo Simão; Auxiliares de Portaria, nível 7, Wilson Domingos da Silva e Copeiro, nível 4, Paulo Rodrigues do Nascimento, mediante o pagamento por hora de trabaliro extraordinário. paganento por nora de traban o ex-traordinário, efetivamente prostado, de acôrdo com a escaka organiz.da, até o limite de um têrço dos seus vencimentos.

Nº 211 — De acôrdo com o artigo 150, item II e § 2º da Lei nº 1.711 de 1952, autorizar a prestação de servi-cos extraordinários, durante dez (19)

mediante o pagamento por hora do trabalho extraordinário efetivamenta prestado, até o limite de um terco dos seus vencimentos. — Antonio dos seus vencimentos. — . Moreira Coucetro, Presidente. Amtonio

Instituto de Pesquisas Redoviárias

PORTARIA DE 27 DE OUTUBEO DE 1964

O Diretor do Instituto de Pesqui-ses Redeviárias no uso das atribui-ções que lhe são conferidas pelo Art. 37. do Decreto nº 43.902 de 16. 6. 1958, e de acôrdo com resolução do Conselho Técnico, em sua 356 sessão, conforme processo 487-63 o constante do processo 815-64 resolve;

Nº 20 — Designar o Engenheiro Antão Luiz de Melo para dirigir o Curso de Especialização de Pavimen-

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA

PORTARIA DE 31 DE JULIEO DE 1984

suns atribuições, recolve:

No 249 — Designar Walther Leite — Gen. Aguinate Handler, Teroureiro Auxiliar, nivel pos, Presidente.

COORDENAÇÃO DOS ORGANISMOS REGIONAIS

18 do Quadro de Pessoal, Parte Per- PORTARIAS DE 6 DE OUTUBRO manente do Conselho Nacional de Estatística, à disposição do Conselho O Presidente do Instituto Brasileiro, Nacional de Geografia, para respon-de Geografia e-Estatística, usando de der pela Tesouraria deste Conselho. Gen. Aguinaldo José Sonna Cam-

O Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, usando de suas atribuições, resolve:

nal de Geografia, conforme

no 113 de 14 de abril de 1964.

No 328 — Nomear, de acôrdo com
o art. 12, item III, da Lei número
1.711, de 28 de outubro de 1952, René
de Mattos Engenheiro, nível 18, do Quadro do Pessoal, Parte Permanen-te, do Conselho Nacional de Geografia, para exercer o cargo isolado, de provimento en comissão, símbolo I-C, de Secretário-Geral do mesmo Nº 327 — Conceder dispensa a Tenenie-Coronel Waldir da Costa Godolphin, do encargo de responder pela
Secretaria-Geral do Conselho NacioJosé Senna Compos, Presidente.

ADMINISTRAÇÃO DO PÔRTO DO RIO DE JANEIRO

PORTARIA DE 2 DE JANEIRO DE 1964

O Superin endente da Administração ao linto do Rio de Janeiro no uno das suos atribuições legais re-

Nº 8.423 -- Desligar por aposentacoric, do Quadro de Pessoal desta autorquia ,a partir de 1º de fevereiro de 1964, de conformidade com a Lei nº 1.162-50, combinada com o artigo 176, item II da Lei nº 1.711 de 23 de outubro de 1952, o funcionário João Anselmo Cesário, Conferente matricula 2.103. -- Mário Catalla Superintendente Superintendente

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO PÚBLICAS E OBRAS

PORTARIA DE 3 DE JANEIRO DE 1964

O Superintendente da Adminitragão do Pórto do Rio de Janeiro, no uso das suas atribuições legais re-

 N^9 8.431 — Desligar por aposentadoria, do Quadro de Pessoal desta autorquia, a partir de 1^9 de fevereiro de 1964, de conformidade com a Lei n.º 1.162-50, combinada com o Nº 8.423 — Dispensar da Função artigo 176 item II da Lei nº 1.711, Gratificada 5-F de Chefe da Seção de 28 de outubro de 1952, tombinada de Viaturas (D Transportes), o funcion o item II do artigo 10 da meso com o item II do art

ma lei (aposentadoria ordinária), o funcionário Cezalpino Leopoldo Lima, Inspetor Fiscal Portuério bivel 18.D, matricula 383 — Mário Cabral, Superintendente

PORTARIAS DE 2 DE JANTIRO DE 1934

O Superintendente da Administração do Pôrto de Janeiro no uso das suas atribuições legais resolve:

torista Portuário nível 17-C.R.H.I. matrícula 5.682, designado através da Portaria nº 8.039, de 15 de julho de 1963, e lotá-lo no Departamento de Tráfego.

Trafego.

Nº 8.434 — Designar para exercer a Função Crabificada 5-14. de Chefe da Seção de Viaturas da Divisão de Transportes, o funcionêro Seula de Souza Silva, Metocleta Portuário nível 17-C C.R.F.I., mairicula 4.926. — Mário Cabral, Superintendente

PORTARIAS DE 28 DE FEVERNUNO DE 1964

O Superintendente da Administra»: ção do Pôrto do Rio de Juneiro, no uso das suas atribuições leguis resolve:

Nº 8.696 — Desligar do Quadra

– As Repartições Públicas_i deverão remeter o expediente destinado à publicação nos jornais, diliciamente, até às 15 horas.

- As reclamações pertinentes à mutéria retribuida, nos casos de erros ou omissões, deverão chere do spriço de publicações ser formuladas por escrito, à MURILO FERREIRA ALVES Seção de Redação, das 9 às 17,30 horas, no máximo até 72 horas apos a saida dos órgãos oficiais.

— Os originais deverão ser dactilografados e autenticados, ressalvadas, por quem de direito, rasuras e emendas.

- Excetuadas as para o exterior, que serão sempre anuais, as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

poderão ser suspensas sem avisn prévio.

Para facilitar aos assinantes p verificação do prazo de vali-registro, o mês e o ano em que jornais, devem os assinantes prodade de suas assinaturas, na findará.

EXPEDIENTE

departamento de imprensa nacional

ALBERTO DE BRITO PERCIRA

Снара са спойо он чепаско FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO OFICIAL

SEÇÃO I — PARTE II

Orgão destinado à publicação dos atos da administração descentralizada Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional BRASÍLIA

ASSINATURAS

REPARTIÇÕES E PARTICULARES

Funcionários

Capital e Interior:

Capital e Interior:

Semestre Cr\$ 600,00 Semestre Cr\$ 450,00 - As assinaturas vencidas Ano Cr\$ 1.200,00 Ano Cr\$ 900,00

Exterior:

- As Repartições Públicas cingir-se-ão às assinaturas anuais renovadas até 29 de fevereiro de cada ano e às iniciadas, em qualquer época, polos órgãos compos-

- A fim de possibilitar a remessa de valôres acompanhalos de esclarecimentos quanto à sua aplicação, solicitamos usem os interessados preferencialmente cheque ou vale postal, emitidos a favor do Tesoureiro do Departamento de Imprensa Nacional.

- Os suplementos às edições dos orgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem no ato da assinatura.

- O funcionário público federal, para fazer jus ao desconto indicado, deverá provar esta condição no ato da assinatura.

- O custo de cada exemplar atrasado dos órgãos oficiais será, na venda avulsa, acresciparte superior do enderêço vão A fim de evitar solução de com antecedência minima de ano, e de Cr\$ 1,00, por ano impressos o número do talão de continuidade no recebimento dos trinta (30) dias.

tir de 1º de março de 1964, de conformidade com a Lei nº 1.162-50, formidade com a Lei nº 1.162-50, formidade com a Lei nº 1.162-50, full, da Lei nº 1.711, de 23 de cutubro de 1952, o servidor Dorvalino Martins dos Santos, Operader de Equipomento de Carga e Descarga nivel 16-B (Sub 4ª Impetoria) matricula nº 3.458.

Nº 8.697 — Desligar do Quadro de Pessoal desta Ausriquia, a port r de 1º de março de 1964 de conformidade com a Lei nº 1.162 50 conbinada com o Artigo 178, item III da Lei nº 1.711, de 28 de outribro de 1952, o servidor Manoel Joaquim Paz de Figueiredo, Operário de Reparo e Construção Portuária nível 17-C (Ceção de Lubrificação) matrícula nú-

Construção Portuária nível 17-C (Se-ção de Lubrificação) matricula nú-mero 5.398. — Desligar do Quadro de Pessoal desta Autarquia, a partir de 1º de março de 1864, de conformi-dade com a Lei nº 1.16250, combi-nada com o Artigo 178, item III, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1.952, o servidor Cassiano Domin-gos Lopes, Técnico Revistador de Vagões nível 18 (Divisão de Trans-Vagões nível 18 (Divisão de Trans-porte), matrícula nº 2.880. — Carlos Theófilo de Souza e Mello, Superintendente.

PCRTARIA DE 13 DE ABRIL DE 1984

O Superintendente da Administra-ção do Pórto do Rio de Janeiro, no uso das suas atribuições legais re-

Nº 8.801 — Exonerar a pedido, do N 8.802 — Exonerar a pecido, do Cargo em Comissão, Símbolo 5-C, de Chefe da Divisão Financeira (DA) o funcionário Gastão Alfredo de Almeida Filho, Técnico de Administração Portuária nível 17.A R.H.I., matrícula 7.245. — Zenith Valle de Aguier, Superintendente Substituto

FORTARIA DE 23 DE ABRIL DE 1964

O Superintendente da i Trinistra-ção do Pôrto do Rio de Jane o, no uso das suas atribuições legais, re-

solve:

N.º 8.823 — Remover a partir de matrícula 840.

16 do corrente, a título precário, da N.º 9.305 — Dispensar da Função Seção de Cadastro e Movimento (D. Gratificada símbolo 4-F, de Subins-

E.), para a Seção de Relações Públicas (Sup.), a funcionária Nícia
Tavares Amaral, Assistente de Administração Portuária nível 14-A,
matrícula 8.883, que se encontrava à
disposição da Presidência da República derde 9 de julho de 1952 conforme Processo nº 18.821-62 SC.
Zenith Valle de Aguiar, Superintendente Substituto.

DE 1934

O Superintendente de Administra

FORTARIAS DE 12 DE OUTUBRO DE 1964

O Superintendente da Administra-ção do Perto do Rio de Janeiro, no uso das suas atribuções legais re-

Nº 9.290 -- Responsabilizar admi-Nº 9.290 — Responsabilizar administrativamente, como incursos no § 1º, do artigo 197, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, os funcionários Antônio Novaes de Araujo, Operador de Carga e Descarga nível 15 A-RHI, matrícula 7.897 e Aurélio Peixoto Menezes, Opeardor de Equipamento de Carga e Descarga nível 15-A-RHI matrícula 7.524, pela importância de Cr\$ 39.405,40 (trinta e nove mil quatrocentos e cinco cruzeiros e quatrocentos trocentos e cinco cruzeiros e qua-renta centavo.), relativa à avaria causada no guindaste nº 153, quando causada no guindaste nº 103, quando operava nos servicos de exportação do vapor "Siehkiewicz", atracação nº 703, devendo a referida impertância ser descontada de seus vencimentos respectivos em 2 (duas) prestações do 00 cais mil episcentos de 00 ca 6 600 cais mil episcentos a de Cr\$ 6.640,00 seis mil seiscentos e quarenta cruzciros) e 1 (uma) de Crs 6.422,70 (se's mil quatrocento; e vinte e dois cruzeiros e setenta centavos).

PORTARIAS DE 14 DE OUTUBRO DE 1964

O Superintendente da Administração do Pôrto do Rio de Janeiro, no uso das suas atribuições legais, re-

uso das suas atriouições legais, rerolve:

Nº 9.304 — Dispensar da Função
Gratificaca símbolo 4-F, de Subinspetor da 1.ª Inspetoria da Divisão
de Polícia Portuária, o funcionário
Raul Pinheiro do Nascimento Inspetor Fiscal Portuário nível 18-D.RHI,

O Superintendente da Administra-cão do Pôrto do Rio de Janeiro, no uso dos suas atribuições legais, resolve:

Nº 9.308 — Fxonerar a pedido, do cargo em comissão, símbolo 5-C, de Chefe da Divisão Financeira (D.A.) para o qual foi nomeado pela Portaria n.º 9.092, de 3 de julho de 1954, o Tesoureiro Auxiliar João Martins Heleno, matrícula n.º 6.103.

Nº 9.309 — Nomear para exercer o cargo em comissão, símbolo 5-C, de Chefe da Divisão Financeira (D.A.), o Agente Revisor Portuário nível 18, RHI, Ruy de Araujo Pereira, matrícula nº 7.822, em virtude da exeneração de João Martins Heleno. — Arno Oscar Markus, Superintendente Superintendente

PORTARIAS DE 19 DE OUTUBRO DE 1964

O Superintendente da Administração do Pôrio do Rio de Janeiro, no uso das suas atribuições legais, re-

Nº 9.318 — Exonerar a pedido. do cargo em comissão, símbolo 5-C, de Chefe da Divisão de Pesseal para o qual foi nonteccio pela Porta-ria n.º 8.923, de 11 de maio de 1984, o Técnico de Administração, José Corrêa da Silva, matrícula número

N.º 9.319 — Nomear, para exercer o cargo em Comissão, símbolo 5 C, de Chefe da Divisão de Pessoal, o Agente Revisor Portuário nível 18, RHI, Milton Calixto dos Santos, matrícula nº 5.81°, em virtude da exoneração de Josá Corrêa da Silva. — Arno Oscar Markus. Superintendenie

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA E DE ADMINIS-TRAÇÃO DO PÔRTO DO PARÁ

PORTARIAS DE 5 DE OUTUBRO DE 1964

O Diretor Geral do Serviço de Navegação da Amazônia e de Admin's-tração do Pôrto do Pará (SNAFP), tendo em vista o que consta de processo nº 8.785-64, de 25 de sesembro de 1934, resolve:

Nº 614 — prorrogar, por quinze (15) dias, o p.azo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Inquerios, Instituída pela Portaria, nº 463, de 28 de julho de 1964, ficando os membros, dispensados do ponto exclusivamente nos dias integramente dedicados a dil'gência e relatorio O Diretor Geral do Serviço de Navegago de Ampañio o de 1994.

O Diretor Geral do Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Pôrto do Pará (SNAFP) tendo em vista o disposto no arago 218 da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, e, ainda, considerando o que consta do Processo nº 8.768-64; de 25 de setembro de 1964, na forma dos artigos 217 e 219 da referida Lei e em conformidade do entendimento firmado na Exposição de Motivos nº 252, de 4 de marco de 1952, publicada no Diário Oficial, Semio 1. de 21 do mesmo más e ano, de 1951 ramento Administrativo do Serviço Podico. o Aum nistrativo do Serviço Paulico, considerar discolvida a Comissão de Inquérito instituída pela Portada nº 402, de 2 de julho de 1524, e desagnar 402, de 2 de julho de 1824, e designar nova Comissão con tituída dos tuncionários Raul Redrigues Pereira Engenheiro nivel 18, Alvaro Gomes Icndaya, Técnico de Administração con
Transporte Marítimo nível 38 a Djalma Aragêo de Menezes, Ofic 4, de
Administração nível 14, para, sob a
presidência do primeiro, prosseguir os
aludidos trabalhos e concluí-los no
prazo de sessenta d'as, ficando os
membros dispensados do ponto excluprazo de sessenta d'as, incando os membros dispensados do ponto exclusivamente nos diss integralmente dedicados a diligência e relatório.

O D'retor Geral do Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Pôrto do Pará (SNAPP), tendo em vista o que consta do pro-

1964, resolve:

Nº 616 — I — prorrogar, por triuta
(30) días, a partir de 24 de agósto
de 1964, o prazo para conclusão dos
trabalhos da Comissão de Inquérito, instituída pela Portaria nº 389, de 26 de junho de 1964, ficando os membros dispensados do ponto exclusiva-mente nos dias integralmente dedicados a diligência e relatório.

11 — determinar sejam ratificados todos os atos praticados nesse inter-rezno de trinta (30) días.

Jabory Nepomuceno de Oliveira. Di-

re.or Geral.

PORTARIA DE 6 DE OUTUBRO DE 1964

O Diretor Geral do Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Pôrto do Pará SNAPP), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Nº 617 - remover, do PAG da Diretoria Geral para a Superintendên-cia de Diques e Oficinas, os servido-res Oscar Pereira da Silva, Oficial de Administração nivel 16 e Laurimar Administração nivel 16 e Laurimar Alves Feltosa, Técnico de Administra-ção em Transporte Maritimo nivel 17. — Jabory Nepomuceno de Olivei-ra, Diretor Geral.

PORTARIA DE 7 DE OUTUBRO DE 1964

O Diretor Geral dos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Pôrto do Pará (SENAPP) no uso das atribuições que iha são conferidas por Lei e tendo em vista o que consta do Processo nº 2.240, da 11 de setembro de 1964, resolve:

Nº 618 - Designar o servidor Carlos Alberto Holanda de Almeida, Conlos Alberto Holands de Almeida, Con-ferente, para substituir, por necessi-dade do serviça, o Técnico de Admi-mistração em Transporte Maritimo nível 18, Raimundo Nonato da Costa, função de Presidente da Comissão de Inquérito, instituída pela Portaria nú-mero 496-64, de 24 de agosto de 1964. Jabory Nepomuceno de Oliveira, Di-retor Geral retor Geral.

PORTARIAS DE 9 DE OUTUBRO DE 1964

O Diretor-Geral do Serviço de Na regação da Amazônia e de Adminis-tração do Pôrto do Pará (SNAPP), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, tendo em vista o que consta do processo nº 4.267/64, de 4.5.64, recolve:

Nº 619 — Designar os servidores abaixo mencionados, para constitui-rem a Comissão incumbida de pro-mover a alienação, mediante Concormover a intenação, mediante Concor-rência Pública e de acôrdo com o Có-digo de Contabilidade Pública da União, de 350 (trezentos e cinquenta) tambores inservíveis e existentes no Almoxarifado nº 2 do MSC da Supe-rintendência Comercial:

Presidente:

Alvaro Gomes Tandaya — Técnico em Administração em Transpo; te Maritimo nivel 18.

Olavo Nylander Brito - Oficial de Administração nivel 16 e Ovires Geraldo da Costa — Oficial de Administração, nível 16.

O Diretor-Geral do Serviço de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (SNAPP), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei e tendo em vista o que consta do Processo 03.103, de 15 de julho de 1964, resolve:

15 de juiho de 1964, resolve:

Nº 620 — Conceder a aposentadoria ao servidor desta Entidade de nome Raimundo de Oliveira, ocupante
do cargo de Foruista Mercinte, a
partir do dia 1-3-64 na forma da
Lei nº 1.162, de 22.7.50 e baseado no

O que consta do Proceiso nº 8.348 64,
resolve:

Nº 623 — Remover a pedido, da Diretoria Geral para a Superintendência de Navegação, a servidora Maria
Volta o processo referenciado a êste Parecer. — Jabory Nepomucene di
Serviço Jurídico, para reexame de PaOliveira, Diretor-Geral

Art 184-I da mesma Lei, com os proventos abaixo discriminados:

Qüinqüênios (3) Etapa
Adicional por tempo de serviço (25%)
Grat. de Função (30%) ...

CRS 61.570,00 6.550.00 15.000.00

17.030.00 14.100.00

114 250.00

MENOS (IAPM - Contrib.)

CR4 $114.250,00 \times 0.03 = 3.427,50$ $114.250,00 \times 0.05 = 5.712,50$

Liqu'do 105.110,00

9.140.00

O Diretor-Geral dos Serviços de Navegação da Amazônia e de Admi-nistração do Porto do Pará (SNAPP), tendo em vista o disposto no artigo 218 da Lei 1.711, de 28.10.52, e, ainda considerando o que consta do Pro-cesso nº 8.971-64, de 2.10.64, na for-ma dos artigos 217 e 219 da referida e em conformidade de entendimento firmado na Exposição de Mo-tivos nº 352, de 4.3.52, publicada no Diári Oficial, Seção I, de 21 do mes-mo mês e ano do Departamento Ad-ministrativo do Serviço Público, re-

Nº 631 -Considerar dissolvida partir de 4-10-64, a Comissão de Inquérito instituída pela Portaria nº 471-64, de 29 de julho de 1964 e designar nova Comissão constituída dos funcionários Moacir Ferreira Puget, Técnico de Administração em Transporte Maritimo, nivel 18, Olavo Nylandir Brito Oficial de Administração, nivel 16 e João Furtado Leitão, Oficial de Administração, nível 14, para, a partir do dia 4-10-64 e sob a presidência do primeiro, prosseguir os aludidos trabalhos e conclui-los no prazo de sessenta dias, ficando os membros dispensados do ponto exclusivapartir de 4-10-64, a Comissão de Inqué bros dispensados do ponto exclusiva-mente nos dias integralmente dedi-cados a diligência e relatório.

O Diretor-Geral do Serviço de Na-

vegação da Amazônia e de Adminis-

vegação da Amasônia e de Administração do Pôrto do Pará (SNAPP), usando das atribuições que lho são conferidas por lei, resolve:

Nº 622 — I — Designar os servidores desta Autarquia Pedro Carlos de Almeida Oliveira, Engenheiro nivel 18, João Batista Seráfico de Assis Carvalho Fiho, Engenheiro nivel 17 antánia Edson Pipio de Mendônes. carvano r ino, engenneiro nivei ir e Antônio Edson Pinto de Mendonça, imediato, para costituirem Comissão de Concorrência Pública destinada a recuperação da alvarenga "COXI-PONE", de propriedade da SNAPP, na Cidade de São Luiz, Capital do Estado do Maranhão, cabendo ao Estad_o do Maranhão, cabendo ao primeir**o a pr**esidência da mesma Comissão.

II — recomendar que a concorrência seja efetuada com a possível prestaza e que se lhe de a mais ampla divulgação para ciênc a dos inte-lessados. — Japory Nepomucero de lessados. — Japory N. Oliveira, Diretor-Geral.

PORTARIA DE 12 DE OUTUBRO DE 1964

O Diretor-Geral do Serviço de Na vegação da Amazônia e de Adminis-tração do Pôrto do Pará (SNAPP), no uso das atribuições que lhe são conferidas por Let, e tendo em vista

cesso nº 8.604, de 21 de setembro de artigo 176 — II, da Lei nº 1.711, de de Administração, nível 14. — Jabory recer, face a tratamentos diferentes 1964. resolve: 28.10.52, incluindo as vantagens do Nepomuceno de Oliveira, Diretor-Ge- emprestados a casos iguais. ral.

PORTARIAS DE 13 DE OUTUBRO DE 1964

O Diretor-Geral dos Serviços de Navegação da Amazônia e de Administração do Porto do Pará (SNAPP) no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, resolve:

Nº 624 — Remover do EAG da Diretoria Geral, para a Seção do Patrimônio (MSG-4) da Divisão do Material (MSC) da Superintendên... cia Comercial (SC), o escriburario nivel 10, José Maria Neri dos Santos.

Nº 625 — Remover, do EAG da Di-

retoria Geral, para a Seção do Pa-trimônio (MSC-4) da Divisão do Ma-terial (MSC) da Superintendência Comercial (SC); a Oficial de Administração, nivel 12, Maria Celeste Souza Maia — Jabory Nepomuceno de Oliveira, Diretor Geral.

PORTARIA DE 14 DE OUTUBRO DE 1964

O Diretor-Geral dos Serviços de Navegação da Amazônia e da Administração do Pôrto do Pará (SNAPP). no uso des atribuições que lhe são conferidas por Lei e tendo em vista o que consta do Processo nº 10 429 de 1963, rerolve: Nº 106 — Nomear, a partir desta

data, o servidor Antônio Carlos Si-mões Pereira, Mensageiro, nível 8, para o cargo em comissão, de Chefe do Setor de Contabilidade (SCDA), da Delegacia da SNAPP no Amezônia e Acre. — Labort Nepomuceno de Oli-reira, D retor-Geral.

PORTARIA DE 15 DE OUTUBRO DE 1964

O Diretor-Geral dos Serviços Navegação da Amazônia e de Admi-nistração do Pôrto do Pará (SNAPP),

no us. das atribuições que lhe são conferidas por Le, resolve; Nº 107 — Nomear, a partir desta data, o Técnico de Administração em Transporte Maritimo, nivel 17, José Figueira de Souzo, para o cargo, em comissão, de Assessor Técn co, da Diretoria Caral. — Jabory Nepomuceno de Oliveira, Diretor-Geral.

JULGAMENTOS

Vistosos presentes autos de inqué-rito admin strauvo, mandado instau-rar pelo Portaria SNAPP-643, de 18 da setembro de 1963; para apurar a responsabilidade pela violação de vo-lumes descaregados em perfeitas con-dições para o armitim nº 11 desta Autarquia, julgo procedente o presente processo para:

a) considerar o servidor Lauro Ra

o) considerar o refer do servidor no artigo 204 da Lei nº 1./11, de 28 de outubro e 1952, por transgressão do 0) iniso IX do atigo 194 da ja referida Lei.

Baixe-se o ato, comuniquesce a firma A. Peres & Cia. Ltda, e encaminhe-se a quem de direito.

Jabory Nepomuceno de Oliveira, Diretor-Geral.

Servico Juridica

PARECER JG-56/64

REPUBLICIA: Processo SNAPP nº 9.613, de 10-9-1983.

Contagem de Tempo de Serviço prestado a Emprêsa Particular encam-pada por Governo Municipal, para

Raimundo Nonato de Aguiar requereu a contagem do tempo de servica prestado por éle à The Pará Eletria Railways & Lighting Company Ltd. para eleito de aposentadoria e disponibilidade na SNAPP confiado em que a encampação dessa empresa privada pelo Governo do Município de Belém legitimava a sua pretensão, com basa no que dispõe o item I do artigo 80, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Diante da informação do Departamento do Pessoal de que o peticiona-rio não estava a serviço da emprêsal privada quando da transformação desta em estabelecimento de serviço público, prestada independentemento le maiores esclarecimentos a respeito do curriculum vitae do requrênte. 6 Serviço Jurídico concluiu, como não deixar de fazê-lo, pela absoluta falta de amparo legal ao pedido então objeto de exame por parte deste orgão técnico.

E o requerimento foi indeferido, em consequência, por essa Diretoria Ge-

Ocorreu, todaria, consoante se esclarce agora, que o postulante esta-va no Serviço Público ao ensejo do evento. Fora ele servidor da Base Ni-val de Belém, no período que medeja entre 9 de setembro de 1949 a 14 de março de 1956. E êsse fate, por si se, lhe dá direito à contagem de tempo de serviço, pretendida.

E que quando o código dos funcio-nários usa da expressão Serviço Público, desacompanhada de um dos soguintes adjetivos Pederal, Estadual Mun'cipal ou Autárquico, essa expressão deve ser interpretada como abran-gente de todos ou de qualquer uma désses casos,

E o dispositivo legal invocado, como base do pedido, está formulado nos seguintes térmos:

"Art. 80. Para efeito de aposen-tadoria e disponibilidade compu-tar-se-á integralmente:

V — O período de trabelho pres-tado a instituição de caráter pri-vado que tiver sido transformada em estabelecimento de Serviço Público. (Lei nº 1.711, de 1952).

Milita a favor do deprecante o fate de e tar o mesmo no serviço público à data do advento do Estatuto dos Funcionários Públicos Civis da União mos responsável pel, pagamento da (Lei nº 1.711, de 1952), visto que fel importância correspondente aos vo- este mesmo diploma legal que lhe lumes violados, deveido o desconto conferiu o direito à contagem do temerespectivo, ser efetrado nos têrmos do po de serviço em aprêço para os fins artigo 125 da Lei 1.711, de 28.10.52; colimados.

Casos semelhantes ao em fóco já têm sido objeto de estudos, pelo De-partamento Administrativo do Serviça Problico, aliás, com solução idêntica à que ora chegamos no presente Parecer (Vide Pareceres do DASP, not processos 1.655-53 — D.O. de 10-4 64 1053, pág. 6.326; 2.027-53 — D.O. de 8-5-53, pág. 8.624; e 10.623-55 D.O. de 11-5-56, pág. 9.585).

Alerece ser reconsiderado, assim, cindeferimento anterior.

fiste 6 o nosso pareser sub censura,

Renovamos a V. Sa., nesta oportu-nidade, os protestos da nossa estima e consideração.

Belém, 2 de outubro de 1954.

Conselho Universitário

RESOLUÇÃO Nº 13-64

£!' a o Estatuto da Universidade do . Brasil.

do Magnífico De ordem do Magnífico Reitor, forma pública que o Conselho Uni-vacciário, em sessão de 10 de se-tembro de 1964, tendo em vista o que consta do processo nº 17.263-64-RUB resolveu aprovar a alberação no art. 6º § 2º, item 5 do Estatuto da Universidade do Brasil que de-verá ter a seguinte redação; D. ordem Reitor.

Ait.	-						•	
		• •	• • •			· ·		
.								
\$ 20								
4								
$\left(\begin{array}{c} 1 - 1 \end{array}\right)$	• •		• • •	• •	••••	• •		•
` 2 — .								
3				• •				•
4				٠.				
5 - 3	Insti	tuto) (le F	ueri	cult	ura	
-Pediatr	ia. I	Mar	tagā	o C	este	ira.		
a caract			- 1-2					

Divisão de Documentação, Estatistica e Publicidade em 15 de cutu-b:o de 1964. — Octávio Guimarães Filho Diretor (D.D.E.P.)

RESOLUÇÃO Nº 18-61

Aliera o Regimento Interno da Fa-culande Nacional de Odontologia

Le crdem do Magnifico Reitor, temo público que o Conselho Uni-mentario, em s.ssão de cinco de novembro de 1964, tendo em vista o novembro de 1964, tendo em vista o que consta do processo nº 22.075-64-UB resolveu aprovar a alteração do martigo 166 do Re, imento Interno da Frieuldade Nacional de Odontologia, que passa a ter a seguinte redação:

Art. 166 — "No decurso de uma quinzena epé; a verificação da vaga de professor catedrático ou de professo a que se refere o parágrafo 1º

recusa a que se refere o parágrafo 1º do artigo 122; ressalvados os casos prescritos nêste Regimento relativos ao provimento do cargo por contrato, ou transferência, a Congregação fixará a data da abertura da inscri-

fixará a data da abertura da inserição para concurro, rão devendo ser inferior a seis (5) ou superior a doze (12) meses o prazo concedido. Parágrafo único. A Secretaria fará publicar no Diá io Oficial, edital constando as centas de abertura e encertamento das inscrições e tôdas as demais condições exigidas."

Divisão da Documentação Estatis-

Divisão de Documentação Estatis-tlea e Publicidade, em 25 de novem-bro de 1964. — Octávio Guimarães Filho Diretor da D.D.E.P.

UNIVERSIDADE DO PARANÁ

PORTARIAS DE 27 DE MAIO L_ 1934

O Reltor da Universidade do Paraná, no uso de sua: atribuições, resolve:

Nº 3.065 -Atendendo resolução Nº 3.065 — Atendendo resolução número 7-63 do Conselho Universitário, nos têrmos do Art. 12, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952 combinado ccm o Art. 71 do Estatuto da Universidade do Parana, com o Art. 57 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, e ainda com o Artiga 4º do Decreta nº 40 121-4 de de julho de 1960, e ainda com o Artigo 4º do Decreto nº 49 121-A, de 17 de julho de 1960, nomear por acesso, no cargo de Professor de Ensino Superior, Código EC-502 18. os Assistantes de Ensino Superior, Código EC-503 17. portadores do título de Docente-Livre obtido em concurso de títulos e provas, do Quadro de Pessoal da Universidade do Paraná, Parte Permanente e Parte Especial, em vagas criadas plo Decreto nº 49 121-A, já mencionado, e classificadas pelo Decreto número \$1.391, de 10 de janeiro de 1982: Escola de Agronomia e Veterinária Aroldo Frenzel. Aroldo Frenzel.

Caralla Universitária MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA

Faculdade de Farmácia Carvillo de Silveile.

Faculdade de Filosofia

Hans Jakobi.

Faculdade de Odoniologia

Fortunato Rigital Alice

Sebastão Vitune de Castro Nº 3.066 -- Atendendo resolução º 7-63 do Conselho universitario, nos têrmes do art. 12, item II, da Lei nº 1.711, da 1.3 de caudoro de 1952, comb.pado com o Art. 75 do Estatuto da Universidade do Parana, com o Art. 57 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, e ainda, de acordo com o Art. 4º do Decreto nº 49.121-A de 17 de julho de 1960 nomear por acesso, no ca go de Assistente de Ensino Superior, (ódigo EC-503.17, de Instrutores de Ensino Superior — Cédigo EC-504.16, portadores do titulo de Docente-Livre obtido em concurso de títulos e provas, do Quadro Ce Pesscal da Universidade do Parana Parte Permanente e Pate Paraná, Parte Permenente e Parte Especial, em vagas criadas pelo Decreto nº 49.121-A, já mencionado, e classificadas pelo Decreto número 11 391 de 10 de janeiro de 1962:

Escola de Agronomia e Veterinaria Decdato Miguel de Paula Souza-

Escola de Engenharia

Nelson Luiz de Souza Pinto Faculdade de Direito Euclides de Queiros Mesquita José Lamartine Correa de Oliveire

Faculdade de Filosofia

Jayme Machedo Cardoso. Faculdade de Pilosofia

Iseu de Santo El'as Affonso da Costa

Amilear Geyheneix Gigante Direau Rodrigues Paulo Franco de Oliveira João Gualberto de Sá Scheffer José Nicolau dos Santos, Vice-Reitor, em exercício.

UNIVERSIDADE DO RIO GRANDE DO SUL

PORTARIA DE 8 DE SETEMBRO DE 1964

O Reitor da Universidade do Rio Grande do Sul, no uso de suas atri-

buições, resolve: Nº 1.538 — Nomear, de acôrdo com o art. 12, item IV, letra "c", da Lei nº 1.711. de 28 de outubro de 1952, Carlos Antônio Gonçalves Wetzel, para exercer, interinamente, o cargo de Instrutor de Ensino Superior, EC-504.19, do Quadro de Pessoal da Universidade do Rio Grande do Sul. aprovado pelo Decreto nº 51.337, de 26 de outubro de 1961, em vaga criada pelo Decreto nº 48.598, de 23 de julho de 1966, lotado na Faculdade de Odontologia de Pelotas, da mesma Universidade.

O funcionário nomeado pelo presente ato, será inscrito "ex officio", no primeiro concurso que se raelizar, sendo exonerado no caso de obter resultado negativo. — Professor Jasé sultado negativo. — Professor Carlos Fonseca Milano, Reitor.

UNIVERSIDADE DE JUIZ DE FORA

PORTARIA DE 23 DE NOVEMBRO DE 1964

O Relior da Universidade de Juiz de Fora, no uso de suas atribuições, resolve:

Nº 122-64 -- Conceder a Gratificacão Adicional por tempo de serviço

(de que trata o art. 146 e seu parágrafo único da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952. regulamentado pelo Decreto nº 31.922, de 15 de dezembro de 1952, modificado pelos de números 33.704, de 31 de agôsto de 1953 e ... 35.690, de 18 de junho de 1954 com-35.690, de 18 de junho de 1934 combinado com o art, 32. parágrafo único da Lei nº 4.345, de 26 de junho de 1964, ao servidor Watesland Geraldo Vieira Mecânico Operador, código A 1.301, nível 8-A, do Quadro de Pessoal da 4Universidade4 de Juiz de Fora, criado pelo Decreto nº 51.412, de 20 de fevereiro de 1962, na base de 1564, (quinze por cento), sôbre seus 15% (quinze por cento) sôbre seus vencimentos, a partir de 29 (vinte e nove) de março de 1964, por haver completado em 28 do mesmo mês e ano, vinte anos de serviço público efetivo e até 31 de dezembro de 1964, nos têrmos da mesma Lei nº 4.345 Moacyr Borges de Mattos, Reitor.

PORTARIAS DE 24 DE NOVEMBRO DE 1964

de Fora, no uso de suas atribuições, solve:

Nº 123 -L Designar o Assistente de Ensino Superior, código EC-503, nível 20, do Quadro de Pessoal da Universidade de Juiz de Fora, Carlos Louzada, vinculado à cadeira e "Metalurgia e Química Aplicadas" da Faculdade de Farmácia e Odontologia da mesma Universidade, para responder pelo expediente da referida cátedra, a pardir desta data e enquanto permanecer vaga, por motivo de aposentadoria de seu titular, Professor Irineu Jose de Paula.

O designado deverá perceber of vencimentos referentes ao cargo de Assistente de Ensino Superior, mais la diferença em relação ao cargo de Professor Catedrático.

A despesa relativa ao ato, correrá à conta da rubrica própria do Or-çamento vigente da Universidade, para o presente exercício.

Nº 124 — Conceder a Gratificação Adicional por tempo de serviço de que trata o art. 146 e seu parágrafo único da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952. regulamentado pelo Decreto nú-mero 31.922, de 15 de dezembro de 1952, modificado pelos de ns. de 31 de agôsto de 1953 e 35.690, de 18 de junho de 1954, combinado com o art. 32, parágrafo único da Lei nú-mero 4.345, de 26 de junho de 1964, ao servidor José Gomes Costa, Mecánico de Máquinas, código A-1.306, nível 8.A. do Quadro de Pessoal da Universidade de Juiz de Fora, criado pelo Decreto nº 51.412, de 20 de feve-reiro de 1962, na basé de 15% (quinze por cento) sôbre seus vencimentos, a partir de 26 (vinte e seis) de outubro de 1964, por haver completado vinte anos de serviço público efetivo em 25 do mesmo mês e ano e até 31 de dezembro de 1964, nos têrmos da mesma Lei nº 4.345. — Moacyr Bor-ges de Mattos, Reitor.

UNIVERSIDADE DE SANTA MARIA

PORTARIA DE 12 DE NOVEMBRO DE 1964

O Reitor da Universidade de Santa Maria, no uso de suas atribuiçõe. resolve.

Nº 984 -- Conceder a Napoleão Sac-chis -- matricula nº 2.200.259 - Escrevente Dacti'ografo ··· AF. 204.7., do Quadro de Pessoal — Parte Especial, desta Universidade, com exercí-cio na Reitoria, a Gratificação Adicional por tempo de serviço, 25% conte e cinco por cento), visto ter contende 25 anos de serviço público, a contar de 1º de setembro de 1964, tendo em vista o que consta do Processo nº 6.193-64.

A despesa correrá à conta do orcamento interno da Reltoria, subcon-signação 1.1.01 — Vencimentos e Vantagens Fixas, item 11 — Gratificação Adicional por Tempo de Servico

PORTARIA DE 13 DE NOVEMBRO DE 1964

O Reitor da Universidade de Santa O Reitor da Universidade de Juiz Maria, no uso de suas atribuições, re-

Nº 996 — Conceder exoneração, a pedido, a partir de 1º de setembro de 1964, de acôrdo com o Art 75, item Is da Lei nº 1.711, de 28.10.52, a Maria Elvira Zimmermann Noble matrícula nº 1.003.101, ocupante do cargo de Escrevente Dactilógrafo — AF.204.7, do Quadro de Pessoni — Parte Permanente, desta Universida-de, com exercício na Faculdade de Medicina, e tendo em vista o que consta do Processo nº 5.85.1-64.

PORTARIA DE 16 DE NOVEMBRO DE 1964

O Reifor da Universidade de Santa Maria, no uso de suas atribuições, resolve: Nº 1.000 —

Conceder a Máximo Ivan Luchesi Knackfuss — matricu'a nº 2.120.525, Instrutor de Ensino Sunv 2.120.525, instrutor de Emisito Su-perior — EC.504.19, da disciplina de Física I, da Faculdade Polítécnica, do Quadro de Pessosi — Parte Especial, desta Universidade, honorários de ... Crs 70.000,00 (setenta mil cruzeiros) mensais, para lecionar a disciplina de Termodinâmica — Motores Térmicos da referida Faculdade, de conformidade com o que consta do Processo nº 5.456, de 27.8.64 — Prof. José Mariano da Rocha Filho, Relitir

UNIVERSIDADE DO ESPIRITO SANTO

PORTARIA DE 23 DE OUTUERO DE 1961

O Reitor da Universidade do Espf. rito Santo, usando de atribulções le-gais e estatutárias, resolve:

Nº 532 — Exonerar, a pedido, o Pe Franz Victor Rúdio do cargo de Offcial de Administração — Código 201.12.A. do Quadro do Pessoal desta Universidade, aprovado pelo Decreto nº 51.465, de 15.5.62, a partir de 23 de outubro do corrente ano. nando Duarte Rabelo - Reiter.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PORTARIA DA PRESIDENCIA

Em 13 de dezembro de 1963

Alves da Silva, do Quadro de Pessoal desta Instituição lotado na Delegacia Em 13 de dezembro de 1963

Nº 5.712 — Exonerar, a pedido, o Escriturário. nível 8-A, interino, João

Regional no Estado de Alagoas, nos têrmos do artigo 75, inciso I, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

RIA E PENSÕES DOS CO-MERCIÁRIOS

ORTARIA DE 10 DE DEZEMBRO DE 1964

O Presidente da Junta Interventora o Presituto de Aposentadoria e Pen-les dos Comerciários, instituída pela ortaria nº MTPS 782, de 4 de setemo de 1964, do Exmo. Sr. Ministro Trabalho e Previdência Social, funo Trabalho e Previdência Social, fun-amentada no Decreto nº 54.067, de de julho de 1964, que dispõe sôbre reformulação do sistema geral da revidência Social combinado com Portaria nº MTPS 805, de 9 de se-mbro de 1964, e tendo em vista o rocesso nº AC 40.572-64, concede a ratificação de nível universitário na rea de 20% (vinta por cento). de ratificação de nível universitário na ase de 20% (vinte por cento), de cordo com as instruções constantes a Ordem de Serviço nº 3.022, de 25 e julho de 1931, ao Assistente Social, vivel 18-B, Lucia Augusto de Araujo estão (AC-23.572), lotado na Deleacia no Estado da Guanabara, resolve:

Nº 57 818 — Determine control de control d

oive:
Nº 57.818 — Determinar que os
feitos do presente ato retrociam de
de janeiro de 1961 a 25 de junho de
964, quando foi extinta a mencioada gratificação, face à lei nº 4.345,
a 26 de junho de 1984 e 26 de junho de 1964.

Esclarece que o pagamento da nesma se condiciona à publicação no nesma se condiciona a publicação lo lário Oficial, tendo em vista o pecreto nº 51.624, de 17 de dezembro e 1962 — Ithamar Vasconceilos Juimardes, Presidente Substituto.

NSTITUTO DE APOSENTADO-RIA E PENSÕES DOS EM PREGADOS EM TRANSPOR-TES E CARGAS

RELAÇÃO CAGB/34 ATOS DO PRESIDENTE

Ajuda de Custo - Plinio Mac'el ios Buntos — Concede ao servidor linto Maciel dos Santos a Ajuda de Justo do art. 127 da Lei nº 1.711-52, Justo do art. 127 da Lei nº 1.411-22, rbitrando-a em 1 (um) més de venimentos à época, no valor de......
17\$ 30.000,00 (trinta m'i cruzeiros)
le acordo com os arts. 128 e 129 da
nesma Lei referente ao Processo
VM 76 P.4.826-62.
Cratificação de função — Manoel

urubeba de Sa — Autoriza eo interurubeba de Sá — Autoriza eo interessado o pagamento da importância correspondente à Chefia da Seção do Material do H. Getúlio Vargas em Pernambuco, no período em que 185-sondeu pela Chefia da mesma, de 29-8 60 a 4-4-61. Ao DAG, a fim de evisão de cálculos, considerando o

Ajuda de Custo concedida: Ennes Tosé Taverna — Tendo em vista que o servidor interessado da DE em S. Paulo, foi designado para exercer a função gratificada, 5-F. de Agente em

período concedido neste ato.

Ajuda de Custo concedida: Ivonette Cavalhe'ro dos Santos — Tendo en vista que funcionária interessada, lotada na AC, foi designada para exercer a funcio gratificada, 6-F, de Chefe da Scoretaria do Gabinete do Defe da Scoretaria do Gabinete do De-legado em S. Paulo, concede à mes-ma o ojuda de curto de que trata o ort. 127 da Lei nº 1.711-52, arbitran-do-a em 1 (um) 1185 de vencimentes, no valor de C.S 50.402.60 (cinqüenta m'i e qui trocentos cauxeires). Ajuda de custo: Laccy Monsie, da Sivi -- Tindo em vivia que a servi-dora fei dispensada da função genti-fienda de Alente em Estrêla e dos g-linda para Agente em Exechim --ROJ.— cenerde à mesma a sinda de

ROT acordo com os arte. 127, 128, 139 c.

VSTITUTO DE APOSENTADO - item III do art. 130 da Lei nº 1.711 de 1952 e o reembolso de Cr\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil cruzeiros) corres-

(vinte e quatro mil cruzeiros) correspondentes a 25% da Ajuda de custo — Art. 134 da mesma Lei. Observadas as formalidades legais.

Ajuda de Custo: José Francisco da Silva — Tendo em vista que o funcionário da DE em Golás foi removido ex officio para a DE em São Paulo, concede ao mesmo a Ajuda de custo no valor de Cr\$ 66.000,00 (sessenta e seis mil cruzeiros) correspondente a dois meses de vencimentos, Lei nº 1.711-52 — Art. 127.

Ajuda de Custo — Kleber Sampaio de Barros — Tendo em vista que o interessado lotado na DE no R. G. Norte, foi dispensado da função gratificada de Agente em Macáu — RGN

Norte, 101 Agente em Macáu — RGN. concede ao mesmo a Ajuda de Custo do art. 127 da Lei nº 1.711-52, arbido art, 127 da Lei nº 1.711-52, arbitrando-a em um mês de vencimentos, à época, no vaior de Cr\$ 8.300,00 (cito mil e trezentos cruzciros), obedecidos as formalidades legais.

Benefícios da Lei nº 1.741-52 — Orlando Pinto de Almeide — Defamino

Beneficios da Lei nº 1.741-52 — Orlando Pinto de Almeida — Determina ao DAG, que proceda através da Divisão do Pessoal e na forma do Decreto nº 990-63, a apostila do Fiscal de Previdência, código 2104, nivel 18-B, Orlando Pinto de Almeida, lotado em Brasíka, como Diretor de Divisão da AC, correspondente ao simbolo 5-C, a partir da publicação no BS, desta Resolução, 21-8-64.

Ajuda de Custo e Diária de Auxilio por ter sido mandado servir em Bra-

por ter sido mandado servir em Bra-silia — RCA-3970 — Sylvestre Mer-gulhão da Cunha — Concede ao ser-formalidades legais.

PORTARIAS DE 24 DE AGOSTO DE 1964

- Nomeia o Oficial de Nº 59.761 Administração, AF-201, nível 14-B. Lu'z da Silva Lavareda, nº 1.385, para exercer, em comissão, o cargo de De-legado Estadual no Pará, cim-

bolo 5-C. Nº 59.762 Nº 59.762 — Exonera a Fiscala de Previdência, P-2.104, nível 18-B, Ruth Rezende Machado Lima, nº 2.391, do cargo em comissão, de Diretor da Divisão de Arrecadação e Fiscalização do Departamento de Arrecadação a Fiscalização e Fiscalização.

Nº 59.763 — Designa o Fiscal de Previdência, P-2.104, nivel 18-B, Mil-ton Gomes, nº 2.676, para responder pelo expediente da Divisão de Arreton Gomes, nº 2.676, para responder pelo expediente da Divisão de Arre-cadação e Fiscalização do DAF, sem prejuizo de suas funções de Fiscal.

ATOS DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE

ADMINISTRAÇÃO GERAL

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Assis, SP. concede ao mesmo a Ajuda
de Custo de que trata o art. 127 da
Lei nº 1.711-52, erbitrando-a em nois
meses de venc mentos, no valor total
de Cr\$ 176.000.00 (cento e scienta e
seis mil cruzerres)

ADMINISTRAÇÃO GERAL

Portoria nº 17 — Designa o Oficial
de Administração AF-201, nível 12-A,
Mário Henrique de Oliveira, nº 13.448
para exercer a função gratificada de
Assistente Técnico, 1-F, do Diretor do
Departamento de Administração Gepara exercer a função gratificada de Assistente Técnico, 1-F. do Diretor do Departamento de Administração Geral

Acréscimos de Vencimentos acordo com o art. 12 da Lei nº Vencimentos de 1958 Max do Rêgo Monteiro, Pro-curador da 1º Categoria, matricula nº 1.369 — AC — na base de 49%. nº 1.369 — AC — r a contar de 19-4-64.

Restabelecimento de salário-família: Lecnor F. Neves da Costa. Atendente, P-1.703, nível 7. — AC — referente a seu filho Aéreio, a contar de maio de 1984.

Restabelecimento de salário-fami-l'a: Renato Marcondes Queiroz, Teonno Agentu em Erechim - soure ro Auxiliar da 1º Categoria, concede à mesma a sinda de matricula nº 224 — AG - referente no valor de Cr\$ 98.010.00 de a sou filho Carlos Alberto a contar de majo de 1964.

ATO DO DIRETOR DO DAY

Pagamento de diferença de extraordinários — NM 169 P.9.553-64 —
Autoriza o pegamento ao funcionário
Jorge Pinheiro da Silva Flores, Escriturário nível 10, matricula nº 2.227
no valor de Cr\$ 8.061,00 (cito m¹l e sessenta e um cruzeiros).

ATO DO INSPETOR GERAL

Ordem de Inspeção e pagamento de diárias — Determina a viagem do Inspetor Jorge. Nunes Noronha em objeto de serviço pelo prazo de 33 (trinta e cinco) dias autorizando o pagamento de Cr\$ 400.000,30 (quatrocentos mil cruzeiros).

INSTITUTO DE APOSENTADO RIA E PENSÕES DOS MA-RITIMOS

PORTARIAS DA PRESIDENCIA

Em 29-10.64

cargo em comissão de Delegado Regionel Estadual de 4.º classe de Fortale-za, simbolo 6-C, vago em virtude da exoneração de Alfredo Coelho Filho.

Em 30.10.64

Nº 584 — Nomeia o Contador nível 18 — David Cavadinha — para exer-cer o cargo de Contador Geral, simbolo 2-C, vago em virtude da exonera-ção do Contador nível 18 — Alvaro Vieira de Vilhena Brandão. leira de Vilhena Brandão. N.º 585 — Nomeia o Contador nivel

18 - Mario Machado de Abrunhosa para exercer o cargo em comissão de Diretor da Divisão de Contaonidade, da Contadoria Geral, símbolo 5-C, vago em virtude da exoneração do Contador nível 18 - David Cavadinli :.

Nº 595 — Nomeia o Escriturário ní-vel 8-A — Ezio de Sant'Anna — parci exercer o cargo em comissão de Asis-tente do Diretor do Departamento de trôle Atuária e Estatistica, símbolo 5-C, va-7 771. go em virtude da dispensa de Maria Selis Lima de Faria. N.º 597 — Nomeia a Oficial de Ad-

ministração nível 12-A — Elza de Oli-veira Alvim — para exercer o cargo em comissão de Chefe do Serviço de Estatística e Anál se, do Departamento de Atuárla e Estatística, s'mbolo 6-C. tante do Processo nº 2.059-64. Estatistica e Anál se, do Departamento de Atuaria e Estatistica, s mbolo 6-C, vago em virtude da exoneração de Ezio de Sant'Anna.

N.º 599 - Nomeia o Estatístico n'vel 19 — Marcos Bellagamba para exer-cer o cargo em comissão de Chefe do Serviço de Pesquisa Operacional do Departamento de Atuária e Estatistica símbolo 5-C, vago em decorrência do Decreto n.º 51.509, de 20 de junho de 1962.

N.º 604 - Nomeia a Escriturária uf vel 8 - Zilda de Melo Araujo - para exercer o cargo de Agente em Rio Branco, símbolo 18-C, vago em virtude da dispensa do Fiscal de Previdência nivel 17 - Osmar Ramos Samosa

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA DOS SERVI-DORES DO ESTADO

RELAÇÃO Nº 167-64 - 15-10-64

ATOS DO PRESIDENTE PORTARIAS DE 5 DE OUTUBRO DE 1964

Nomeia Alvaro Oliva Nº 2.685 Cruz para Chefe da PDS (4C), no DP, de acôrdo com o item III, do art. 12. da Lei nº 1.711-52, tendo em vista o constante do Processo nº 68.744-64.

Nº 2.682 — Dá nova redeção au de mencionada Portaria, item 2, da Portaria nº 713, de 1963: Nº 2.714 — Hemologa "... Revogar a Portaria nº 3.663-52, ABA-120-A-63 que design que designou Noemia de Oliveira Lana de Araujo Goes para subs

Freitas Guerra, por motivo de férias, para substituir o Encarregado da CFP.
na ACE, Maria Gladys de Araújo Lima, face o impedimento de Maria Barreira, tendo em vista o constante do Processo nº 54.982-64.

Nº 2.687 - Homologa a Resolução AMG-277-64 que designou Zeny Cardoso para Encarregado da MIP, na AMG, tendo em vista o constante do Processo nº 60.095-64.

Nº 2.688 — Homologa a Resclução AMG-278-64 que designou Helia Comini Salomão, para substituta de Ziny Cardoso, na MIP, da AMG, tendo em vista o constante do Processo nº 60.095 de 1964.

Nº 2 693 - Dispensa, a pedido, Sérgio da Silva Eiras, a partir de 1-7-62, tendo em vista o constante do Pro-cesso nº 52.218-62.

Nº 2,694 - Designa Antônia Ferreira Medrado para substituir Ancé-N.º 577 — Nomeia o Oficial de Ad- lica Maria Marques de Sá, na HSM, ministração nivel 14-B — Waldemar do HSE, tendo em vista o constanto de Castro Silva — para exercer o do Processo HSE-9.678-64, n's seus impedimentos eventuais.

> Nº 2 696 - Designa Heitor Bantista Santoyan para substituir Jayme Al berto Pereira de Resende, na APF, do IISA, do HSE, tendo em vista o cons-tante do Processo HSE-10.292-64, nu seus impedimentos eventuais.

Nº 2.701 — Dispensa Raul da Fon-scca de Chefe da HGE, no HSE, tendo em vista o constante do Processo HEI nº 7.771-64.

Nº 2.702 — Designa Antônio Ribeiro Ferreira pera Chefe da HGE, do HSE

tendo em vista o constante do Pro-cesso HSE-7.771-64. Nº 2.704 — Dispensa José Ribama Costa de Chefe da Secão de Centrôle e Arrecadação, no HSE, tendo em vista ta e constante do Processo HSE 7.771 de 1984.

Nº 2.705 -Designa Raul da Fonseca para Chefe da Seção de Con-trôle e Arrecadação, no HSE, tenda em vista o constante do Processo HSE-7.771-64.

Nº 2.707 -Homologa a Resolução N.º 597 — Nomeia a Oficial de Ad-ministração nivel 12-A — Elza de Oll-

Nº 2.708 — Designa Aloysio de Sal-les Fonseca para, em substituição les Fonseca para, em substituição, exercer a Chefia do SMC-M (4C), no HSE, no impedimento de Theobaldo Vianna, por motivo de viagem ao exterior, de acordo com o art. 75 das Instruções nº 40-55 e tendo em vista o constante do Preservo META dos constante do Processo HSE-4.970 de 1984. Nº 2.709 — Coloca Maria Cecilia

Palhares dos Santos à disposição do SNI, da Presidensela da Republica por um ano, sem prejuizo de seus vencimentos e vantagens inerentes ao cargo (Redator nivel 16-A), na forma do art. 6º, \$ 2º, da Lei nº 4.341-64 tendo em vista o constante dos Processos ns. 61.376-64 e 8.725-61.

Em 6 de cutubro de 1964

Nº 2.710 — Homologa a Reschução ASE-12-63, que designou Aglaé Hora Travassos para substituir Maria Helena de Carvalho Travassos, como Chefe da SEZ, da ASE, nos agus impedimentos eventuais e tendo em vista caracter da Pracacara no 20 400-400 o constante do Processo nº 90.482-63.

Nº 2.711 — Retifica a Portaria mi-mero 2.444-64, que designou Neuza Monteiro Galvão, Encarregada da CTX, na DCT, na parte referente ao simbolo, que é 16-F, e não como consta-

Nº 2.714 — Hemologa a Resoluciid ABA-120 A-63 que designou Inocétic de Araujo Goes para substituir Carlo para a mesma substituição". da Costa Leal nos seus impedimento Nº 2.684 — Homologa a Resolução eventuais, tendo em vista o constant ACB731-63 que designou Cristóvão de do Processo nº 2.684-64.

RELAÇÃO Nº 168-64 PORTARIAS DO PRESIDENTE

Em 6 de outubro de 1964

Nº 2.716 — Homologa a Resolução AFB nº 72-63, que designou Milton Becundino de Souza para Encarregado da Turma de Empréstimo Simples. na APB, tendo em vista o que consta co processo nº 10.798 64. Nº 2.717 — Homologa a Resolução

Homologa a Resolução Nº 2.717 APB nº 81-63, que designou Maria Luiza de Albuquerque Montenegro. para substituir o Chefe da Seção Administrativa de Assistência na APB Clara Virginia Maia de Albuquerque nos seus impedimentos eventuais e dispensar Maria Coeli Gouvela Cor-reia Lima, da mesma função, tendo

em vista o que consta do processo nomero 10.798 64.

Nº 2.718 — Homologa a Resolução APB nº 73-63, que designou Kelly Paulo Pereira, para Encarregado da Turma de Material e Comunicações de APB e disensou los Pache de na APB e dispensou José Rocha da Silva, da mesma função, tendo em vista o que consta do processo número 10.798-64

Mero 10. 198-64. Nº 2.719 — Homologa a Resolução API nº 29-63, que designou Cicero de Andrade Veloso para Chefe da Seção Administrativa de Assistência na API, tendo em vista e que consta do pro-cesso nº 51.654-63.

Nº 2.720 — Homologa a Resolução API nº 35-63, que designou Conrado Simplicio de Araújo para Chefe da PIZ, na API, e dispenson, a pedido, Ci-cero de Andrade Veloso da mesma função, tendo em vista o que consta do processo nº 51.654-63.

Nº 2.721 — Homologa a Resolución API nº 33 63, que designon Antonia Luzia Marques para Chefe da PIL, na API e dispensou, a pedido, Iglesias Ribeiro da mesma função, tendo em vista o que consta do precesso nú-mero 51.654-63.

Nº 2.722 — Homologa a Resolucão API nº 38-63, que designou Julio Evaristo de Paive Filho para substituir o Chefe da PIL. Antonia Luzia Marques nos seus impedimentos evertuais na API e tornou sem efeito a Resolução API nº 45-62 que designou Mar'a Flor Freire Carneiro para a mesma função, tendo em vista o que con ta do processo nº 51.654-63.

Nº 2.723 — Homologa a Resolu-So PPI nº 39-63, que dispensou, a pedido, Walkiria Almeida dos Santos Oliveira de Chefe da PIC na API, tendo em vista e que consta do processo nú-

mero 51.654-64.

Nº 2.724 — Homologa a Resolução API nº 47 63, que designou José Guy de Araujo Lima, para Chefe da PTC na API, tendo em vista o que e nsta do processo nº 51.654-63.

'Nº 2.725 — Homologa a Resolucio 'API nº 44-63, que designou 'Valkiria Almeida des Santes Oliveira, pera Chefe da PIS e dispensou. a pedido. José Guy de Araujo Lima na API. do mesme funcio tende em vista con la companya de la compa do mesms função, tendo em vista o que consta do processo pe 51 654 63 Nº 2.726 — Homologa a Resolução AAM nº 8-64, que designou Terezinha Oliveira da Costa, para substituir o Chefe da AMZ, Maria Augusta Bererra de Lima nos seus impedimentos even-tuais, tendo em vista o que consta do processo nº. 25.949-61.

– Dispensa Cecilia Cellate Nº 2.734 — Dispensa Cecilia Celliste da Silva, de Plantonista do Servico de Engenharia do HSE, tendo em vista o que consta do processo número 9.978-64.

Nº 2.731 — Dispensa, a pedido, Ablgail Verdini de substituto eventual de Encarregada da MECr, do HSE, tendo m vista o que consta do processo número esta o que consta do processo número esta o que consta do processo número de la constanta do processo número esta o que consta do processo número de la constanta do processo número de la constanta do processo número de la constanta do processo números de la constanta do processo número de la constanta do processo número de la constanta do processo número en la constanta de la constanta do processo número en la constanta de la constanta Nº 2.734 -

em vista o que consta do processo nú-

mero 973-64.
Nº 2.732 — Dispensa Angelica Mar mero 973-54.

Nº 2.732 — Dispensa Angelica Maria Marques de Sá, de Enfermeiro Adjunto do Serviço de Enfermagem do HSE, tendo em vista o que consta do posto no art. 197, de Lei nº 1.711, processo nº HSE 9.862-64.

da Lei nº 1.711-52.

Nº 2.730 — Aposenta Benjamin Conçaives Figueiredo de acôrdo com o inciso II, do art. 184, combinado com o parágrafo único do art. 146, da Lei n 1.711-52.

Nº 2.729 — Coloca Dario Alcebiades Seara Garcia à disposição do Govêrno do Estado de Santa Catarina, sem prejuizo de seus vencimentos e vanta-gens inerentes ao cargo (Médico nivel 17) de conformidade com o parágrafo único do art. 121, da Lei nú-mero 1.711-52, tendo em vista o que consta do processo HSE nº 9.707-64.

SERVICO DE ALIMENTAÇÃO DA PREVIDENCIA SOCIAL

PORTARIAS DE OUTUBRO DE 1964

O Presidente da Junta Intervento-ra no Serviço de Alimentação da Pre-vidência Social, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Nº 448 - Rescindir.

a pedido contrato estabelecido através da Por-aria nº 322, de 8 de novembro de 1983, que autorizou a contratação, sob o regime do Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) de Francisco Pereira de França, para o desempenho da função de Serviços Auxiliares, na Delegacia Regional de 2º Categoria. no Estado de Pernambuco, com o salário correspondente ao mínimo regional, o qual se desvincula do SAPS, pago e satisfeito em todos os seus direites.

Os efeitos do presente ato vigoram a partir de 20 de fevereiro de 1964. Nº 241 — Rescindir, o contrato es-tado ecido através da Portaria nº 190, de 15 de outubro de 1959, que autorizou a contratação sob o regime do Decreto el nº 5.452, de 1º de maio de 1943 (Consolidação das Leis do Trabalho) do Elio de Albuquerque Barbosa, para o desempenho da funão de Auxiliar de Excritório de Resaurante, na Delegacia Regional de 3º Categoria, no Estado do Rio Grande o Norte, com o salário mínimo rerichal mais 40% (quarenta por cen-to), o qual se desvincula do SAPS, paro e satisfeito em todos os seus direitos.

Os efeitos do presente ato vigoram a pertir de 30 de abril de 1982. — René Amiel.

PORTARIAS DE 12 DE OUTUBRO DE 1964

O Presidente da Junta Interventora no Serviço de Alimentação da Previdência Social, no uso de suas atribuiopes legais, resolve:
Nº 1827 — De acôrdo com o dispos-

to no art. 75. item I, da Lei numero 1.711. de 28 de outubro de 1952, exonerar, a pedido — Gelsonir da Rosa nerar, a pedido — Geisdnir da Rosa Corrêa — Auxidar de Engenheiro, ni-vé: 13-B. do Quadro do Pessoal — Parte Suplementar, declarando ex-tinto um cergo da Série de Classes de Auxiliar de Engenheiro, nivel 13.B constante de parte Suplementer do Decreto nº 52.257-A, de 15 de julho de 1963

Nº 1.833 — De acordo com o dis-nosto no art. 197, da Lei nº 1.711. de 28 de outubro de 1952, responsabili-zar. Sebastião Alvenaz Filho — Ad-ministrador de Posto de Subsistência. nivel 14, do Quadro do Pessoal — Parte Suplementar, pela importancia de Cr\$ 1.935.30 (hum mil. novecentos e trinta e cinco cruzeiros e trinta centavos) devendo efetuar a reposi-cão aos cofres da Instituição no pra-zo de 30 (trinta) dias.

Nº 2.733 — Aposenta Victor Aran- bilizar — Guilhardo de Almeida Costes, de acordo com o inciso III, do ta — Escrevente Dactilografo, nível 7, art. 176, § 1º e inciso III do art. 178 do Quadro do Pessoal — Parte Suplementar, pe'a importancia de ... Cr\$ 88.006.40 (oitenta e oito mil e seis cruzeiros e quarenta centavos), devendo efetuar a reposição aos cofres da Instituição, no prazo de 30 dias.

> Nº 1.883 — De acôrdo com o disposto no art. 176, item III, combinado com o art. 178, item III, ambos da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, aposentar por invalidez, a partir de 31 de março de 1964 — Ataliba de Assis Guimarães — Contador, nivel 18.B, do Quadro do Pessoal — Parte Suplementar, contratado pela Portaria nº 591-54, com exérci-cio a partir de 7 de meio de 1954, de-clarando extinto um cargo da Série de Clarses de Contador, nível 18.B. constante de parte suplementar do Decreto nº 52.257-A de 15 de julho

 N° 2.019 — De acordo com o disposto no svt. 176 item III e art. 178, item III, da Lei n° 1.711, de 28 de outubro de 1952, aposentar, por inva-lidez — Altivo José Alves Filho — Ajudante de Restaurante nivel 7, admitido pela ADP nº 441-53, com exercicio a partir de 23 de dezembro de 1953, declarando vago um cargo de Ajudante de Restaurante, nivel 7, do Quadro do Pessoal — Parte Perma-nente. — René Amtel

PO ARIAS DA PRESIDENCIA

Em 12.10.64

N. 1 R37 - Responsabilizar Abelardo Mansilha, Escrevente Dactilógrafo, nivel 7, do Quadro do Pessoal te Suplementar, pela importância de Cr\$ 585.235,40 (quinhentos e oitenta e cinco mil, duzentos e trinta e cinco cruzeiros e quarenta centavos), deven-do efetuar a reposição aos coires da Instituição no prezo de 30 (trinta)

Em 19.10.64

N.º 1.916 — Reintegrar Helena de Souza, no cargo isolado de provimento efetivo, padrão "CC-7", de Tesoureiro-Aux liar do Quarro do Pesseal — Par-te Permanente, criado pelo Decreto n.º 49.161, de 1.º de novembro de 1960.

Em 3.11.64

N.º 2.027 — Demitir Djalma Jorge Dowsley, Servente nivel 5, do Quadro do Pessoal — Parte Suplementar, por abandono de cargo, declarando-se consequentemente extinto, um cargo da Série de Classes de Servente, cons-tante da Parte Suplementar, do De-creto n.º 52 257-A, d e15 de julho de

Em 10.11.64

N.º 2.076 - Demitir Hélio da Silva Caldas, Enquadrado provisòriamente pela Resolução n.º 72. de 6 de dezembro de 1961, como Serviçal nível 5-A. lator. — Farm. José W. Fleury, Rebro de 1961, como Serviçal nível 5-A. lator. — Farm. Cendy C. Guimardes por incontinência pública e escandalosa, e viclo de embriaguês habitual. Caldas, Enquadrado provisòriamente pela Resolução n.º 72, de 6 de dezem-

CONSELHO FEDERAL DE FARMACIA

ACORDÃO N.º 140

Vistos, relatados e discutidos este processos de provisionamento de Ofi-cial de Farmácia (Quadro IV) acorda êste Egrégio Conselho Federal de Farmácia, unanimemente, em ratifica o provisionamento nos termos da Le n.º 3.820, de 11 de novembre de Le a: Conselho Regional de Farmácia de Estado do Ceerá (CRF-2) — Alodi Fialho, Francisco Tome Costa, Pedro Brasil Ferreira Mendes e Raimundo d Araujo Bastos; Conselho Regional de Farmácia dos Estados de Goiás e Mato Grosso e Distrito Federal (CRF-5)

— David Britto Paranagua e Guither
mino Sebastião de Paula; Conseile
Regional de Farmácia do Estado d
São Paulo (CRF-8) — Alberto Votta
Alencar Ribeiro, Américo Martin Serra, Antonio Fernandes Cunha, Antonio Rodrigues, Armando Benedetia Arnaldo Spartaco Italo de Guglielmo Arnaldo Spartaco Italo de Guglielmo Chuji Ito, Fernando Rodrigues Rosa Francisco Garcia, Guido Vieira, José Brunno Filho, José Kfouri, Luiz Pinto da Cunha, Nélson Alves de Mattos Renato Pizarro, Rezieri Rogério Palermo e Rui Bueno Faustino; Conselho Regional de Farmácia, do Estado do Paraná (CRF-9) — Aristides Brito Chagas e Izuyo Suzuki; Conselho Regional de Farmácia, do Estado de Santa Catarina (CRF-11) — Almiro Santa Catarina (CRF-11) — Almiro Santa Charta CRF-11) ta Catarina (CRF-11) — Almiro San-tos Moraes e Jose Anastácio Telxeira nos termos do relatório e do voto de Conselheiro Reiator Farm. Cendy C. Guimarães, com a concordância do Conselheiro Revisor Farm. José W. Fleury, o que tudo fica fazendo parte integrante do presente.

Sala das Sessões, em 15 de dezembro de 1964. — (Farm. Cendy C. Gulmardes, Relator. — Farm. José W. Fleury, Revisor. — Farm. Eduardo Valente Simões, Presidente.

ACÓRDÃO N.º 141

Vistos, relatados e discutidos estes processos de licenciamento de Oficial de Farmácia (Quadro III) acorda est Egrezio Conselho Federal de Farmá-cia, unanimemente em ratificar o licenciamento nos termos da Lei número 3.820, de 11 de novembro de 1860 com as atribuições anotadas em susu respectivas carteiras profissionais, a: Conselho Regional de Farmácia do Estado do Parapá (CRF-9) — Antonio Ribeiro, Carlos José Anunciação, Cló-vis Girola, José Dzieva Filho, Jose Rolim da Costa, Manoel Lopes de vis Girola, José Dzieva Filho, José Rolim da Costa, Mannel Lopes de Souza e Remualdo Kotelak; Conselho Regional de Farmácia do Estado de Santa Catarina (CRF-11) — Luis Cândido Machado, nos têrmos do relatório e do voto do Conselheiro Relator Farm. José W. Flettry, com a concordância do Conselheiro Revisos Farm. Cendy C. Guimarães, o qui tudo fica fazendo parte integrante de presente. presente.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA E DO COMÉRCIO

INSTITUTO DO AÇUCAR E DO ALCOOL

PORTARIA DE SETEMBRO **DE 1964**

O Presidente da Comissão Executi. va do Instituto do Açucar e do Alva do Instituto do Agucar e do Alde Cooperativas Agucareiras de Recool, usando das atribuições que lhe forma Agrária, 1º etapa, bem como confere a letra d do art. 16, do Re- no Programa de Ação Regional guiamento aprovado pelo Decreto nú. Zona Canavietre do Nordeste.

mero 22.981, de 25 de julho de 1963 resolve:

Nº 263 — Designar o Economista — Classe B, nivel 18 — Dr. Omer Mont Alegre, para representar este Insti-tuto junto ao Ministério da Indústrio e Comércio, no Programa Específic

PORTARIAS DE OUTUBRO DE 1964

Nº 264 — Dispensar, a pedido, de cordo com o art. 75, da Lei nº 1.711, le 28 de outubro de 1952, o Procuralor de 2º Categoria — Zenaide Duelere Verçosa, de representante déste
instituto, no Conselho Administrativo
lo Hosiptal Netto Campelo, de que
rea a Portaria nº 1, de 4 de janeiro

le 1958.

Nº 266 — Aposentar o Oficial de Administração — Classe C, nível 16 — Alvaro Duarte, de acôrdo com o art. 176, item II, combinado com o art. 184, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952.

Nº 270 — Exonerar, a pedido, de acordo com o art. 75 de Lei nº 1.711

acordo com o art. 75, da Lei nº 1.711 de 28 de outubro de 1952, o Fiscal de Tributos de Acticar e Alcool Classe B, nivel 16 — Luiz Carlos da Cunha Aveiar, do Quadro Permanen. e deste Instituto, a partir de 17 de ulho de 1952.

julho de 1952.

Nº 275 — Exonerar de acôrdo com o art. 75, item I, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1952, o Técnico em Administração — Classe B, nivel 18 — Saul Regis dos Reia, do Cargo em Comissão — Símbolo 8.0, de Superintendente do S.E.A.A.I.

Nº 278 — Aposentar, o Fiscal de Tributos de Açucar e Alcool — Classe C, nivel 18 — Carlos Fontenelle Martins de acordo com o art. 176.

Martins, de acordo com o art. 176, item II, combinado com o art. 184, item II, da Lei nº 1.711, de 28 de putubro de 1952, e com a alínea d do art. 3º do Decreto nº 1.026, de 18 de maio de 1962, a partir de 4 de agosta de 1984.

Nº 283 — Dispensar, a pedido, de acôrdo com o art. 77, da Lei número 1.711, de 28 de outubro de 1952, o ro 1.711, de 28 de outubro de 1952, o Fiscal de Tributos de Achcar e Alcocol — Classe B. nivel 16 — Geraldo Ayres Balomé Siiva, da função gratificada — Bimbolo 2-F, de Chefe do Serviço de Fiscalização, da Divisão de Arrecadação e Fiscalização.

Nº 284 — Designar, de acôrdo com part. 147, da Lei nº 1.711, de 28 de outubro de 1982. o Fiscal de Tributos de Açúcar e Alcool — Classe C. hivel 18 — Fison Braza. Dara exercer

nível 18 — Elson Braga, para exercer a função gratificada — Símbolo 2-F, a função gratificada — Símbolo 2-F, de Chefe do Serviço de Fiscalização. ia Divisão de Arrecadação e Piscali-zação, vaga em decorrência da dis-pensa de Geraldo Ayres Salomé Silva. — Paulo Frederico do Rêgo Ma-ciel.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 1.857

O Presidente do Instituto Nacional do Pinho, no uso de suas atribuições, e considerando a necesidade de ree considerando a necesidade de re-gulamentar a produção e venda de mudas e sementes nos Parques Flo-restais do INP e viveiros para tal lins instalados, resolve:

1º) A produção de mudas e semen-tes, em cada Parque, ficará sob a su-

ervisão direta do Silvicultor, ou do Administrador na eventualidade da

susência do primeiro;

27) O enviveiramento constituiră atividade obrigatória em cada Parque, devendo os viveiros ter, inicialmente, limensões e aparelhagem adequadas para a produção de 1.200.000 mudas nnuals

3º) A_s mudas consistirão de essên-cias exóticas e notivas, de comprova-do valor econômico, dando-se preferência àquelas de maior procura, co-

mo Pinus Elliottit; 4º) A venda de mudes se fará mediante pagamento na Delegacia Re-gional — Sub-Delegacia pu Agência do INP mais próxima, a qual emitirá no inperiode de comprobator de control de compositor de control de comprobator de control de contro dias, no máximos

der retirar, dentro de 60 dias, as mu. das encomendadas e pagas, só poderá retira las após outro periodo de 60 dias, a fim de evitar siteração na relação cronológica de entrega.

6º) As Guias indicarão os viveiros em que serão entregues as mudas, serão emitidas em três vias pela DR. sub-Delegacia ou Agências, onde ficará a 3º via. A primeira via, ficará de posse do comprador das mudas que com ela retirará do viveiro respectivo, a sua encomenda. passando recibo na própria via, que será devol-vida à DR. Sub-Delegacia ou Agên. cia, pelo Parque ou viveiro. A segunda via será encaminhada pela DR, Sub Delegacia ou Agência ao Parque ou viveiro para atendimento.

7% As mudas serão entregues ex-clusivamente nos Parques, ficando o INP desobrigado de despacho por via aérea, ferroviária ou rodoviária. 8º) A embalagem para transporte

das mudas, é de responsabilidade dos interessados

99) O numerário obtido com s da de mudas deve ser contabilizado de acordo com as instruções da DOC para receita dessa natureza, com uma via a DFR.

10) Os preços para as mudas serão fixados periòdicamente pela Presiden-cia, ouvidos os Delegados Regionais sobre custos locais de mão de obra e outros, a fim de estabelecer um custo médio real.

11) As dosções de mudas ou semen-tes a entidades públicas ou privadas serão feitas exclusivamente pela Pro-

sidência.

12) Os responsáveis pelos viveiros deverão encaminhar, mensalmente, às DR, Sub-DR ou Agências, com cópias à DFR, relação dos estoques de mudas, a fim de que essas dependências da Administração tenham antecipado conhecimento das quantidades de mudas negociáveis, comunicando, também, o estoque de sementes.

13) De acôrdo com a posição geográfica zonas de influência e meios

gráfica, zonas de influência e meios de comunicação, e até que entrem em funcionamento os novos viveiros flo-restais, fica adotada a seguinte or-

restais, fice adotada a seguinte or.
dem para o efeito de fornecimento
de mudas e sementes;
a) Pela DFR, sediada no Rio de
Janeiro, para atendimento aos interessados na Guanabara, Estados do
Rio de Janeiro a Minas Gerais, por
intermédio do Parque Florestal de
Passa Cuiatro;

Passa Quatro:
b) Pelo Parque Florestal de Passa Quatro sos interessados no Espírito Santo e tóda a parte setentrional do

pais;
c) Pelo Parque Florestal de Açungui, Paraná, aos interessades nos
municípios do Norte do Paraná, até o
divisor Pequiri...Ival, servidos pelas estradas Curitiba — Jacarézinho — Maringa — Curitiba — Ponta Grossa Apucarana - Loanda, municípios servidos pela rodovia Curitiba-Ribeira e Curitiba-Rio Negro (RR.2) e municipio do litoral;

d) Pelo Parque Florestal de Irati, Parana aos interessados nos munici-Parana aos interessados nos munici-pios situados ao sul do divisor Pequi-ri-Ivai, até o divisor Iguaçú-Uruguai, municipios situados no médio Tibagi e os que ficam situados ao norte da margem direita do rio Iguaçú até Pôrto Amazonas, e os municipios ser-vidos pelas estradas Irati-Guarapua-va-Fóz de Iguaçú. Irati-União da Viva-Fóz de Iguacú, Iratí-União da Vi-tória Clevalândia — Fóz do Iguacú, Cascavel — Campo Mourão e ferrovia Ponta Grossa a União da Vitória;

e) Pelo Parque Florestal de Três Barras, Santa Catarina, aos interes-cados nos municípios do norte do Es-tado de Santa Catarina até o divisor Italai-Uruquai e à margem das estrae) Pelo Parque Florestal de Tras
Earras, Santa Catarina, aos interes.
Lados nos municípios do norte do Estado de Santa Catarina até o divisor
Italai-Uruqual e à margem das estradas São Francisco do Sul — Porto
União — Joinville — Italai — Ibira

M. Supervisioner os trabalhos téod) Supervisioner os planos de trabalho
c) Prestar essistência técnica aos
interessados no reflorestamento nos
Estados da Guanabara, Estados do
Rio de Janeiro e Minas Gerais (rerestais a serem instalados na sua área
de ação;
d) Supervisioner os trabalhos téod) Prestar assistência técnica aos
mas appendir — Ara succes a laborar as planos de irabalho
restais a serem instalados na sua área
de ação;
d) Prestar assistência técnica aos
mas appendir — Ara succes a laborar as planos de irabalho
restais a serem instalados na sua área
de ação;
d) Prestar assistência técnica aos
mas appendir — Ara succes a laborar as planos de irabalho
restais de Caçador e
restais a serem instalados na sua área
de ação;
d) Prestar assistência técnica aos
mas appendir — Ara succes a laborar as planos de irabalho
restais de Caçador e
restais a serem instalados na sua área
de ação;
d) Prestar assistência tecnica aos
mas appendir — Ara succes a laborar as planos de irabalho
restais de Caçador e
restais a serem instalados na sua área
de ação;
d) Prestar assistência tecnica aos

59) No caso do interessado não po- rangué e Maira - Santa Catarina BR-2;

 Pelos Parques Florestais de Ca-cador e Chapeco — Santa Catarina, aos Interessados nos municípios ao sul do divisor Iguaço Uruguei, abran-gendo o vale do rio de Peixe e municipios situados ao sul do divisor Ita-jai-Uruguai — Vales dos rios Chapecó e Iraní até o Peperiguaçú, municiplos servidos pelas rodovias Caçador. La-jes, Chapecó, Lajes. São Joaquim — Lajes — Santa Cecilia, ferrovia e rodovias do Vale do rio do Peixe;

g) Pelo Parque Florestal de Pas Fundo, Rio Grande do Sul, ace inte-ressados nos municípios no setor a noroeste da linha abetrata de Vacaria a Santa Maria, e ao norte da li-nha férrea Santa Maria-São Borja;

h) Pelos Parques Florestais de Canela e São Francisco de Paula — Rio Grande do Sul — para interessados nos municípios situados no setor sudoeste da linha abstrata de Vacaria. Guapore — Santa Maria e a nordese da rodovia Santa Maria-Cidade do

Rio Grande.

14) Os casos omissos serão resolvidos pe'a Presidência.

15) Ficam revogadas as disposições contidas nos itens 2º — 3º — 4º e 5º da Ordem de Serviço nº 1.763, de 12 de março de 1984.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1984. — Sylvio Pinto da Luz — Presidente,

sidente.

ORDEM DE SERVICO Nº 1.856

O Presidente do Instituto Nacional do Pinho no uso de suas atribuições, Tendo em vista o que estabelece d Ordem de Serviço nº 1.855; desta data, resolve:

1º — que os engenheiros Agrônomos do Quadro do INP, nas respectivas áreas de ação delimitadas geográfi-camente naquela Ordem de Serviço, tenham suas respectivas sedes como :sugue:

Para Guanabara - GB 1 .

no Rio de Janeiro — Engenheiro Agr. Eudoro H. Lins de Earros;
Parana — PR 1 — sede em Curitiba — Engenheiro Agr. Fernão de Lignac Paes Leme;
Parana — PR 2 — sede em Irati — Trocubeiro Agranac — Francis — Eliza

Engenheiro Agrônomo Ernesto Silva Araujo:

Araujo;
Santa Catarina — SC 1 — sede em
Joinville Engenheiro Agr. Claudlo
Lassande de Oliveira;
Rio Grande do Sul — RS 1 — sede
em Canela, Engenheiro Agr. Julio
Cesar Corrèa.

20 — Ficam revogadas as disposi-

cões contidas no art. 1º da Ordem de Serviço 1.763, de 12.3.1964. Rio de Janeiro, 24 de setembro de 1964. — Coronel Sylvio Pinto da Luz, Presidente.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 1.855

O Presidente do Instituto Nacional do Pinho, no uso de suas atribuições, Tendo em vista as sugestões apre-sentadas pela Divisão de Floresta-mento e Reflorestamento no processo nº 7.587-64, resolve:

1º — Delimitar geográficamente as áreas de ação do INP no que se re-fere a assistência técnica e trabalhos de reflorestamento;

- Definir as atribuições dos Em genheiros Agrônomos sediados em ca-da uma delas, como segue: I — Guanabara t

GB. 1 - a) Sede na cidade do Rio

de Janeiro;
b) Prestar serviços de assessoramento técnico à Divisão de Flores-tamento e Reflorestamento;

ino do Parque Florestal de Passa;
Quatro, Minas Gerais;
e) Supervisionar os viveiros florestals que venham a ser instalados
nos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais (Mantiqueira) prestando
a necessária assistência técnica;
f) Manter contato junto a entidades estrangeiras, federais e estaduais,
associações de classe e emprêsas privadas, localizadas na Guanabara de
cunho técnico-científico e de natureza
florestal. florestal.

II - São Paulo

SP. 1—a) Sede em São Paulo
b) Prestar serviços de assessoramento técnico à Delegacia Regiona;
c) Prestar assistência técnica aos
interessados no reflorestamento nos
municípios próximos ao Parque Florestal de Itanguá;
d) Supervisionar os trabalhos técnicos e elaborar os planos de trabalho do Parque Florestal de Itanguá;
e) Manter contato com entidades

e) Manter contato com entiandes públicas e emprésas privadas de cunho técnico-científico e de natureza florestal.

III - Paraná

PR.1 — a) Sede em Curitiba;
b) Prestar serviços de assessoramento técnico à Delegacia Regional;

c) Supervisionar os trabalhos técnicos e elaborar planos de trabalho do Parque Florestal de Agungui;
d) Supervisionar e prestar assistência técnica aos viveiros florestals a serem instalados na sua área de

ação; e) Prestar assistência técnica aos e) Prestar assistência técnica aos interessados no reflorestamento, residentes nos municípios ao norte da linha abstrata que liga Pôrto Camergo a Faxinal, seguindo o diviam Plaquiri-Ivaí e a leste e nordeste da lianha abstrata Faxinas-Ponta Grosse-Rio Negro.

7 Representar o Live de Constitución de Escola Nacional de Flo-Representar o INP no Conselho restar:

9) Manter contato, junto a enti-dades federals, estaduais, sociedades civis e empresas privadas de cunho técnico-científico e de natureza florestal:

PR.2 - a) Sede em Iruti:

b) Supervisionar os trabalhos técnicos e elaborar plano de trabalho de Parque Florestal de Irati;
c) Supervisionar os viveiros florestais a serem instalados em sua

área de ação;

d) Prestar assistência técnica aos interessados nos reflorestemento residentes no sul da linha abstrata Pôrto Camarto-Faxinal e ao audoeste e ceste da linha abstrata Faxinal-Ponto Grossa Rio Negro;

IV - Banta Catarina

SC.1 — a) Sede em Johnville;
b) Prestar serviços de assessoramento técnico à Delegacia Regional; c) Supervisionar os trabalhos téc-

nicos e elaborar os planos de trabelho do Parque Florestal de Três Barras;

d) Supervisionar os viveiros florestals a serem instalados na sua

área de ação;
e) Prestar assistência técnica aos interessados no reflorestamento, resi-

dentes nos municipios a leste do divisor da bacía Urugual, com as do
Rio Negro Itajai e demais rios da
bacia Atlântica.

f) Manter contato junto a entidades federals, estaduais, associação civis e emprêsas privadas, de cunho
técnico científico e de natureza e de
natureza florestal:

natureza florestal;

SC.2 — a) Sede em Chapeco:
b) Supervisionar os trabalhos técnicos e laborar os planos de trabalho dos Parques Florestais de Caçador e

lentes nos municípios a ceste do difisor da tacia Uruguaiscom as bacias o Iguaçú Itajai, Trombudos Araangua e outros.

V - Rio Grande do Sul

RS. 1 = a) Sede em Canera

nento técnico à Delegacia Regional; mento tecnico à Delegacia Regional;
c) Prettar assistência técnica e
planorar os planos de trabalho dos
parques Florestais de Canela e São
Francisco de Paula;
c) Supervisionar os viveltos florettais a serem instalados na sua área
le ação;

e) Prestar assistência técnica aos interessados no reflorestamento resi-tentes nos municípios a nordeste da inha abstrata Vacaria-Guanoré-San-a Maria e a nordeste da rodovia 5 nia Maria — cidade de Rio Gran-

Manter contato junto a entidad federais estaduais sociedader e empreses privades, de cumho tecnicos'sn'ifico e de natureza florestal.

RS.2 - a) Sede em Pass Funđo:

 h) Supervisionar os trabalhos téc-h es e riaborar planos de trabalho d) Parque Florestel de Pasco Fundo; C. Supervisionar os viveiros flores-» a serem instalados em sua área ณึง กรลัดเ

Prestar assistência técnica aos recesar assistência tecnica aos imeres adoc no reflorestamento re-cinntes nos municípios a novoeste da linha abstrata Vacaria-Guanorá San-la Maria e ao norte da linha férrea Emta Moria-São Borja. Pio de Jeneiro, 24 de setembro de 1961 — Coronel Sylvio Pinto da Luz,

ORDEM DE SERVIÇO Nº 1 858

O Presidente do Instituto Nucional do Pnino, no uso de suas atribuições. Tento em vista a necescidade de pro arvar as áreas de regeneração na-lumbre as de plantio, visando a uma futura produção de sementes controada, bem como a obter areas florestais para estudos e perquizas, re-

 As áreas de regeneração natu-tal da Araucaria, em cada Parque Jerão preservadas, procedendo-se inipialmente a um levantamento das ár-rores que venham a oferecer possib!lidades de se tornarem porta-sementes;

Serão reservados, para o mesmo fim. em.cada Parque, talhões que pelas sues condições ofereçam idên-ticas possibilidades, bem assim as es-pécies cultivadas en 12º0, que possam er assinaladas para futura produção

de sementes;
3º) As providências a que se refetem os itens 1º e 2º, são da compe-tência do Agrônomo local, que remeterá à Sede, através a respectiva Delegacia Regional a que estiver subordinero edministrativamente. relatório di alhado para o competente registro des árvores escolhidas, que serão de-

Vidamente marcadas.

Rio de Janeiro, 24 de setembro de
1'1 — Coronel Sylvio Pinto da Luz. Presidente.

ORDEM DE SERVICO Nº 1 868

O Presidente do Instituto Nacional do Pinho, no uso de suas a tilu fors. Tendo em vista o que se contém no Processo nº 7.552 64, resolve:

Designar o Engenheiro Agrônomo Nível 18. Eudoro Haeckel Lins de Barros para desempenhar functes de Assessoramento durante a IX Reu-nião Florestal da FAO a realizar-se em Curitiba de 3 a 12 de novembro vindouro.

1964. entę. ORDEM DE SERVIÇO Nº 1.869

O Presidente do Instituto Nacional do P.nho, no uso de suas atribuições. Tendo em vista o que se contém no Processo nº 7.552-64, resolve:

Designar o Oficial de Administra-ção, Nível 16-C Beneval de Oliveira, para desempenhar funções de Assessoramento durante a IX Reunião Flosoramento durante a 12 Reculiao Fiorestal da FAO, a realizar-se em Curitiba, de 3 a 12 de novembro vindouro.

Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1964. — Sylvio Pinto da Luz, Pres.

dente.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 1.870

O Presidente do Instituto Nacional do Pinho, no uso de suas atribuições, resolve:

Designar o Motorista, Nível 10-B, Aristides de Araujo Evaristo Rosa, para acompanhá-lo na vagem (12 para acompanha-lo na v'agem (12 vai realizar a Curitiba, por ocasião da IX Reunião Florestal da FAO, de

3 a 12 de novembro vindouro. Rio de Janeiro, 29 de outubro de 1964. — Sylvio Pinto da Luz, Presidente.

ORDEM DE SERVICO Nº 1 871

O Presidente do Instituto Nacional do P.nho, no uso de suas atribuições, Tendo em vista o que se contém no rocesso nº 7.552-64, resolve:

Designar o Chefe do Setor de Clas sificução de Cargos, Símbolo 7 F. Suavita Pinto Martino para acompanhar o Senhor Presidente, como Se-cretária, durante os trabalhos da IX Reunião Florestal da FAO, a reali-zar se em Curitiba de 3 a 12 de no-

vembro vindouro. Rio de Janeiro 29 de outubro de 1984 — Sylvio Pinto da Luz, Presidente.

PORTARIA DA PRESIDENCIA Em 27-10-64

Nº 285 - Exonerar, ex officio, acôrdo com o art. 75, da Lei n.º 1.711, de 28 de outubro de 1952, o Técnico Agro-Industr'al Classe singular nivel 17. Cecyl Celso de Castro Medeiros, do cargo em Comissão, padrão 3-C, de Diretor da Divisão do Contrôle e Finanças, a partir de 23 de setembro de

RESOLUÇÃO N.º 1.861, DE 14 DE OUTUBRO DE 1964

A Comissão Executiva do Instituto do Açúçar e do Alcool, no uso de suas atribuições, resolve:

Ait. 1.º Fica aberto ao orçamento izente o crédito especial de Cr\$ 12.000.000.00 (doze milhões de cruzei-ros), pra atender às despesas com a instalação de duas balanças automáticas, nos armazéns de açücar de Re-cife e Maceló, bem como o transporte das mesmas de São Paulo, onde foram adquiridas em concorrência pública, para as mencionadas cidades, correndo as referidas despesas à subconsigna-ção 2 1.2.01 — Máquinas, Motores e Aparelhos — da conta 172 — Créditos Especiais, com distribuição seguinte:

Armazém de açucar em Cinco Pontas, Recife. Armazém de açucar em

4.850.000.00

7,150,000,00 Maceió

Total 12.000.000,00

Art. 2.º A presente Resolução entra-rá em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

RESOLUÇÃO N.º 1,862, DE 14

cruzeiros), destinado a complementar o de Cr\$ 15.935.000,00, aprovado pela Comissão Executiva em sessão de 13 de março de 1964, concedido como auxílio deste Instituto para atender aos gastos com os trabalhos realizados no Estado de Sergipe, no combate à garrinha, inclusive com o polvilhamento por helicóptero, correndo a despesa à subconsignação 1.2.7.08 — Auxilio Especial a critério da Comissão Executiva — da Conta 172 — Créditos Especiais, da Divisão de Assistência à Produção.

Art. 2.º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

RESOLUÇÃO N.º 1.865, DE 15 DE OUTUBRO DE 1964

Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, no uso de suas atribuições, resolve;

Art. 1.º Fica aberto so orcamento vigente o credito suplementar de Crs 1.000.000,00 (um milhão de cruzeiros), destinado à aquisição de 5.000 talões de "Notas de Remessa de Açucar" modelo h-5-B, para fornecimento usinas de açúcar através das Delegadas Regionais, correndo a despesa à subconsignação 2.2.4.02.02 — Material Vendável da conta 173 — Créditos Su-plementares.

Art. 2º A presente Resolução entra-rá em vigor na data de sua aprovação. revogadas as disposições em contrário

RESOLUÇÃO N.º 1.874, DE 5 DE NOVEMBRO DE 1964

Comissão Executiva do Instituto do Açucar e do Alcool, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Não se aplicam aos engenhos de açucar bruto inscritos no I. A. A. com cotas de produção I. A. A. ou inferiores a 100 sacus, disposições do Provimento n.º 1-52, de 17 de setembro de 1952 e suas posteriores alterações, constantes dos pro-vimentos ns. 1-56, 4-56 e I-64. Art. 2.º A Comissão designada para

o exame dos processos de cancelamen-to ex officio de cotas, de que tratam os provimentos mencionados no artigo anterior, encerrará suas atividades dentro do prazo de 10 dias, submetendo a despacho do Sr. Presidente, para fins de arquivamento, os processos de que trata o art. 1.9 esta Resolução encaminhando à divisão Jurídica os demais casos, para seu exame e pare-cer com observância dos provimentos iá referidos.

Art. 3.º Pica prorrogado até 15 de dezembro de 1964 o prazo fixado no art. 1.º da Resolução n.º 1.859, de 5 de setembro de 1964.

Art. 4.º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação revogadas as disposições em contrario.

RESOLUÇÃO N.º 1.875, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1964

Comissão Executiva do Instituto do Açúcar e do Alcool, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1º Fica aberto ao orçamento vi gente o crédito suplementar de Cr\$ 627.303.413,10 (seiscentos e vinte e sete milhões, trezentos e três mil quatrocentos e treze cruzeiros e dez centavos), destinado a atender à elevação dos niveis de vencimentos e outras vantagens do funcionalismo Público da União, com extensão às Autarquias Federais de acôrdo com o disposto na Lei n.º 4.345, de 26.6.64. correndo a despesa à verba de pessoal da administração central do I.A.A., Designar o Engenneiro agronomo. Nível 18. Eudoro Haeckel L'ins de Bartos, para desempenhar funcios de Rescutiva do Instituto nião Florestal da FAO a realizar-de em Curitiba, de 3 a 12 de novembro vindouro.

R'o de Janeiro 29 de outubro de R'o de Janeiro 29 de outubro de 1964.

RESOLUÇÃO N.º 1.862, DE 14

DE OUTUBRO DE 1964

A Comissão Executiva do Instituto da conta 173 — créditos Suplementares; cuja distribuição pelas respectivas autro dos referidos Estados.
Art. 2º É obrigatório entretanto e 1963 autro dos referidos Estados.
Art. 2º É obrigatório entretanto e 1964 autro dos referidos Estados.
Art. 2º É obrigatório entretanto e 1964 autro dos referidos Estados.
Art. 2º É obrigatório expedição da Guia de Livre Trânsito autro dos referidos Estados.
Art. 2º É obrigatório expedição da Guia de Livre Trânsito de 1983 autro dos respectivas autro dos referidos Estados.
Art. 2º É obrigatório expedição da Guia de Livre Trânsito de 1983 autro dos respectivas autro dos respectivas autro dos referidos Estados.
Art. 2º É obrigatório expedição de Expedição da Guia de Livre Trânsito de 1983 autro dos respectivas autro dos respectivas autro dos completos consignações obedecerá aos desubredição de Assistência do T.A.A.

Art. 2º É obrigatório expedição de Expedição de Assistência do T.A.A.

Art. 2º

dução, de Contrôle e Finanças, de Es-tudos e Planejamento, Jurídica e S.E.A.A T

Art. 2.º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário.

RESOLUÇÃO N.º 1.876, DE 12 DE NOVEMBRO DE 1964

A Comissão Executiva do Instituto do Açucar e do Alcool, no uso de suas atribuições, resolve:

Art. 1.º Fica aberto ao orçamento

vigente o crédito suplementar de Crs 5.308.200,00 (cinco milhões trezentos e cito mil e duzentos cruzeiros), para atender o pagamento com o nôvo atender o pagamento com o novo contrato firmado com a IBM do Brasil Indústria, Máquinas e Serviços Limitada correndo a despesa à subcon-signação 1.1.3.99.05 — Aluguéis de Máquinas Hollerith, da conta 173 — Créditos Suplementares — da Divisão

Administrativa.

Art. 2.º A presente Resolução entrará em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário. — Paulo Maciel, Presidente.

INSTITUTO NACIONAL DO MATE

RESOLUCÃO N.º 788

O Presidente do Instituto Nacional do Mate, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei,

Considerando que os Estados do Pe-raná e Santa Catarina formam uma

rana e Santa Catarina formam uma só região produtora de erva-mate;
Considerando que o produtor (pessoa física ou jurídica), proprietária ou arrendatária de erval, e que se ocupe habitualmente da extração da ervamate — Decreto n.º 20.425, não está sujeito ao pagamento ao I. N. M. de taxa de propaganda pela venda da matéria-prima (produto cancheado);

Considerando que todos os indus-triais e exportadores do Estado de Santa Catarina, que participam das exportações do mate, preparam os seus produtos, beneficiado cu concheado, também no Paraná, e utilizam os seus portos:

Considerando que a cobrança de ta-xa de propaganda (relativa ao consu-mo interno) pela Delegacia Regional do I. N. M. em Santa Catarina sobre o mate cancheado (matéria-prima) em trânsito para o Estado do Parana, acarreta apenas ônus ao próprio Ins-tituto e aos industriais e exportadorea

de mate dos dois Estados, proporcio-nando, ainda, desigual tratamento com relação ao Estado do Paraná; Considerando que industriais e ex-portadores do Estado de Santa Cata-rina adquirem livremente no Paraná. sem pagamento de Taxa de quaisquer exigências por parte do I. N. M., a quantidade de mate cancheado de que necessitam;

Considerando as constantes recla-mações dos industriais e exportadores dos dois Estados ervateiros; Considerando, ainda, que não deve existir qualquer entrave ou barreira na livre circulação do mate canchea-do (matéria-prima) entre os Estados do Paraná e Santa Catarina; Resolve baixar a seguinte Reso-

lução:

Art. 1.º Todo mate cancheado (matéria-prima) produzido nos Estados do Paraná e Santa Catarina terá circulação livre entre os mesmos não cabendo nenhum pagamento de taxa ao I. N. M. quando transitar de um para outro dos referidos Estados.

Art. 2º É obrigatório entretanto a expedição da Guia de Livre Trânsito azul, para fins estatísticos constando nas mesmas os dizeres "Matéria-Prima — Isenio de Taxa"

Art. 3.º Fstá Resolução entra em Art. 1.9 Todo mate cancheado (ma-

RESOLUÇÃO N.º 787

O residente do Instituto Nacional do Mate, usando das atribuições que lhe são conferidas por lei, e

Considerando o pedido formulado pe-lo Sindicato da Indústria do Mate no Estado de Santa Catarina;

Considerando as possíveis proporções

da safra de 1964; Considerando que a situação reclama providências no sentido de asse-gurar à indústria e à exportação o suprimento de materia-prima; Resolve:

Art. 1.º Autorizar a colheita de mate no Estado de Santa Catarina no periodo de 1.º de janeiro a 28 de feverei-

ro de 1965. Art. 2.º Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor nesta data. — Curitiba, 10 de dezembro de 1964. — Manoel de Oliveira Franco Sobrinho, Presidente.

Retificação

Na Resolução n.º 784, publicada no Diário Oficial — Seção I — Parte II — pág. 2.899, no início do art 1º, onde se lê:

Art. 1.º Todo o mate em trânsito.

(azul)

Leia-se: Arc. 2.9 A Guia de Livre Trânsito (azul).

INSTITUTO NACIONAL DO PINHO

ATOS DO PRESIDENTE

PORTARIAS DE 30 DE OUTU-BRO DE 1964

O Presidente do Instituto Naciona! do Pinho no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no artigo 14 da Lei nº 3.780, de 12 de julho de 1960, resoive:

No 844 - Declarar ocupantes das referências horizontais abalxo-indica-dos, os funcionários do Quadro Per-manente do Instituto Nacional do Pinho, lotados no Pôsto de Fiscalização de Cotia, Delegacia Regional de São Paulo, a seguir enumerados:

A partir de 1 de julho de 1963

- Referência I -Antônio Brites - Oficial de Administração — Nível 12 A.

João Ferreira — Oficial de Admi-

nistração — Nível 12-A.

A partir de 14 de julho de 1963

Referência I -Joaquim de Souza Vinagre — Of de Admin'stração — Nível 12-A - Oficial

'A partir de 8 de outubro de 1963

— Referência I — Alvaro Alves Pacheco — Oficial de Administração — Nível 12-A.

A partir de 26 de fevereiro de 1964

- Referência I Lázaro Soarcs — Oficial de Admi-nistração — Nível 12-A.

Nº 815 - Declarar ocupantes das referências horizontais abaixo-indicadas, os funcionários do Quadro Per-manente do Instituto Nacional do Pinho lotado na Administração Central, a seguir enumerados:

A partir de 14 de abril de 1964

- neferência I Maria de Lourdes Horta Konder -Escriturária -- Nível 8-A.

A partir de 17 de abril de 1964

大学 1945年 - 1945年 -

- Referência I -Cicero Francisco de Souza - Servente - Nível 5.

> A partir de 8 de maio de 1964

- Referência I -Maria Helena Curvello da Silva -Escriturária — Nível 8-A.

Nº 846 - Declarar ocupantes des referências horizontais abaixo-indicadas, os funcionários do Quadro Per-manente do Instituto Nacional do Pinho, lotados no Entreposto de Ma-deiras "Pedro da Richa Chuelri". Delegac'a Regional de São Peulo, a seguir enumerados:

> A partir de 4 de março de 1964

- Referência I -Antonio da Silva Barros — Auxiliar Rural — Nível 3.

> A partir de 16 de maio de 1964

– Referência I -Joaquim de Brito Nunes — Escrevente Dactilógrafo — Nível 7.
Nº 847 — Declarar ocupantes das

referências horizontais abaixo-indicadas, os funcionários do Quadro Permanente do Instituto Nacional do Pinho, lotados no Pôsto de Embü-Guaçu, Delegacia Regional de São Paulo a seguir enumerados:

A partir de 1 de julho de 1963

Referência I Jefferson Pereira da S.lva — Classificador de Madeiras — Nível 8-B.

> A partir de 7 de julho de 1963

- Referência I -Paulo de Souza Ibiapino - Escrevente Dactilógrafo - Nível 7.

> A partir de 12 de julho de 1963

Referência I -Thales Soares — Oficial de Admi-nistração — Nível 12-A.

A partir de 25 de julho de 1963,

- Referência I -Severino Antonio dos Santos — Escrevente Dactilógrafo — Nível 7.

A part'r de 10 de agôsto de 1963

Referência I -João Grotta - Oficial de Administração — Nível 12-A.

A partir de 16 de agôsto de 1963

- Referência I — Arlindo Venancio de Silva — Clas-sificador de Madeira — Nível 8-A.

> A partir de 18 de setembro de 1963

— Referência I — Oscar da S'lva Vieira — Oficial de Administração — Nível 12-A.

A partir de 23 de setembro de 1963

- Referência I -João de Freitas Porciuncula — Class ficador de Madeira — Nível 8-B.

A partir de 3 de janeiro de 1964

Referência I — João Luiz Moreira — Escrevente Dactilógrafo — Nível 7.

Nº 848 — Declarar ocupantes das referências horizontais abaixo-indicadas, os funcionários do Quadro Permanente do Instituto Nacional

Pinho lotado no Parque Florestal "Getulio Vargas", Município de Capão Bonito, Delegacia, Regional São Paulo, a seguir enumerados:

> A partir de 1 de julho de 1963

– Referência I -Waldomiro Dobrochinski — Oficial de Administração — Nível 12-A. Arnaldo Ferreira - Armazenista Nivel 10-B.

Durcy Furguim - Motorista - Ni-

A partir de 2 de julho de 1963

- Referência I — José Caetano da Silva — Auxiliar Rural — Nível 3.

> A partir de 3 de julho de 1963

Referência I -Pedro Hilário Pinto - Aux l'ar Rural - Nivel 3.

A partir de 4 de julho de 1963

- Referência I 🕳 Olevo Vilela - Carpinteiro - Nivel 8-A.

A partir de 5 de julho de 1963

— Mojerência I — Jorge de Senne — Aux.lier Rural - Nivel 3.

Pedro Rodr'gues Nuncs - Aux'liar Rural - Nivel 3.

> A partir de 7 de julho de 1963

Referência I -Joaquim Modesto - Auxiliar Rural)

Salvador Leme de Costa --- Auxiliar Rural - Nivel 3.

> A partir de 13 de julho de 1963

Referência I -Pedro Balduino de Oliveira — Au-xiliar Rural — Nível 3.

A partir de 15 de julho de 1963

- Referência I -Domingos Soares de Almeida -Auxilier Rural - Nível 3.

> A partir de 16 de juiho de 1963

Referência I — Laurentino Antonio Cruz — Auxi-liar Rural — Nível 3. Pedro Pereira de Almeida — Au-xiliar Rural — Nivel 3.

A partir de 17 de julho de 1963

– Referência I – Adão Paulino do Nascimento -Auxiliar Rural — Nível 3. José Rodrigues de Oliveira — Au-xiliar Rural — Nível 3.

A partir de 18 de julho de 1963

Referência I -Alcides Alves Ribeiro — Auxiliar Rural — Nível 3.

A partir de 19 de judho de 1963

Referência I -Quirino Dias le Almeida - Aux.liar Rural - Nível 3.

> A partir de 23 de julho de 1963 .

- Referência I Antonio Cornélio Teixeira — Au-xiliar Rural — Nivel 3.

Pedro Paulino do Nascimento do Auxiliar . Rural - Nível 8.

A partir de 24 de julho de 1963

- Referência I -Levino Fogaça dos Santos — Au xiliar Rural — Nível 3.

A partir de 28 de julho de 1963

— Referência I — João Claro de Oliveira - Auxilia Rural - Nivel 3.

> A part'r de 31 de julho de 1963

— Referência I -José Gomes - Auxiliar Rural

Eurico Silverio Siquelra — Auxilia Rural — Nível 3.
Sebastião Pedroso dos Santos
Tre prista — Nível 9-B.

A part'r de 2 de agôsto de 1963

- Referência I — Antonio Soares da Cruz - Auxilia Rural - Nivel 3.

> A partir de 3 de aposto de 1963

- Referência T --Walaemar Martins dos Santes -Auxiliar Rural - Nível 3.

A part'r de 5 de acosto de 1993

- Referência I -Joaquim Soares dos Sanios - Auxillar Rural — Nivel 3.
Pedro Mart os Teixeiro — Auxilia/
Rural — Nivel 3.

> A partir de 10 de agôcto de 1963

- Referência I -José Fortunato Nascimento -- Auxiliur Rural -- Nível 3.

A partir de 11 de agóste de 1963

- Referência I -Faustino Rodrigues Aimeida — Au xillar Rural — Nivel 3.

A part'r de 13 de amosto de 1963

— Referência I -Osvaldo Rodrigues Garcia — Auxiliar Rural — Nivel 3.

A partir de 17 de agôsto Ce 1963

- Referência I ---Marcilio Batista dos Samos - Auellier Rurel — Nivel 3.

A partir de 18 de agôsto de 1963

- Referência I -

Pedro D'onísio da Silva - Auxilia: Rural - N.vel 3.

A partir de 19 de agósto de 1963

- Referência I -Angelo Soares dos Santos — Auxilia Rural - Nivel 3.

A partir de 6 de setembro de 1963

- Referência I -Benedito Lucio Fonseca - Auxiliar Rural - Nivel 3.

> A partir de 10 de setembro de 1963

- Referência I -José Luiz de Moraes - Tratorista Nivel 7-A.

> A partir de 7 de outubro de 1963

> > - Referência I -

João Soares dos Santos — Auxiliar Rural - Nivel 3.

A portir de 6 de novembre de 1963

Referência I Balvador Paciência de Lime — Au-ziliar Rural — Nível 3.

> A partir de 13 de dezembro de 1963

- Referência I -Amancio Soares de Morais — Au-Siliar Rural — Nivel 3.

A partir de 30 de dezembro de 1963

- Referência I -Angelo Mendes dos Santos — Ca-pataz Rural — Nível 3.

PORTARIAS INTERNAS

Em 3-11-64

Nº 2.030 — Diepensar o Oficial de Administração, Nivel 14-B, Angelo Fraxino da Função Gratificada; Simbolo 15-F, de Encarregado de Serviço da Delegac a Regional do Paraná.

Nº 2.001 — Dadenar o Facilitativa de Paraná.

Nº 2.091 — Designar o Escriturário Nível 10-B, Violeta Ayer Jorge para exercer a Função Gratificada, Símbo-lo 15-F, de Encarregado de Serviço na Delegacia Regional do Paraná.

Nº 2.092 — Designar o Oficial de Administração Nivel 14-B. Adelque Sundin Vicira, para exercer a Fun-ção Gratificada, Símbolo 15 F, de Encarregado de Serviço na Delegacia Regional do Paraná.

2.093 — Dispensar o Inspetor Auxiliar de Indústria Madeireira Nivel 11. Léo Antonio Batista Ribeiro, da Função Gratificada, Símbolo 15-F. de Encarregado de Serviço na Dele-garia Regional do Parana.

Em 5-11-84

Nº 2.094 — Dispensar o Dactilógra-fo, Nivel 9-B, Mario Luiz de Barros Brito da Função Gratificada Sim-bolo 8-F, de Encarregado da Turma de Material.

Nº 2.095 - Designar o Oficial de Administração Nivel 12-A, João Con-rado Niemeyer de Lavor para exerliemeyer de Lavor para exer-Função Gratificada Símbolo cer a Função Gratificada Símbolo B-F, de Encarregado da Turma de Material.

Em 12-11-64

Nº 2.096 — Designar o Oficial de Administração, Nivel 14, do Ministério da Agricultura Luía Cezar Barata, para exercer o cargo em comissão de Assistente da Presidencia, simbolo 7-C são de Assi bolo 7-C.

Fm 17-11-64

Nº 2,007 — Aposentar o Auxiliar Rural, Nivel 3 Benedito Pereira de Soura, lolado no Parque Fiorestal José Mariano Filho". Passa Quatro, Minas Gerais, de acórdo com o inciso III, do arizo 178 da Lei nº 1.711-52 (E.F.) a partir de 24 de setembro de 1934.

ORDENS DE SERVIÇO

Em 30-10-64

Nº 1.872 — Antecipar o expediente do Técnico de Contabilidade Nível 15-B Eliza Dora Silva Tocantins e Escriturário, Nível 8-A, Maria Amélia Seciliano Carvalho, por 30 (trinta) dias e partir de 5 de oubibro de seordo com o item I, do artigo 150, da Lei nº 1.711, de 28.10.52.

Fm 10-11-64

Nº 1.873 - Designar o Unefe da Divisão de Orçamento e Contabilidade agregado ao símbolo 5-C, Walde-mar dos Santos, para, na qualidade de representante do INP, comparecer à reunião que terá lugar na Divisão de Orçamento do Departamento Ad-iministrativo do Serviço Público ministrativo do Serviço Público (DASP), em Brasilia, no dia 12 do corrente.

Em 11-11-84

Nº 1.874 — Antecipar o expediente

11.61

Amélia Seciliano Carvalho, por 15 (quinze) dias, a partir do dia 9 de novembro corrente de acôrdo com o item I, do artigo 150, da Lei nº 1.711, de 28-10-52.

Em 16-11-64

Nº 1.875 — Designar o Encarregado de Serviço símbolo 18-F Weldemar Gomes de Lemos para, na Delegacia Regional do Rio Grande do Sut, inspecionar os serviços mecanizados implantados pela Divisão de Orçamento e Contabilidade (DOC), podendo in-dicar ao Delegado Regional as provi-

dências de ordem técnica capazes de i sanar es deficiências porventura existentes nesse setor,

Nº 1.876 — Designar o Chefe do Setor de Classificação de Cargos, substituto, símbolo 7-F, José Pinto Costa, para, na qualidade de Coordenador do Grupo de Trabalho, ultimar, junto à Comissão de Classificação de Cargos, do Departamento Administrativo do Serviço Público (TASE) em Brasília providências no (DASP) em Brasilia, providências re-lacionadas com os processos de en-quadramento e readaptação de servi-dores do INP.

TÊRMOS DE CONTRATO

MINISTÉRIO DA VIACAO E OBRAS **PÚBLICAS**

DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS DE SANEAMENTO

Termo de Contrato nº 208, cida a minuta-padrão aprovada pe ciad a minuta-padrão aprovadu pe la Resolução nº 44-3164 do Con-selho Deliberativo do DNOS, para prosseguimento dos serviços de dragagem de canais no Vale do Paraiba do Sul, Estado de São São Paulo, 12º Distrito Federal de Obras de Saneamento.

Aos 9 dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e quatro, às quinze horas, na sede do Departamento Nacional de Obras de Sanea mento (DNOS), à Avenida Presidente Vargas n.º 62, 12º andar. neste Estado, na sala da Prouradoria Estado, na sala da Procuradoria Geral, compareceram o Sr. Dilson Melgaço Filgueiras, Diretor da Divisão de Administração, como representante do DNOS, neste ato, ex vi do disposto no artigo 80, § 2º incleo III, do Decreto n.º 1.487, de 7 de novembro de 1962, e o Sr. Hugo Jorge de Araujo Coutinho, como representante legal da firma Construtora H. Coutinho Ltda., estabelecida na Cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, à Avenida Erasmo Braga nº 277, para o fim de estatorarea. fim de assinarem o presente con-trato para prosseguimento des ser-viços de dragagem de canais no va le do Paraíba do Sul, Estado de São Paulo, 12.º Distrito Federal de Obras de Sancamento, decorrente da pro-posta vencedora na concorrência pú posta vencedora na concorrencia publica a que se refere o incluso edital publicado no Diário Oficial de 25 de setembro de 1964, páginas números 2.374 e 2.375, aprovada pelo Diretor Geral do DNOS no processo nº 7.614-64, mediante as clausulas que se seguem:

Primeira (Designação) — O DNOS será designado por Departamento e a firma contratante por Emprei-

Segunda (Normas, Instruções e Es pecificações) — O Empreiteiro de-clara conhecer as "Normas Gerais para Empreitadas do DNOS", as Normas para Revisão de Preços do DNOS" e a elas submeter-se, no que não colidirem com as disposições dêste contrato, bem como às Especificações n.º 126-64; referentes aos serviços ora contratados, todas devidendados propuestos de la contratados de la contratado de damente rubricadas por ambas as partes o que passam a ser consideradas como parte integrante do presente instrumento, a que se justam.

Terceira (Discriminação dos Ser-

- Os serviços objeto do presente contrato constam de escavação e demas serviços complementares par ra canalização de cursos d'água e construção de diques no 12.º Distrito Federal de Obras de Saneamento, Es-tado de São Paulo num volume de 648.000 (seiscentos e quarenta e oito mil) metros cúbicos e enrocamento no — Cre 40.000,00 (quarenta mil de portação de margens dos canais, oruginos) por quilômetro.

num volume de 1.000 (hum mil) me-

tros cúbicos.

1. Os serviços obedecerão ao projeto de retificação do rio Paraíba do Sul e proteção das suas varzeas con tra inundações.

Quarta (Quantidade e preços unitários) -Para pagamento dos serviços serão observados os seguintes preços:

1. Escavação em terra ou material mole, inclusive tôdas as operações necessárias à realização integral

cões necessárias à realização integral dos serviços e acabamento dos talu des dos canais;

1.1 Cr\$ 102,00 (cento e dels cruzeiros) por metro cúbico de dragagem ou remoção do material dragado, por tombo, quando executada pelos drag-lines 12.P.259 e 12.P.260.

1.2 Cr\$ 122,00 (cento e vinte e dois cruzeiros), por metro cúbico de dragagem ou remoção do material dragado, por tombo, quando executada pelos drag-lines 8.V.314, 8.V.315 e 8.V.316.

2. Enrocamento de proteção das

2. Enrocamento de proteção das margens contra erosão dos canais dragados — Cr\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos cruzeiros) por metro cúbico.

Taxa fixa Or\$ 30,00 (trinta cruzeiros), por metro linear do percur-so de máquina, quando em operação e dragagem.

4. Conformação do material dra-gado para confecção de diques, in-clusive todas as operações necessá-ras aos seu perfeito acabamento:

4.1. Cr\$ 20,50 (vinte cruzeirus e cinquenta centavos) por metro cubi co, quando executada pelos drag-lines 12.P.259 e 12.P.260.

4.2. Cr\$.30,50 (trinta cruzeiros e cinquenta centavos), por metro cúbi-co, quando executada pelos drag-li nes 8.V.314, 8.V.315 e 3.V.316. 5. Dragagem eventual de material

5.1. Cr\$ 127,50 (cento e vinte e sete cruzeiros e cinquenta centavos), por metro cúbico, quando executada pelos drag-lines 12.P.259 e 12.P.260.

5.2. Cr\$ 152,50 (cento e cinquenta e dois cruzeiros e cinquenta centavos), por metro cúbico, quando executada pelos dra-lines 8.V.314, 3.V.315 e 8.V.316.

6. Extração eventual de rocha a fogo e retirada de material derrocado para fora do leito do canal — ... Cr\$ 5.000.00 (cinco mil cruzeiros) por metro cúbico.

7. Viagem de drag-lines sem pranchões em campo limpo e firme ou estrada — Cr\$ 3.750,00 (três mil setecentos e cinquenta cruzeiros) por quilômetro.

8. Viagem de drag-lines sem pranchões com preparo de terreno (capoeira ou mato) exigindo o emprêgo de foice ou machado Cr\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos cruzeiros) por quilômetro.

10. Viagem sobre "trailler"—

Or\$ 160.000,00 (cento e cinquenta mil cruzeiros) por dia de viagem.

11. Qesmontagem necessária à viagem de drag-lines — Global

Or\$ 70.000,00 (setenta mil cruzeiros)

12. Montagem de drag lines consequenta da ocorrânda prevista no

quente da ocorrência prevista no item 11 — Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros).

13. Fornecimento e assentamento eventual de bueiros tipo ARMCO, de 0,90 m-de diâmetro, bitola 12, inclusive cintas ou tubos de concreto de mesmo diâmetro — Cr\$ 70.000,00 (setente mil cruzeiros) por metro

linear.

14. Desmatamento manual que so fizer necessário à construção de canals ou valas — P cruzeiros por metro quadrado, sendo P calculado pela fórmula:

P = D² SN (6 + 0.5 L) na qual: P = O preço do metro quadrado desmatado e limpo, em cruzeiros; D = O diâmetro médio das árvo-

res em metro;
S = O salário mínimo hora na região inclusivo leis sociais ,em cruzeiros, por hora;

N = O número médio de árvore por metro quadrado;

L = A largura da falza desman tada em metro.

15. Desmatamento manual neces-sário à construção de diques — P cruzeiros por metro quadrado, sendo P calculado pela fórmula:

 $P = D^2$ SN (6 + L) observadas as demais condições do item 16.

16. Não será pago o desmatamento cujo preço unitário for inferior a ... Cr\$ 2,00 (dois cruzeiros) por metro quadrado.

17. Se o preço do desmatamento, calculado pela fórmula fór superior a Or\$ 30,00 (trinta cruzeiros) por metro quadrado, os serviços serão com-

metro quadrado, os serviços serão contratados a parte.

Quinta (Valor e Dotação) — O valor do presente contrato, aos preços acertados, é de Cr\$ 106.996.000,00 (cento e seis milhões, novecentos e noventa e seis mil cruzelros), correndo a despesa no presente exercicio, inicialmente por conta de recurso próprio do DNOS, correspondente à Verba 2.0.00 — Transferências, Consignação 2.9.00 — Transferências, Econômicas. Succonsignação 2.9.30-Consignação 2.9.00 — Transferências Econômicas, Sugconsignação 2.9.30—DNOS 1. — Despesa de qualquer natureza, etc., 26 — São Paulo, 4 — Saneamento em 69 — Vele do Paralba, do Anexo 4.23-MVPO, da Lei n.º 4.295, de 16 de dezembro de 1963, ficando inicialmente, empenhada a importância da Constanta de Cons cando inicialmente, empenhada a importancia de Crs 15.000.000,00 — (quinze milhões de cruzeiros) conforme a nota número 1.620, de 1.º de dezembro de 1964. Nos exercícios sub sequentes, a despesa correrá pelo crédito ou consignação orçamentária que a comporter.

As despesas decorrentes de reajus-tamento serão empenhadas à medi-da em que forem sendo conhecidas pelo implemento das obrigações estr nulados.

Sexta (Forma de Pagamento) Os pagamentos, de acordo com a clausula precedente, serão efetuados em moeda corrente, diante de mediem moeda corrente, diante de medi-cões parciais de trabalhos executa-dos. A fiscalização competente ex-trairá os boletins de medição, visando as respectivas contas ou faturas, para efeito de pagamento.

Sétima (Reajustamento de preços) — As revisões dos preços unitários contratuais a que está sujeito este contrato serão efetuadas, de ecordo com a Lei n.º 4.370, de 28 de julho de 1964, e obedecido o que se segue:

Será concedido reajustamento para todos os preços propostos adotando-se para esse fim o indice "Preço" de Evolução de Negócios do Instituto Brasticino de Economia de Fundação

$$R = 0.90 \frac{1 - O}{1} V$$

onde:

R = ' o valor do reajustamento;

= é o índice de preços verifica do no mês de apresentação; IO = é a média aritmética dos in-

dices mensais do período que deve-ria 1 ser reajustado; V = — é o valor contratual da obra ou serviço a ser reajustado.

Oitava (Caução) — Em garantia do cumprimento dêste contrato, fica de do Rio de Janeiro a parcela inicial de caução no valor de Cr\$ 110.000,00 (cento e dez mil cruzeiros) em moeda corrente, sendo Cr\$ 11.000,00 (on ze mil cruzeiros) conforme guia de recolhimento n.º 103.588, de 16 de novembro de 1964 e Cr\$ 99.000,00 (noventa e nove mil cruzeiros) de n.º 103.792 de 80 de novembro de 1964. O Empreiteiro completará a caução em parcelas correspondentes a 5% (cinco por cento) do valor das me-dições efetuadas, inclusive as de reajustamento.

Nona (Equipamento) - O Departamento cederá mediante tármo de responsabilidade, para execução dos serviços ora contratados o seguinte

equipamento:

equipamento:

2 (dois) drag-lines marca Villares P & H, modèlo 525, motor Mercedes Benz, lança de 18,00 m, cacamba de 1 1/2 jardas cúbicas, número de registros 12.P.259 e 12.P.260.
Preço de aquisição Cr\$ 36.425.000,00
(trinta e seis milhões, quatrocentos e

(trinta e sels milhões, quatrocentos e vinte e cinco mil cruzeiros), para eada um dos drag-lines;
3 (três) drag-lines marca VEB-Notas, modêlo UB 80/I, motor Schoenebeck, modêlo 6 KVD, lança de ... 13,00 m, caçamba de 1 (uma) jarda cúbica, número de registros 8.V.314, 8.V.315 e 8.V.316. Preço de aquisição Cr\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de cruzeiros), para cada um dos drag lines, Este equipamento será restituído de imediato ao Departamento, independentemente de interpelação judes de complex dependentemente de interpelação dicial, nos casos previstos nas " mas Gerais para Empreitadas do DNOS" ou nos casos de inadimplemento de obrigação contratual imputável ao Empreiteiro e em procedimento judicial relativo a este contratual imputante. trato.

trato.

Décima (Prazo) — O prazo de execução dos serviços ora contratados é de 15 (quinze) meses, a partir da data da vigência do contrato. O prazo para início será no máximo de 10 (dez) dias contados da ordem de serviço expedido pela fiscalização, dentro de 8 (oito) dias de validade.

Undécima (Fiscalização) — A fiscalização da execução dos serviços ora contratados ficará a cargo do 12º Distrito Federal de Obras de Saneamento, com o qual cumpre ao re-

mento, com o qual cumpre ao re-presentante do Empreiteiro entender se diretamente, de preferência por escrito, a respeito de quaisquer as-suntos relacionados com os mesmos

Décima Segunda (Validade) presente contrato, após sua aprova-ção pelo Conselho Deliberativo, pas-sará a produzir os devidos efeitos a partir da data de sua publicação no Diário Oficial, o que deverá ser fei to dentro de prazo legal de 20- (vin-te) dias da data dessa aprovação.

Décima Terceira (Penalidades) — O Empreiteiro, se deixar de cumprir qualquer clausula dêste contrato, bem

Getúlio Vargas, aplicando-se a fórmula prevista na citada lei.

I I compara contratar ou transigir com o para contratar ou transigir com o Departamento, sem desprézo de quais quer outras sançõecs previstas neste Contrato.

Décima Quinta (Responsabilidade)

— Nenhuma responsabilidade caberá
ao Departamento pelos danos que o
Empreiteiro venha a causar a tercei-Empreiteiro venha a causar a terceiros em virtude da execução dos serviços contratados. Por sua conta
correrão os ônus do seguro que lhe
cumpre fazer para a cobertura dos
riscos de acidente de trabalho pelos
quais deve responder. Caber-lhe ão
igualmente, as despesas de conservação e manutenção do equipamento
relacionado na cláusula Nora coção e manutenção do equipamento relacionado na cláusula Nona, assim como os encargos decorrentes da legalização dêste contrato, inclusive o pagamento do respectivo sélo, de acordo com a Lei nº 4.388, de 28 de agosto de 1964, o qual será efetuado mediante o recebimento de cada fatura

Décima Seria (Casos omissos) — Os casos omissos e o que se tornar controvertido ,em face das presentes cláusulas contratuais, serão resolvidos por despacho do Sr. Diretor Geral do DNOS, cabendo recursos ao Caracillo Dallacatica do DNOS cabendo recursos ao Caracillo Dallacatica do Caracillo Dalla Geral do DNOS, capendo recursos ao Conselho Deliberativo, no prazo im-prorrogável de oito dias, seguidos à data da ciência desse despacho. Décima Sétima (Foro) — Fica

Décima Sétima (Foro) — Fica adotado o foro da sede d oDNOS para dirimir as questões judiciais retul-tantes dêste contrato.

tantes deste contrato.

E, para firmeza e validade de tudo quanto fica acima estipulado, lavrou-se o presente Têrmo de Contrato de Empreitada no livro próprio, o qual, depois de lido e achado conforme ,vai assinado por mim João Octávio Mendes Saraíva, Oficial de Administração, nível 12, pelas partes contratantes e pelas duas testemucontratantes e pelas dues testemur nhas Dilson Ferreira Simões e Natalino Alves de Oliveira, presentes a este ato; Termo de Contrato do qual serão extraídas 12 (doze) vias, de êste ato; Têrmo de Contrato do qual serão extraídas 12 (doze) vias, de igual teor, devidamente autenticadas, para todos os fins.

Rio de Janeiro, 9 de dezembro de 1964. — Dilson Melgaço Filpueiras, —Hugo Jorge de Araujo Coutinho e Jodo Octávio Mendes Saraiva.

Testemunhas: Dilson Ferreira Simbes — Natalino Alves de Oliveira.

O presente contrato foi aprovado pelo Conselho Deliberativo do DNOS, em sua Reunião nº 35-63-64 de 23 de dezembro de 1964, pela Resolução nº 253-240-64, de 23 de dezembro de 1964. — Armando Pires Amarante, Presidente do Conselho Deliberativo do DNOS. 45 - 6-1-65 - Cr\$ 16.320.00)

Têrmo Aditivo nº 53-A, obedecida a minuta padrão aprovada pela Resolução nº 10-63, alterada pela Resolução nº 51-38/64, do Conselho Deliberativo do DNOS a contrato celebrado entre o Departamento Nacio-nal de Obras de Sancamento e a Firma Construtora H. Coutinho Lida, para execução dos serviços de dragagem e demais serviços comne druguyem e demais serviços com-plementares para canalização de cursos d'água e construção de di-ques, no 12º Distrito Federal de Obras de Saneamento, Estado de São Paulo.

Aos 21 dias do mês de dezembro de Aos 21 dias do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e quatro, ès quinze horas, na sede do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), à Avenida Presidente Vargas, número sessenta e dois, décimo segundo andar, neste Estado, na sala da Procuradoria Geral, compareceram o Dr. Dilson Melgaço Filgueiras, Diretor da Divisão de Administração como representante do qualquer cláusula dêste contrato, bem como deixar de dar aos trabalhos o como deixar de dar aos trabalhos o como deixar de dar aos trabalhos o como correspondente ao cronograma aprovado pelo DNOS, ficará sujeito a gueiras, Diretor de Divisão de Adminultas e outras penalidades, de acôre do como previsto nas "Normas Genalidades, de acôre rais para Empreitadas do DNOS".

Décima Quarta (Inidoneidade) — Disson Meigaço Filpueiras, Hugo Jorge de Araújo Courbno e Flávio Bastos dos Santos gueiras, Diretor de Divisão de Administração como representante do DNOS, neste ato, ex vi do disposto rais para Empreitadas do DNOS".

Décima Quarta (Inidoneidade) — Disson Meigaço Filpueiras, Hugo Jorge de Araújo Courbno e Flávio Bastos dos Santos gueiras, Diretor de Divisão de Administração como representante do DNOS, neste ato, ex vi do disposto rais para Empreitadas do DNOS".

Décima Quarta (Inidoneidade) — Disson Meigaço Filpueiras, Hugo Jorge de Araújo Courbno e Flávio Bastos dos Santos gueiras, Diretor de Divisão de Administração.

O presente têrmo aditivo foi aprovado entregue no local de So de dezembro de 1964, pela Residente de Araújo Courbno e Flávio Bastos dos Santos gueiras, Diretor de Divisão de Administração.

1.2. Cr\$ 5.778.000,00 (cinco ministração courbno de 1964 obra: do Obracino Proveiras do Obracino Pro

tinho, na qualidade de Diretor da firma Construtora H. Coutinho Ltda., estabelecida na cidade do Rio de Jaestabelecida na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, à Avenida Erasmo Braga, número duzentos
e setenta e sete, nono anoar, saia
novecentos e quatro, para o fim de
assinarem o presente termo aditivo
ao Contrato nº 147, celebrado entre
ambos em 11 de outubro de 1963, puhicado no Diário Oficial de 18 de
outubro de 1963, páginas 2.830-31 e
registrado pelo Tribunal de Contas
em Sessão de 8 de novembro de 1963,
em virtude de terem acordado conem sessa de 8 de novembro de 1963, em virtude de terem acordado, con-forme consta do Processo nº DNOS 4.957-63, e com fundamento no arti-go 5º, da Lei nº 4.370, de 28 de julho de 1964, em incluir cláusula para o reajustamento previsto na forma da citada lei, de acordo com a seguinte redação:

Primetra — A revisão dos preços unitários contratuais a que está sujeito este contrato, será efetuada de acôrdo com o previsto no art. 2º da Lei nº 4.370, de 28 de julho de 1964, em todos os itens da clausula Quarta do contrato, segundo a fórmula seguinte:

$$R = 0.90 \quad 1 \qquad \qquad 1 \qquad 0 \quad V$$

Onde:

R = e o valor do reajustamento: Io = Evolução dos Negócios, coluna preços, mês de juiho de 1963, publicado na Conjuntura Econômica; Ii = é a média aritmética dos indices mensals do período que deveria

ser reajustado:

V = é o valor contratual da obra ou

V = 6 o valor contratual da obra ou serviço a ser resjustado.

Segunda — A revisão dos preços unitários, de que trata a lláusula precedente, relativa eos serviços executados a partir de 24 de feverei o de 1964, incidira sobre os preços na forma estabelecida no contrato originario. nário. Terceira

O Empreiteiro declara que se submete às "Normas para Revisão, de Preços do DNOS", aprovadas pela Resolução nº 42-29/84, do Conselho Deliberativo, bem como às "Normas pela Resolução nº 42-29/84, do Conselho Deliberativo, bem como às "Normas pela Resolução nº 42-29/84, do Conselho Deliberativo, bem como às "Normas pela Resolução nº 42-29/84, do Conselho Deliberativo, bem como às "Normas pela Resolução nº 42-29/84, do Conselho Deliberativo, bem como às "Normas pela Resolução nº 42-29/84, do Conselho Deliberativo, bem como às "Normas pela Resolução nº 42-29/84, do Conselho Deliberativo, bem como às "Normas pela Resolução nº 42-29/84, do Conselho Deliberativo, bem como às "Normas pela Resolução nº 42-29/84, do Conselho Deliberativo, bem como às "Normas pela Resolução nº 42-29/84, do Conselho Deliberativo, bem como às "Normas pela Resolução nº 42-29/84, do Conselho Deliberativo, bem como às "Normas pela Resolução nº 42-29/84, do Conselho Deliberativo, bem como às "Normas pela Resolução nº 42-29/84, do Conselho Deliberativo, bem como às "Normas pela Resolução nº 42-29/84, do Conselho Deliberativo, bem como às "Normas pela Resolução nº 42-29/84, do Conselho Deliberativo, bem como às "Normas pela Resolução nº 42-29/84, do Conselho Deliberativo, bem como às "Normas pela Resolução nº 42-29/84, do Conselho nº mas Gerais DNOS" mas Gerais para Emprettadas do DNOS", no que couber, aprovada pela Resolução nº 50-37-64, do Conselho Deliberativo, e que se incorporam ao presente instrumento.

Quarta — As despesas para legali-zação do presente têrmo aditivo ficam a cargo do Empretteiro, sendo o imde acôrdo com a Lei nº 4.388, de 28 de agôsto de 1984, por guia, na ocasião do pagamento das faturas.

Quinta — Ficam mantidas as de-mais clausulas do contrato anterior-

mente assinado.

E, para firmeza e validade de tudo E, para firmeza e validade de tudo quanto fica acima estipulado, lavrouse o presente térmo aditivo no livro próprio, o qual depois de lido e achado conforme vai assinado por mim Flávio Bastos dos Santos Reis, Assistente, cargo isolado de provimento efetivo, pelas partes contratantes e pelas duas testemunhas Dilson Ferreira Simões e Natalino Alves de Oliveira, presentes a este ato que após sua aprovação pelo Conselho Deiheveira, presentes a este ato que após sua aprovação pelo Conselho Deliberativo, passará a produzir os devidos efeitos, a partir da data de sua publicação no Diário Oficial, o que deverá ser efetuado dentro do prazo legal de 20 (vinte) dias da data dessa aprovação; têrmo aditivo do qual serão extraidas dos vias autenticadas destinadas aos fins a formalidade. lestinadas aos fins a formalidade. lestinadas aos fins a formalidade. tinadas aos fins e formalidades des-tinadas aos fins e formalidades le-gais. Rio de Janeiro, em 21 de de-zembro de 1964. — Dison Meigaço Filgueiras, Hugo Jorge de Arasjo Coutraho e Flavio Bastos dos Santos

da solução nº 300-287/64, de 30 de de-da, zembro de 1964. — Armindo Pires Ja-Ve-Deliberativo do DNOS. (Nº 47 — 6-1-65 — Cr\$ 5.610,00)

Pérmo de Contrato nº 119, obedecida a Minuta-Padrão aprovada pela Resolução nº 44-31/64, do Conselho Deliberativo do DNOS, para a execução dos serviços constantes do "Grupo B" da Estação de Tratamento D'água de Esteio, no municipio de Esteio, Estado do Rio Grande do Sul 189 Distrito Rederal de de do Sul, 15º Distrito Federal de Obras de Saneamento.

Aos trinta dias do mês de outubro de mil novecentos e sessenta e quairo, às quinze horas, na sede do Departa-mento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), à Avenida Presidente Vargas nº 62, 12º andar, neste Esta-do, na sala da Procuradoria Geral, compareceram o Sr. Dilson Melgaça Filgueiras, Diretor da Divisão de Administração, como representante do DNOS, neste ato, ex-vi do disposto no DNOS, neste ato, ex-vi do disposto no artigo 80, § 2°, inciso III, do Decreto nº 1.487, de 7 de novembro de 1962, e o Sr. Alex Balbachevsky, na qualidade de Diretor Superintendente da firma Cia. Henrique Wossidlo — Industria e Comércio, estabelecida na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo à Rua Conselhetro Cristilina no Paulo à Rua Conselhetro Cristilina no cidade de São Paulo, Estado de Eão Paulo, à Rua Conselheiro Crispiniano nº 69, 7º andar, para o fim de assinarem o presente contrato para a execução dos serviços constantes do "Grupo B" do Estação de Tratamento D'água de Estação de Tratamento D'água de Estação de Considera de Conselheiro de Estação de Conselheiro de Estação de Conselheiro de Estação de Conselheiro Crispina de Conselheiro de Conselheiro Crispina de Conselheiro de Conselheiro de Conselheiro Crispina de Conselheiro Conselheiro Crispina de Conselheiro Conselheiro Crispina de Conselheiro Crispina bagus de Estelo, no municipio de Estelo, no Estado do Rio Grande do Sul, 15º Distrito Federal de Obras de Saneamento, decorrente da proposta vencedora na concorrência pública a que se refere o incluso edital publicado no Diário Oficial de 10 de abril cado no Diário Oficial de 10 de abril de 1964, pág. ns. 957 e 958 apro-vada pelo Diretor-Geral do DNOS no processo nº 6.237-64, mediante as cláusulas que se seguem:

Primeira (Designação) — O DNOS será designado por Departamento e sera designado por Departamento e a firma contratante por Empreiteiro e Segunda (Normas, Instruções e Es-pecificações) — O Empreiteiro decla-ra conhecer as "Normas Gerais para Empreitadas do DNOS", as "Normas para Revisão de Preços do DNOS" e para Revisao de Freçus do DNOS" e a elas submeter-se, nos que não co-lidirem com as disposições dêste con-trato, bem como as Específicações nº 36-64, referentes aos serviços ora contratados, tôdas devidamente rubricadas por ambas as partes e que pas-sam a ser consideradas como parte integrante do presente instrumento, a que se juntam

que se juntam.

Terceira (Discriminação dos serviços) — Os serviços objeto do presente contrato constam da execução (200 dos trabalhos referentes ao "Grupo B", da Estação de Tratamento
D'água para abastecimento da cidade de Esteio, no Estado do Rio Grende do Sul, jurisdição do 15º Distrito Fe-deral de Obras de Sancamento.

Quarta (Quantidade e preços uni-

1. Fornecimento e montagem do equipamento para chegada de água bruta constando de um venturi e de um aparelho indicador e totalizador. de vazão à distância, de acôrdo com de vazão à distância, de acôrdo com es especificações, ao preço global de Cr\$ 9.830.000,00 (nove milhões seiscentos e trinta mil cruseiros) pagos em 3 (três) parcelas a saber: 1.1. Cr\$ 2.889.000,00 (dois milhões

1.1. Cr\$ 2.889.000,00 (dots milhões oftocentos e oftenta e nove mil cruzeiros) quando comprevado o início da fabricação.

1.2. Cr\$ 5.778.000,00 (cinco milhões setecentos e setenta e ofto mil cruzeiros) quando entregue no local da obra

Fornecimento e montagem do equipamento para preparo e dosagem de sulfato de alumínio de acôrdo com Bs especificações ao preço global de Cr\$ 2.633.000,00 (dois milhões seiscentos e trinta e três mil cruzeiros) pagos em 3 (três) parcelas a saber:

Cr\$ 789.900,00 (setecentos e 2.1. citenta e nove mil e novecentos cruzeiros) quando comprovado o inicio

da fabricação.

2.2. Cr\$ 1.579.800,00 (um milhão quinhentos e setenta e nove mil e oi-

tocentos cruzeiros) quando entregue no local da obra.

2.3. Cr\$ 263.300,00 (duzentos e se senta e três mil e trezentos cruzei-ros) quando aceitos os serviços de montagem pela fiscalização.

Fornecimento e montagem completa do equipamento para preparo e dosagem da cal hidratada e mpó de acordo com as especificações, ao pre co global de Cr\$ 1.507.000,00 (um mimio quinhentos e sete mil cruzeiros)
pages em 3 (três) parcelas a saber:
3.1. Cr\$ 452.100.00 (quatrocentos e cinquenta e dois mil e cem cruzeiros)

quando comprovado o início da fabri-

3.2. Cr\$ 904.200,00 (novecentos quatro mil e duzentos cruzeiros) quando entregue no local da obra.

3.3. Cr\$ 150.700,00 (cento e cin-quenta mil e setecentos cruzeiros) quando aceitos os serviços de montagem pela fiscalização.

4. Fornecimento e montagem do equipamento para mistura do rápido e floculadores, de acôrdo com as especificações, ao preço global de Cr\$ 8.770.000,00 (oito milhões setecentos e setenta mil cruzeiros) pagos em

3 (três) parcelas a saber: 4.1. Cr\$ 2.631.000,00 (dois milhões seiscentos e trinta e um mil cruzeiros) quando comprovado o inicio da fabricação.

Cr\$ 5.262.000.00 (cinco mi-Ihões duzentos e sessenta e dois mil cruzeiros) quando entregue no local da obra.

4 3. Cr\$ 877.000.00 (oltocentos e se-ta e sete mil cruzeiros) quando aceitos os serviços de montagem pela fiscalização.

Fornecimento e montagem completa do equipamento para os filtros, de acordo com as especificações, ao preço global de Cr\$ 25.138.000,00 (vinte e cinco milhões cento e trinta e oito mil cruzeiros) pagos em 3 (três) parcelas a saber:

Cr\$ 7.541.409,00 (sete milhões quinhentos e quarenta e um mil e quatrocentos cruzeiros) quando com-

provado o início da fabricação. 5.2. Cr\$ 15.082.800,00 (quinze mi-hões oitenta e dois mil e oitocentos cruzeiros) quando entregue no local da obra.

5.3. Cr\$ 2.513.800,00 (dois milhões quinhentos e treze mil e oitocentos cruzelros) quando aceitos os serviços de montagem pela fiscalização.

6. Fornecimento e montagem complete do equipamento para cloração, de acôrdo co mas especificações, ao preco global de Or\$ 2.800.000,00 (dois

milhões e oitocentos mil cruzeiros)
pagos em 3 (três) parcelas a saber:
6.1. Cr\$ 840.000,00 (oitocentos e
quartnta mil cruzeiros) quando com-

provado o início da fabricação.
6.2. Cr\$ 1.680.000,00 (um milhão seiscentos e oitenta mil cruzeiros) quando entregues no local da obra.

6.3. Cr\$ 280,000,00 (duzentos e oitenta mil cruzeiros) quando aceitos o serviço de montagem pela fiscali-

Fornecimento e montagem com pleta do equipamento para fluor são. de acôrdo co mas especificações, so preco global de Cr\$ 1.600.000,00 (um milhão e seiscentos mil cruzeiros) pag:s em 3 (três) parcelas a saber:

7.1. Cr\$ 480.000,00 (quatrocentes e citente mis organismo quemço, es como a successión de la como de

Cr\$ 960.000,00 (novecentos e) 7.5. sessenta mil cruzeiros) quando entregue no local da obra.

7.3. Cr\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil cruzeiros) quando aceito o serviço de montagem pela fiscaliza-

Fornecimento e montagem completa de equipamentos diversos, constando de indicadores de nível à dis-tância para os reservatórios e câmaras de captação dos recalques e do material do laboratório constante do Anexo 2 (dois) das especificações, ao preço global de Cr\$ 17.472.000,00 (dezessete milhões quatrocentos e setenta e dois mil cruzeiros) pagos em 3 (três) parcelas a saber:

8.1. Cr\$ 5.241.600,00 (cinco millios duzentos e quarenta e um mil e seiscentos cruzeiros) quando com-provado o início da fabricação.

Cr\$ 10.483.200,00 dez milhões quatrocentos e oltenta e três mil e duzentos cruzeiros) quando entregue no local da obra. 8.3. Cr\$ 1.747.200,00 (um milhão

setecentos e quarenta e sete mil e du-zentos cruzeiros) quando aceitos os serviços de montagem pela fiscaliza-

Quinta (Valor e dotação) . lor do presente contrato, aos preços acertados, é de Cr\$ 69.550.000,00 (sessenta e nove milhões, quinhentos e cinquenta mil cruzeiros), correndo a despesa no presente exercício, inicorrendo a despesa no presente exercicio, inicialmente por conta de recurso proprio do DNOS, correspondente à Verba 2.0.00 — Transferências, Consignação 2.9.00 — Transferência Econômicas, Subconsignação 2.9.30 — DNOS, 1 — Despesas de qualquer natureza para execução de estudos, projetos, etc., 23 — Rio Grande do Sul, 2) Abastecimento d'água e Rêde de Esgótos, em: 6) Esteio, do Anexo 4.23 MVOP, da Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963, ficando, inicialmente, empenhada a importância de Cr\$... 10.000.000,00 (dez milhões de cruzeiros), conforme a nota número 473, de ros), conforme a nota número 473, de de agôsto de 1964. Nos exercícios subsequentes, a despesa correrá pelo crédito ou consignação orçamentária que a comportar.

As despesas decorrentes de reajus

tamento serão empenhades à medida em que forem sendo conhecidas pelo implemento das obrigações estipula-

Sexta (Forma de pagamento)) — Os pagamentos, de acordo com a clausula precedente, serão efetuados em moeda corrente. diante de medições moeda corrente, dante de mediques parciais de trabalhos executados. A fiscalização competente extraira os boletins de medição, visando as rês-pectivas contas ou faturas, para efeito de pagamento.

Sétima (Resjustamento de Preços) As revisões dos preços unitários contratuais a que está sujeito este contrato serão efetuadas, de acôrdo com a Lei nº 4.370, de 28-7-64, e obedecido o que se segue:

Os preços serão reajustados de acôr-do com a Lei nº 4.370, de 28 de julho de 1964 e as instruções em vigor. As revisões dos preços unitários ou de parte do valor global serão calculados pela fórmula:

$$R = 0.90 \quad \frac{I - I}{I - O} \quad \nabla$$

Onne:

R = é o valor do reajustamento;

I) = é o indice de preços por atacado de mercis e produtos metaiur-gicos do mês de maio do corrente ano publicaco na coluna nº 63 da revista Conjuntura Econômica;

Il = é a média aritmética dos referidos indices menseis de preços por aracado de metals e preduce metals e

justado;

e sete mil, setecentos e cinquenta cruzeiros), em moeda corrente, conforme guia de recolhimento nº 103.119, de 28 de setembro de 1964, o Emprelteiro completará a caução em parcelas correspondentes a 5% (cinco por cento) do valor das medições efetua-

das, inclusive as de reajustamento.

Nona (Equipamento) — O Departamento não cederá ao Empreiteiro equipamento algum para a execução dos serviços ora contratados

Décima (Praxo) — O prazo de exe-

Décima (Prazo) — O prazo de execução dos serviços ora contratados é de 20 (vinte) meses, a partir da date da vigênela do contrato. O prazo para início será no máximo de 30 (trinta) dias, contados da ordem de serviço expedido pela fiscalização, dentro de 8 (oito) dias de validade.

Undécima (Fiscalização) — A fiscalização da execução dos serviços ora contratados ficará a cargo do 15º Dis-

contratados ficará a cargo do 15º Dis-trito Federal de Obras de Saneamentrito Federal de Obras de Saneamento, com o qual cumpre ao representante do Empreiteiro entender-se diretamente, de preferência por escrito, a respeito de quaisquer assuntos relacionados com os mesmos serviços.

Décima Segunda (Validade) — O recenta contrato após sue aprovação

pecima Segunda (Validade) — O presente contrato, após sua aprovação pelo Conseiho Deliberativo, passará a produzir os devidos efeitos a pertir de data de sua publicação no Diário Oficial, o que deverá ser feito dentro do prazo legal de 20 (vinte) dias da data dessa aprovação.

lata dessa aprovação.

Décima Terceira (Penalidade) Empreiteiro, se deixar de cumprir qualquer clausula deste contrato, bem como deixar de dar aos trabalhos o ritmo correspondente ao cronograma aprovado pelo DNOS, ficará sujeito a muitas e outras penalidades, de acor-do com o previsto nas "Normas Ge-rais para Empreitadas do DNOS" Decima Quarta (Inidoneidade)

O inadimplemento de qualquer das presentes obrigações contratuais poderá importar em declaração expressa de inidoneidade do Empreiteiro, para contratar ou transigir com o Departamento sem despreza da quaisquante. tamento, sem desprezo de quaisquer outras sanções previstas neste con-

CDécima Quinta (Responsabilidade)

— Nenhuma responsabilidade cabcrá ao Departamento pelos danos que C Empre teiro venha a causar a tercei-Empreiteiro venha a causar a terceiros, em virtude da execução dos serviços contratados. Por sua conta correrão os onus do seguro que lha cumrerão os ônus do seguro que lhe cum-pre fazer para a cobertura dos riscos de acidentes de trabalho pelos quais deva responder. Caber-lhe-ão, iguai-mente, as despesas decorrentes da le-galização dêste contrato, inclusive o pagamento do respectivo sêlo, de acô-do com a Lei nº 4 388, de 28 de agôsto de 1964, o qual será efetuado medi-ante o recebimento, de cada fatura-Décima Sexta (Casos omissos)— Os casos omissos e o que se tornar

Os casos omissos e o que se tornar controvertido, em face das presentes cláusulas contratuais, serão resolvidos por despacho do Sr. Diretor-Geral do DNOS, cabendo recursos ao Conse-tho Deliberativo, no prazo improrro-gável de oito dias, seguidos à data de ciência dêsse despacho.

. Décima Sétima (Foro) — Fica ado-tado o fôro da sede do DNOS, pera dirimir as questões judiciais resultan-

tes deste contrato. E, para firmeza e validade de tudo quanto fica acima estipulado, lavrouse o presente Termo de Contrato ce Empreitada no livro próprio, o qual depois de lido e achado conforme, va assinado por mim. João Octávio Mendes Saratva. Oficial de Administração
nível 12 pelas partes contratantes e
pelas quas testemunhas Pilson Ferdos a partir de 24 de feverairo de
1064 incidirá sobre os preços na for-

V = 6 o valor do preço a ser rea- Contrato do qual serão extraídas as istado; necessárias vias, de igual teor, devidamente autenticadas, para todos os fins.

Rio de Janeiro, em 30 de outubre de 1964. — Dilson Melgaço Filgueiras, Alex Balbachevsky e João Octávio Mendes Sardiva. Testemunhas: Dis-son Ferreira Simões e Natalino Alves de Oliveira

de Olivera.

O presente Contrato foi aprovado pelo Conselho Deliberativo do DNOS, em sua Reunião nº 85-63, de 23 de dezembro de 1964 pela Resolução nº 287-274, de 23 de dezembro do 1964. — Alberto Pires Amarante, Presidente do Conselho Deliberativo do DNOS. DNOS.

(Nº 46 - 6-1-65 - Cr\$ 17.595,90).

Têrmo Aditivo nº 37.A. obedecida a minual-padrdo aprovada pela Resolução nº 10-63, alterada pela Resolução nº 51.38-64, do Conselho Deliberativo do DNOS a contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Obras de Saneamento e a firma S. Manela S. A.— Engenharia e Construções, para execução completa da Estação de Tratamento D'Agua para Abastecimento das Vilas Niteró; e Rio Branco, município de Canóas, Estado do Rio Grande do Sul.

Aos 30 dias do mês de novembro de mil novecentos e sessenta e quatro, às quinze horas, na sede do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), à Avenida Presidente Vargas, número sessenta e dois, décimo segundo andar, neste Estado, na sala da Procuradoria Geral, ...m-pareceram o Dr. Dilson Melgaço Fil. gueiras, Diretor da Divisão de Administração como representante do DNOS, neste ato, ex vi do disposto no art. 80 i 2º, inciso III, do Decreto nº 1.487, de 7 de novembro de 1962 e o Sr. Salomão Manela, na qualidade de Diretor Superintendente da firma S. Manela S. A. — Engenhariz e Construções, estabelecida no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, à Avenida Rio Branco nº 311 salas 501-508, para o fim de as.inarem o presente têrmo aditivo ao contrato número 253. celebrado entre ambos, em 11 de dezembro de 1963, aprovado pelo Sr. Diretor-Geral e publicado no Diário Oficial de 26 de dezembro de 1963, em virtude de terem acordado conformé consta do processo nº DNOS-4663-63, com fundamento no parágrafo 1º, do artizo 4º, da Lei nº 4.370, de 28 de julho de 1964, em modificar a cláusula Sétima do citado contrato, que passa a vigorar com a redação abaixo e acrescentar lhe cláusulas como segue: Aos 30 dias do més de novembro redação abaixo e acrescentar lhe cláusulas como segue:

Primeira — A revisão dos preços unitários, regulados pelo Decreto número 309, de 6 de dezembro de 1961, previsto na cláusula Sétima do con-trato originário, passará a ser cal-culada segundo a formula estabeleci-da no artigo 2º, da Lei nº 4.370, de 28 de julho de 1964, do seguinte modo:

$$R = 0.90 \frac{1}{1 - 0} V$$

R = é o valor do reajustamento; I = Coluna preços, Evolução dos

Negócios, mês de agôsto de 1963, publicado na Conjutura Econômica; I = é a média aritmética cos in-

dices mentals do período que deverta

ser reajustado; V = é o valor contratual da obra

ou serviço a ser reajustado.

Terceira que se submete às "Normas para Re-visão de Preços do DNOS", aprovadas pela Resolução nº 42-29-64, do Conse-lho Deliberativo, bem como às "Normas Gerais para Empreitadas do ... DNOS", no que couber, aprovada pela Resolução nº 50.37-64, do Conselho Deliberativo e que co incorporario. liberativo, e que se incorporam ao pre-

sente instrumento.

Quarta — As despesas para legalide presente termo aditivo figuarta — As uespesas para regen-gação do presente têrmo aditivo fi-cam a cargo do Empreiteiro, sendo o impôsto do sêlo recolhido pelo mes-mo de acôrdo com a Lei nº 4.388, de 28 de agôsto de 1964, por guia, na ocasião do pagamento das faturas. Quinta — Ficam mantidas as de-

mais cláusulas do contrato anteriormente assinado.

E, para firmeza e validade de tudo quanto fica acima estipulado, lavrou-se o presente têrmo aditivo no livro próprio, o qual, depois de lido e acha-do conforme vai assinado por m.m Flávio Bastos dos Santos Reis, As-sistente, cargo isolado de provimensistente, cargo isolado de provimento efetavo, pelas partes contratantes e pelas testemunhas Dilson Ferreira Simões e Natalino Alves de Oliveira, presentes a êste ato que após sua aprovação peo Conseiho Deliberativo, passará a produzir os devidos écitos, a partir da data de Jua publicação no Diário Oficial, o que devera en efetuado dentro do prazo legal e 20 (vinte) dias da data dessa aprovação; têrmo aditivo do qual serão extraídas (vinte) días da data dessa aprovação; têrmo aditivo do qual serão extraídas doze vias autenticadas dest.nadas dos fins e formalidades legals. Rio de Janeiro, em 30 de novembro de 1964. Assinado: Dilson Melgaço Filgueiras, Salomão Manela e Plavio Basuos dos Santos Reis. Testemunhas: — Dilson Mercalos Sinfer e Nataline de Indiale. Ferreira Simões e Natalino Alves de Olive ra.

O presente termo aditivo foi aprovado pelo Conselno Deliberativo do DNOS, em sua Reunião nº 85-63-64, de 23 de dezembro de 1964, pela Resolução nº 283.270-64 de 283.270-64 de 283.270-64 de 283.270-64 de 283.270-64 de 283.270-64 de e 1964. — Alberto Pires Ami-Presidente do Con elho Delibro de 1964.

berativo. (Nº 48 -- 7:1.65 — Cr\$ 5.1000)

Termo de contrato nº 168, obedecida da barragem do Chapecozinho (anxerê I), logo à montante da cuchocira denominada vau, no municipio de Xanxerê, Estado de San-ia Cotarina, 14 Distrito Federal de Obras de Saneamento.

Accs vinte e sate dias do mês de novembro de mil novecentos e sessend e quatro, às quinze horas na selle do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), à Avenida Presidente Vargas nº 62, 12º andar, neste Estado, na sala da Procuradoria Geral, compareceram o Sr. Dilson Melgaço Filgueiras, Diretor da Divisão de Administração, como representante do DNOS, neste ato, "ex vi" do disposto no artigo 80, § 2º, inciso III, do Decreto nº 1.487, de 7 de novembro de 1962, e o Sr. Salonião Manela na qualidade de Divis lonião Manela, na qualidade de Diretor da firma S. Manela S.A. — Engenharia e Construções, estabelecido na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, à Avenida Rio Branco nº 311, 5º andar, para o fim de assinarem o presente contrato para prosseguimento das obras de construção da barragem do Chapecòzinho (Kanxerê I), logo à montante da ca-chocira denominada Vau, no Muni-cípio de Xanxerê, Estado de Santa Catarina, 14º Distrito Federal de Obras de Saneamento, decorrente da proposta vencedora na concorrência pública a que se refere o incluso edipholica a que se refere o incluso entre de incluso entre de menso de la contractal publicado no Diário Oficial de 14 (contos cruzeiros) por saco.

| 10 | Fornecimento e colocação de manilhas de 0.20m de diâmetro numa quatro milhões, duzentos mil, digo, extensão de 700 (setecentos) meiros quatro milhões, duzentos mil, digo, ou serviço a ser reajustado.

Primeira (Designação) — O DNOS será designado por Departamento e

o firma contratante por Empreiteiro. Segunda (Normas, Instruções e Es-pecificações) — O Empreiteiro declara conhecer as "Normas Gerais para Empreitadas do DNOS", as "Normas para Revisão de Preços do DNOS" e a elas submeter-se, no que não coli-direm com as disposições dêste con-trato, bem como às Especificações número 254-64, referentes às obras ora contratadas, tôdas devidamente rubricadas por ambas as partes o que passam a ser consideradas como parte integrante do presente instrumento; a que se juntam

Terceira (Discriminação dos serviços) — Os serviços objeto do presente contrato constam de prosseguimen-to das obras de construção da bar-ragem do Rio Chapecozinho (Xan-xerê I), logo a montante da cachoxeré I), logo a montante da cacho-eiro denominoda Vau, no município de Xanxerê, 14º Distrito ederal de Obras de Saneamento, Estodo de Santa Catarina, de Acôrdo com o projeto constante das plantas EG-255-1 a 52. Quarta (Quantidades e preços uni-

tários) — Para pagamento dos serviços serão observadas as seguintes quantidades e preços:

1. Instalações e serviços prelimina-res, conforme especificado Global — Cr\$ 190.000.000,000 (cento e noventa milhões de cruzeiros) pagos em 4 (quatro) parcelas a saber:

1.1. Cr\$ 38.000.000,00 (trinta e oito milhões de cruzeiros) quando concluí-das as residências da cidade de Xanxerê, fornecidas as conduções, o ma-terial e escritório e laboratório, é atendido o determinado no item 3.01.05, das especificações.

1.2. Cr\$ 57.000.000,00 (cinquenta e sete milhões de cruzeiros) quando constantes dos itens 3.02.01 e 3.02.02.

1.3. Cr\$ 57.000.000,00 (cinquenta e sete milhões de cruzeiros) quando concluídos os encargos constantes dos

Itens 3.02.03 e 3.02.08.

1.4. Cr\$ 38.000.000,00 (trinta e oito milhões de cruzeiros) quando concluida a escavação da cava de fundação e concretado 1/3 do volume total da barragem.

2. Escavação em terra e moledo, inclusive o transporte até 300m, num volume de 80.000 (oitenta mil) me tros cúbicos — Cr\$ 1.280.00 (um mil c cuzentos e oitenta cruzeiros), por metro cúbico.

3. Escavação de rocha, inclusive o 3. Escavação de rocha, inclusive o transporte até 300m, num volume de 15.000 (quinze mil) metros cúblicos - Cr\$ 5.800 00 (cinco mil e oitocentos cruzeiros) por metro cúblico.

4. Perfuração em rocha, com sonda rotativa "AX", numa extensão de

1.000 (um mil) metros -Cr\$ 44.000,00 (quarenta e quatro mil cruzeiros por metro.

5. Injeções de sacos de cimento, num total de 800 (oitocentos) sacos Cr\$ 6.000,00 (seis mil cruzeiros) or saco.

6. Concretagem, com concreta T. 300, num volume de 18.000 (dezoi-Concretagem, com concreto tipo Cr\$ 33.000,00 (trinta e três mil cru-

zeiros) por metro cúbico.
7. Concretagem, com concreto tipo T.180, num volume de 20.000 (vinte mil) metros cúbicos — Cr\$ 32.600,00 (trinta e dois mil e seiscentos cru-zeiros) por metro cúbico. 8. Fornecimento dobragem e arma-

ção de aço estrutural, num total de 100.000 (cem mil) quilos — Cr\$ 480.00 (quatrocentos e oitenta cruzeiros) por

quilo.

9. Fornecimento de cimento num total de 180.000 (cento e citenta mil) sacos - Cr\$ 2.600,00 (dois mil e seis-

O Empreiteiro declara mediante as clausulas que se seguem: 1 - Cr\$ 2.400,00 (dois mil e quatro-

centos cruzeiros) por metro. 11. Fornecimento e colocação de manihas, de 0,10m, nuna extensao de 600 (seiscentos) metros — Crs 1.800,00 (um mil e oitocentos

cruzeiros) por metro.
12. Fornecimento e colocação de tubos ae fibro-cimento de 3" ae diametro, numa extensão de 3.000 (tres mil) metros — Crs 2.200,00 (dois mil e duzentos cruzeiros) por metro.

13. Fornecimento e colocação de intas de dilatação, numa extensão de 1.700 (hum mil e setecentos) me-tros — Crs 18.000,00 (aezoito mil cru-

zeiros) por metro.

14. Fornecimento e instalação de 3 comportas e um viga pescadora Glo-- Crs 84.000.000,00 (oitenta e bal bal — Crs 84.000.000.00 (oitenta e quatro milhões de cruzeiros) pagos em quas parcelas, a saber:
14.1. Cr\$ 50.400.000,00 (cinquenta milhões e quatrocentos mil cruzeiros)

quando o material estiver colocado na obra.

14.2. Cr\$ 33.600.000,00 (trinter tres milhões, seiscentos mil cruzciros), quando montado e instalado e em perteito funcionamento.

15. Fornecimento e instalação de um aparelho limpa-grelhas, completo — G obel — Cr\$ 12.000.000 00. (doze mihoes de cruzeiros) pagos em duas parcelas:

15.1. Cr\$ 7.200.000,00 (sete milhocs e duzentos mil cruzeiros) quando o material estiver no canteiro da obra. 15.2. Crs 4.800.000,00 (quatro milhões e oltocentos mil cruzeiros) quan-

do montado, instalado e em perfeito funcionamento 16. Fornecimento e mentagem do 2'

gos eni duas parcelas, a saber; 16.1. Cr\$ 13.980.000 to (treze mi-

ihões, novecentos e oitenta mil cruzeiros) quando o material estiver no

local do obro.

16.2. Crs 9.320.000,00 (nove milhões, (rezentos e vinte mil cruzeiros) quando montado, instalado e em perfeito funcionamento.
17. Fornecimento e montagem de 3

comportas de grelhas metálicas Glo-bal — Cr\$ 28.000.000.00 (vinta e cito milhões de cruzeiros) pagos em duas

percelas, a saber:
17.1. Cr\$ 16.800.000,00 (desesses milhões e oltocentos mil cruzeiros) quando o material estiver no local ca phra

17.2. Cr\$ 11.200.000,00 (onze milhões e duzentos mil cruzeiros), quando montado, instalado e em perfeito funcionamento.

18. Fornecimento e montagem de uma tubulação de 5m de diâmetro e 13m de comprimento — Global Cr\$ 23.500.000.00 (vinte e três milhões e quinhentos mil cruzeiros) pagos em

duas parecelas, a saber:
18.1. Crs 14.100.000,00 (quatorze milhões e cem mil cruzeiros), quando o material estiver no local da obra.

18.2. Crs 9.400.000.00 (nove milhões e quatrocentos mil cruzeiros) quando montado, instalado e em perfeito funcionamento.

feito funcionamento.

19. Fornecimento e montagem de R. — 0.90 1 — O um tubo "by-pass". de 0.60 x 0.80m.

Global — Crs 3.800.000,00 (três milhões e oitocentos mil cruzeiros) paros em dues parceles e sobor: ros em duas parcelas, a saber:
19.1. Crs 2.280.000.00 (dois milhões.

duzentos e oitenta mil cruzeiros) quan-do o material estiver no local da obra 2. Cr\$ 1.520.000,00 (hum milhão, quinhentos quinhentos e vinte mil cruzeiros) quandomontado, instalado e em per-

feito funcionamento.
20. Fornccimento e montagem uma ponte rolante, completa — Glo-bal — Cr\$ 107.000.000,00 (cento e sete milhões de cruzeiros) pagos em duas

mil gruzeiros) quando o meterial eletiver no local da obra.

20.2. Cr\$ 42.800.000,00 quarenta o

dois milhões e oitocentos mil cruzeiros) quando montado, in talado e em
perfeito funcionamento.

lor do presente contrato, aos precos acertados é de Crs 2.511.760.000,00 (dois bilhões, quinhentos e quarenta e um milhões, screcentos e ses enta mil e um milhões, sctecentos e ses enta mil cruzeiros), correndo a despesa no presenta exercíclo, inicialmente por conta de recurso próprio do DNOS, correspondente às Verbas 2.0.00 — Transferências, Consignação 2.1.00 — Auxilios e Subvenções, Subconsignação 2.1.01 — Auxilios, 3 — Entidades Autárquicas, 2 — DNOS, 5 — Obras de Saneamento, etc. 25 — Santa Catarine, 8 — Construção da barragem do Chapecozinho, do Anexo 4 22 — MVOP, 03.03-02 — Divisão d3 Orçamento (Encargos Gerais), da Lei número 4.177, de 11 de dezembro de 1962 (Orçamento da União para 1963), e Verba 2.0.00 — Transferências, Consignação 2.9.00 — Transferências Econômicas, Subconsignação 2.9.30 — DNOS 1 — Daspon da Catarina Consignação 2.9.00 — Transferências Econômicas, Subconsignação 2.9.30 — DNOS, 1 — Despe a de qualque, natureza, etc. 25 — Santa Catarina, 6 — Diversos, 1 — Barragem Chapaco-zinho, do Anexo 4.23 — MVOP, da Lei nº 4.295, de 16 de dezembro de 1963, ficando empenhadas iniciamante, respectivamente, as importâncias de Orâ 190.000.000,000 (cento e noventamilhões de cruzation) e era pelo crédito ou consignação orça-

inentária que a comportar.

As despesas decorrentes de reajustamento serão empenhadas à medida em que forem conhecidas pelo imple-

mento das obrigações estipuladas.

Sexta (Forma de Pagamento) — Os
pagamentos, de acôrdo com a cláusula procedente, serão efetuados em moeda corrente, diante de medições parciais de trabalho executades. A fis-calização competente extrairá os bo-ctins de medição, visando as respec-ivas conta ou faturas, para, efeito

ivas conta ou faturas, para efeito de pagamento.

Sciima (Reajustamento de Preços)

As revisões dos preços unitários contratuais a que está sujeito êste contrato serão efetuadas de acordo com a Lei nº 4.370, de 28 de julho de 1964, e obedecido o que se segue:

Será concedido reajustamento de preço proposto pelo Empreiteiro com exceção do item Instalações e Serviços preliminares, de acôrdo com a Lei nº 4.370, de 28 de julho de 1964, adotando-se, o índice "preços" de "evolução de negócio," do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getulio Vargas. Para êsse fim, será aplicada a fórmula prevista na Lei citada.

Onde:

é o valor do reaju tamento;

É o índice de preços verifica-0 dos no posta; no mês de apresentação da pro-

1 = é a média aritmética dos indices mensais do período que deveria

V — é o valor contratual da obra

Oitava (Caução) Em garantia do sumprimento dêste contrato, fica depositada na Caixa Econômica Faderal do Rio de Janeiro a parcela inicial de taução no valor de Cr\$ 2.630 000,00 (dois milhões e seiscentos mil cruzeiconforme conforme em moeda corrente, conforme eus, em moeda corrente, conforme tuia de recolhimento nº 103.755, de 16 de novembro de 1964, o Empreitei-lo completará a caução em parcelas portespondentes a 5% (cinco por cenmas) o) no valor das medições efetiadas,

bo) no valor das medições eteriadas, inclusive as de reajustamento.

Nona (Equipamento) — O Departamento não cederá ao Empreireiro iquipamento algum para a execução dos serviços ora contratados.

Décima (Prazo) — O prazo de execução dos serviços ora contratados é de 23 (vinte e três) metes e 10 (dez)

dias, a partir da data da vigência do contrato. O prazo para inicio será no máximo de 5 (cinco) dias contados da ordem de serviço expedido pela Friscalização, dentro de 8 (oito) dias de validade.

Undecima (Fiscalização) -Undécima (Fiscalização) — A fisca-lização da execução dos serviços ora contratados ficará a cargo do 14º Dis-trito Federal de Obras de Saneamen-to, com o qual cumpre ao represen-tante do Emprelteiro entender-se di-retamente, de preferência por escrito, a respeito de quaisquer assuntos re-lavierados com os mesmos serviços.

a respeito de quaisquer assuntos re-lacionados com os mesmos serviços. Décima Begunda (Validade) — O presente contrato, após sua aprovapresente contrato, apos sua aprova-cão pelo Conselho Deliberativo, passa-rá a produzir os devidos efeitos a par-tir da data de sua publicação no Diá-rio Oficial, o que deverá ser feito den-tro de prezo legal de 20 (vinte) dias da data desa aprovação.

Décima Terceira (Penalidade) — O Empretteiro, sa deixar de cumprir qualquer clausula deste contrato, bem como deixar de dar aos trabalhos o ritmo correspondente ao cronograma aprovado pelo DNOS, ficará sujeito a multas e outras penalidades, de acordo com o previsto nas "Normas Gera's

para Empreitadas do DNOS". Décima Quarta (Inidoneidade) inadimplemento de qualquer das pre-ienadimplemento de qualquer das pre-ientes obrigações contratuais podera importar em declaração expressa de inidoneidade do Empreiteiro, para contratar ou transigir com o Depar-tamento, sem desprêzo de quaisquer outras sanções previstas neste contrato.

Decima Quinta (Responsabilidade) Nenhuma responsabilidade caberá ao Departamento pelos danos que o Empreiteiro venha a causar a terceiros, em virtude da execução dos serviços contratados. Por sua conta correrão os ônus do seguro que lhe cumpre fazer para a ochortura dos riccos de acidente de trabalho pelos quals deve responder. Caber-lhe-ão, igualmente, Es despe as decorrentes da legislação deste contrato, inclusive o pagamento do respectivo selo, de acordo com a Lei nº 4.308, de 28 de agosto de 1964, por guia na ocasião do pagamento das fatura.

Décima Sexta (Casos Omissos) Os esses emisses e o que se tornar controvertido, em face das presentes cláusulas contratuais, serão resolvi-dos por despacho do Senhor Diretor-Geral do DNOS, capendo recursos ao Censciho Deliberativo, no prazo imprerrogável (o olto dias, seguidos à data da ciência dêsse despacho.

Dicima Sciima (Fôro) — Fica ado-tado o fôro da sede do DNOS para dirimir as que ses judiciais resultantes desta contrato.

E, para firmeza e validade de tudo quanto fica acima esapulado, lavrouse o pres nte Termo de Contrato de Empreitada no levo próprio, o qual depois de l'eo e achado conforme, va. ascinado per riem Jeão Octávio Men-des Saraiva, Oficial de Administra-cio, Nível 12, pelas partes contratan-tes e pelas duas testemunhas Dilson Ferreira Simoss a Natelina Alice de se o presinte Têrmo de Contrato de Ferreira Simoss e Natelino Alves de oliveira, prasentes a ête ato; Têrmo de centrato do qual cerão extraidas doze vias de igual teor, devidamente autenticadas, para todos os fins

Rio de Janeiro, 27 de novembro de e volante (APP), no total de 1 (uma) 1984. — Dilson Melgaço Filguerras, unidade, a razão de Cr3 35.323.00 | Salomão Maneia, João Octavio Mendes Saraiva — Testemunhas: Dilson oito cruzeiros) por unidade. Ferreira Simões — Natalino Alves de Olipeira.

O presente Contrato foi aprovado pelo Conselho Deliberativo do DNOS, em sua Reunião nº 63-25-64, de 80 de dezembro de 1934, paía Mesolução nú-mero 293-285-64, de 30 de dezembro

Alberto Pires Amarante, Presidente do Conselho Deliberativo do DNOS. (Nº 49 — 7.1.64 — Cr3 17.035,00).

Têrmo de Contrato nº 191, obedecida a ermo de Contrato nº 191, obedecida a minuta-padrão aprovada pela Resolução nº 44-31 de 1964, do Conselho Deliberativo DNOS, para fornecimento de tubos, conexões e peças de ferro fundido, classe "LA" pixados, com juntas de borracha destinados desprisos de borracha destinados desprisos de fornecimento destinados. aos serviços de abastecimento d'água da cidade de Itanhandu, Estado de Minas Gerais, 5º Distrito Federal de Obras de Saneamento.

Aos 14-dias do mês de dezembro de 1964, às quinze horas, na sede do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), à Avenida Presi-dente Vargas nº 62, 12º andar, neste Estado, na sala da Procuradoria Geral compareceram e Sr. Dilson Mel-gaço Filgueiras, Diretor da Divisão de Administração, como representante do DNOS neste ato, exvi do disposto no artigo 80, § 2º, inciso III, do Decreto nº 1.487, de 7 de novembro de 1962, e o Senhor Roger Sester, na qualidade de Sub-Gerente da firma Companhia Ferro Brasileiro S.A., estabelecida na cidade do Río de Janeiro, Estado da Guanabara, à Avenida Nilo Peçanha Guanabara, à Avenida Nilo Peçanha nº 26, 6º andar, para o fim de assi-narem o presente contrato para for-necimento de tubos, conexões e peças de ferro fundido, classe "LA", pixa-dos, com juntos de borracha, destina-dos aos serviços de abastecimento d'ague da cidade de Itanhandu, Esta-do de Mines Gergis so Distrito Padoral do de Minas Gerais, 9º Distrito Federal de Obras de Sancamento, decorrente da proposta vencedora na concorrencia administrativa nº 113-64, a que se refere a inclusa carta convite, concorrência esta aprovada pelo Diretor-Geral do DNOS no processo número 8.738-64, mediante as cláusulas que se seguem:

Primeira (Designação) - O DNOS será designado por Departamento e firma contratante por Fornecedor.

Segunda (Normas, Instruções e Es pecificações) — O Fornecedor declara conhecer as "Normas Gerals para Empretadas do DNOS", e a elas submeter-se, no que não colidirem com as disposições dêste contrato, bem como às Escificações constantes carta convite, referentes aos serviços ora contratados, todas devidamente rubriocdas por ambas as partes o que passam a ser consideradas como pre te integrande do presente instrumento a que se juntam.

Terceira (Discriminação dos servi-cos) — Os serviços objeto do presente contrato constam do fornecimento de tubos, conexões e peças de ferro fun-dido, classe "LA", pixados com jundido, classe "LA", pixados com jun-tas de borracha, destinados aos servicos de abastecimento dágua da cidade de Itanhandu, Estado de Minas Ge-rais, jurisdição do 9º Distrito Federal de Obras de Saneamento.

Quarta (Quantidades e preços unitários):

tarios):

1. Tomada dá'gua.

1.1. Tubo, diâmetro 12" (doze polegadas) 0,89 (oltenta centimetros) de comprimento (FF) no total de 1 (uma) unidade a razão de Cr\$....

58.161,00 (cinquenta e cito mil cento e sessenta e quatro cruzeiros) por uni dade:

1.2. Adufa de parede, diametro de 12º (doze polegadas), inclusive basta

2. Adução.

2.1. Tubos, diâmeiro 12" (doze polegadas) (P.D.) no total de 32 (trinta e dois) metros a razão de Cr\$..... 19.741.00 (dezenove mil setecentos e quarenta e um cruzciros) por metro linear.

2.2. Crivo, diâmetro 12" (doze polegadas) no total de 1 (uma) unidade, à razão de Cr\$ 40.296,00 (quarenta mil duzentos e noventa e seis cru-

ra mi dizentas e noventa e seis cruzeiros) por unidade.

2.3. Curvo de 45º (quarenta e cinco
graus) diametro de 12º (doze polega.
das) (C. 45º P.B.) no total de 1
(uma) unidade, a razão de Cr\$.... 51.950.00 (singuenta eu m mil nove centos e cinquenta cruzziros por uni-

3. Equipamentes.

3.1. Peça de extremidade, diametro de 12" (doze polegadas) (E.P.F.) no total de 1 (uma) unidade, e razão de Cr\$ 32.624,60 (trinta e dois mil seiscentos è vinte e quatro cruzeiros e sessenta centavos) por unidade.

3.2. Tè diametro 12"x8" (doze pole-

gadas por cito polegadas) (T.F.F.) no total de 1 (uma) unidade à razão de Crs 62.028,80 (sessenta e dots mil vinte e oito cruzeiros e trinta centa-

3.3. Redução, d'âmetro 12ºx8" (doze polegadas por dito polegadas) (RFF) no total de 1 (uma) unidade à razão de Crs 38.443,00 (trinta e oito mil quatrocentos e quarenta e três cruzeiros)

Tubo, diametro de 8" (olto polegadas) 0.65m (sesenta e cinco centimetros) de comprimento (FF) no total de 1 (uma) unidade à razão de Crs 31, 170,00 (trinta e um mil cento e

centos cruzeiros) por unidade.

3.5. Curva de 90° (noventa graus)
diâmetro 8" (oito polegadas (C 90°
FF), no total de 1 (uma) unidade, a
razão de Cr\$ 31.585,60 (triota e um
mil quinhentos e oltenta e cinco cruzeiros e sesenta centavos) por unida-

3.6. Registros diàmetro de 8" (olto polegadas) (R.O.F.V.) no total de 2 (duas) unidades, à razão de Cr\$.... 103.900,00 (cento e três mil e novecentos cruzeiros por unidade.

3.7. Reduções diâmetro 8"x5" (oito

polegadas por cinco polegadas (RFF) no total de 2 (duas) unidades a razão Cr\$ 22.442,40 (vinte e dois mil qua_

de Cr\$ 22.442,40 (vinte e dois mil quatrocentos e quarenta e dois cruzeiros e quarenta centavos) por unidade.

3.8. Reduções, diâmetro 6"x3" (seis para três polegadas) (RFF) no total de 2 (duas) unidades, à razão de Cr\$ 16.104.50 (dezesseis mil cento e constitutos e cinquentos centavos). quatro cruzeiros e cinquenta centavos)

por unidade. 3.9. Válvidas de retenção, diâmetro de 6º (seis polegadas) (V.R.S.) no total de 2 (duas) unidades, à razão de Cr\$ 49.680.00 (quarenta e nove mil seiscentos e oltenta cruzeiros) por unidade. unidade.

3.10. Registros, diâmetro de 6" (seis polegadas) (R. C. F. V.) no total de 2 (duas) unidades, à fazzo de Cr\$ 70.104.00 (setenta mil cento e quatro cruzeiros) por unidade.

AVISO AS REPARTIÇÕES PUBLICAS

O Departamento de Imprensa Nacional avisa Às Repartições Públicas em gérel que deverso providen-ciar a reforma das assina-turas dos órgãos oficiais até o dia 26 de fevereiro corrente, a fim de evitar o cancelamento da remessa partir daquela data.

3.11. Tubo diâmetro 6" (sels pole-gadas) 3.43 (quarenta e três centi-metros (de comprimento (FF) no total de l (uma) unidade, à razão de Crs... 21.819,00 (vinte e um mil oltocentos e dezenove cruzeiros) por unidade.
3.12. Curva de 90º (noventa graus)

diametro de 6" diâmetro de 6" (seis) polegadas (C. 90° FF) no total de 1 (uma) unidade, à razão de Cr\$ 29.730,00 (vinte mil setecentos e oitenta cruzeiros) por

unidade. 3.13. Tubo, 3.13. Tubo, diametro de 6" (seis polegadas) 0.90 (noventa centimetros), de comprimento (FF) no total de 1 (uma) unidade, a razão de Cra 25.975,00 (vinte e cinco mil novecentos e setenta e cinco cruzeiros) por

tos e unidade, unidade, Redução diametro 10"x6" (dez para seis polegadas (RFF) no total de 1 (uma) unidade, a razão de Crs 29.092.00 (vinte e nove mil

venta e dols cruzeiros) por unidade.

3.15. Junção, diâmetro 10"x8" (des por sels polegadas) (Y.F.F.) no total de I (uma) unidade, a razão de Crs... 61.301,00 (sesenta e um mil trezentos e um cruzeiros) por unidade.
3.16. Curva de 45º (quarenta e cin-

co graus) diâmetro de 6" (seis polega-das) (C 45" FF) no total de 1 (uma)) unidade, à razão de Cr\$ 34.079.20 unidade, à razão de Cr\$ 34.079.20 (trinta e quatro mil e setenta e nove cruzeiros e vinte centavos) por uni-

Tubo, diametro de 10" polegadas), 0,90m (neonatvc(-b(1 ... polegadas) 0,90 (noventa centimetros por unidade.

4: Adutora de água bruta:

4.1. Tubos, diâmetro de 10" (des-polegadas) (P.B.) no total de 328m (trezentos e vinte e olto metros) a razão de Cr\$ 14.961.80 (quatorze mi novecentos e sessente e um cruzeiros e sessenta centavos) por metro linear,

4.2. Curva de 45º (quarenta e cinco graus) diâmetro 10" (dez polecinco graus) diametro 10" (dez pole, gadas) (C 46° P.B.) no total de 3

des centavos) per unidade.
4.3 Curva 11º 15' (onze graus e quinze minutos) diâmetro 10'' (des polegadas) (C 11º 15' P.B.) no total

diametro 10" (dez polegadas) (C 908 P. B.) no total de 1 (uma) unidade, a razão de Cr\$ 39.482,00 (trinta e a razão de Cr\$ 39.482,00 (trinta e nove mil quatrocentos e oitenta e dois

cruzeiros) por unidade.
4.8. To diametro 10" x 6" polegadas por seis polegadas) (T. FF); no total de 1 (uma) unidade, a razão de Cr\$ 50.911,00 (cinquenta mil nove-

zentos e quarenta cruzeiros) pos unidade.

5. Reservatório de água bruta. 5.1. Curva de 000 5.1. Curva de 90? (noventa graus) diametro 10" (dez polegadas) (C 90° FF) no total de 1 (uma) unidade, a razão de Cr\$ 43.949.70 (quarenta e três mil novecentos e quarenta e nove cruzeiros e setenta centavos) por unidade.

5.2. Adufa de parede, diâmetro 6" (seis polegadas) (APP) no total de 1 (uma) unidade, a razão de Cr\$ 49.348,80 (quarenta e nove miltrezentos e quarenta e cito cruzeiros e oltenta centavos) por unidade.

trinta e olta 5.4. Mancal intermediário para Miametro 1 1/8" (um e um oitavo de polegada) no total de 2 (duas) uni-mades, à razão de Cr\$ 9.384,00 (nove mil trezentos e oitenta e quatro cru-zeiros) por unidade.

5.5 Haste de 4,00 (quatro metros) tie comprimento, diâmetro de 1 1/8" (tim e um oltavo de polegada) no total de 2 (duas) unidades, a razão de Cr\$ 24.936,00 (vinte e quatro mil novecentos e trinta e seis cruzeiros) por unidade.

por unidade.

| 5.6. Pedestal de manobra simples, para diâmetro de 1'1/8" (um e um bitavo de polegada) no total de 2 (duas) unidades, a razão de

| Eris 55.862.40 (cinquenta e cinco mil

LITS 55.862,40 (cinquenta e cinco mil loitocentos e sessenta e dois cruzeiros p quarenta centavos) por unidade.

5.7. Peça de extremidade diâmepro de 8" (cito) polegada (EPF) no lotal de 1 (uma) unidade a razão de lors 19.221,50 (dezenove mil duzentos printes e uma contrator a la difference por los contrators de la difference de la contrator vinte e um cruzeiros e cinquenta

bentavos) por unidade.

5.8. Crivo, diâmetro de 8" (cito
polegadas) no total de 1 (uma) unidiade, a razão de Cr\$ 19-013,70 (dezenove mil e treze cruzeiros e setenta

pentavos) por unidade. 5.9. Tubo. diâmetro de 6" polegadas) 0,70m (setenta centime-tros) de comprimento (FF) no total de 1 (uma) unidade a razão de Or\$ 25.975,00 (vinte e cinco mil no-vecentos e setenta e cinco cruzeiros) por unidade.

5.10. Curva de 90º (noventa graus) Miâmetro de 6º (seis polegadas) Miametro de 6" (seis polegadas) KC 90° FF) no total de 1 (uma) unidade, a razão de Cr\$ 20.780,00 (vinte mil setecentos e oltenta cruzeiros) por unidade.

5.11. Tubo, diâmetro 6" (seis po-legadas) 1.90m (um metro e noventa tegadas) 1,90m (um meuro e accidentimetros) de comprimento (FF) no total de 1 (uma) unidade, a razão de Crs 34.079,20 (trinta e quetro mil e setenta e nove pentavos) por unidade.

5.12. Redução diâmetro 10" x 6" (dez para seis polegadas) (RFF) no kotal de 1 (uma) unidade a razão de Cr3 50.911.00 (cinquenta mil nove. tentos e onze cruzeiros) por unidade 5.13. Tubo, diâmetro 10" (dez

polegadas) 0,45m (quarenta e cinco bentimetros) de comprimento (FF) no total de 1 (uma) unidade, a rasão de Crs 35.326.00 (trinta e cinco mil trezentos e vinte e seis cruzeiros) por

unidade.

5.14. Tê. diâmetro 10" (dez polegadas) (TFF) no total de 1 (uma) unidade a razão de Cr\$ 56.313.80 (cinquenta e seis mil trezentos e trabe cruzeiros e oltenta centavos) por

unidade.
5.15. Tubos, diâmetro de 19" (dez polegadas) 5,50m (cinco metros e cincilenta centimetros) de compri-mento (FF) no total de 2 duas) unidades, a razão de Cr\$ 110.400.00 (cento e dez mil e quatrocentos cruzétros) por unidade.

5.16. Tubo, d'âmetro 12" (dore polagadas) 150 (um metro e cinquenta centímetros) de comprimento (FF) no total de 1 (uma) unidade, a razão de Cr\$ 50.911,00 (c'inquenta mil paracentes e comprimento de cinquenta mil paracentes e comprimento de cinquentes e cinquentes e comprimento de cinquentes e cinquent 5.16. Tubo, d'ametro 12"

mil revecentos e onze cruzeiros) por un'ende.

5.7. Curva de 90º (noventa graus) diâmetro 12" (doze polegadas) (C 90º FF) no dotal de 1 (uma) unidade a razão de Cr\$ 60.365 90 (sessenta mil trezentos e sessenta e cinco cruzeiros e noventa centavos) unidade.

Qu'nta (Valor & dotação) — O va. lor do presente contrato, aos preços ecertados, é de Cr\$ 7.978.604.00 (sete milhões novecentos e setenta e oito mil seiscentos e quatro cruzeiros) que lhe cumpre fazer para a cobercorrendo a despesa no presente exertura dos riscos de acidente de tracicio, por conta de recurso próprio dalho pelos quais deve responder. Caber lhe-ão, igualmente as despesa. 0.00 — Transferências, Consigna sas decorrentes da legalização dêste mil seiscentos e quatro cruzeiros) correndo a despesa no presente exer-

ção 2.9.00 -- Transferências Econô. micas, Subconsignaçã_o 2.9.30 — DNOS, 1 — Despesas de qualquer na... micas. DNOS, 1 — Despesas de qualquer natureza, 14 Minas Gerais, 1 — Abastecimento dágua em: 42) Itanhandu, do Anexo 4.23. MVOP, da Lei número 4.295, de 16 de dezembro de 1963, ficando empenhada a importância total de Cr\$ 7.978.604,00 (setemulhões novecentos e setenta e oito milhões novecentos e setenta e oito milhõus e setenta e oito milhões novecentos e oito milhões novecentos e oito e oi mil. seiscentos e quatro cruzeiros). conforme a nota número 1.697, de 8 de dezembro de 1964.

Sexta (Forma de pagamento) — Os pagamentos, de acordo com a clausula precedente, serão efetuados em moeda corrente, diante de medições de trabalhos executados. A fis-calização competente extrairá os bo-letins de medição, visando as respectivas contas ou faturas, para efeito de pagamento.

Sétima (Reajustamento de preços) Este contrato não está sujeito a reajustamento de preços.

Oitava (Caução) — Em garantia do cumprimento dêste contrato, fica depositada na Tesouraria Geral do depositada na Tesouraria Geral do Tesouro Nacional a parcela inicial de caução no valor de Cr\$ 80.000.00 (oltenta mil cruzeiros), em títulos da divida pública federal, conforme guia de recolhimento nº 25.765-338, de 3 de dezembro de 1964, o FORNECE-DOR completará a caução em parcelas correspondentes a 5% (cinco por cento) do valor dis medicas efecento) do valor das medições efetuadas.

Nona (Equipamento) - O DEPAR. TAMENTO não cederá ao FORNE-CEDOR equipamento algum para a execução dos serviços ora contratados.

Décima (Prazo) - O prazo de execução dos serviços ora contratados de inicio imediato, a partir da data da vigência do contrato. O prazo para inicio será imediato, contado da ordem de serviço expedido pela Fis-calização, dentro de 8 (oito) dias de validade.

Undécima (Fiscalização) - A fis. calização da execução dos serviços ora contratados ficará a cargo do 9º Distrito Federal de Obras de Saneamento, com o qual cumpre ao repre-sentante do FORNECEDOR enten-der-se diretamente, de preferência por escrito, a respeito de quaisquer assuntos relacionados com os mesmos serviços.

Décima Segunda (Validade) presente contrato, após sua aprova-ção pelo Conselho Deliberativo, pasção pelo Conselho Deliberativo, pas-sará a produzir os devidos efeitos a partir da data de sua publicação no "Diário Oficial", o que deverá ser feito dentro do prazo legal de 20 (vinte) dias da data dessa aprovação. Déc ma Terceira (Penalidade) — O

FORNECEDOR, se deixar de cumprir qualquer clausula deste contrato, bem como deixar de dar aos trabalhos o ritmo correspondente ao cronograma aprovado pelo DNOS, ficará sujeito a multa e outras penalidades, de acôrdo com o previsto nas "Normas Gerais para Empreitadas do DNOS".

Décima Quarta (In:doneidade) O inadimplemento de qualquer presentes obrigações contratuais po-derá importar em declaração expressa de inidoneidade do FORNECEDOR, para contratar ou transigir com o DE-PARTAMENTO, sem desprêzo de PARTAMENTO, sem desprêzo de quaisquer outras sanções previstas contrato. neste

Décima Quinta (Responsabilidade)

Nenhuma responsabilidade caberá
ao DEPARTAMENTO pelos danos
que o FORNECEDOR venha a causar a terceiros, em virtude da execução dos serviços contratados. Por sua conta correrão os ônus do seguro

pagamento das faturas.

Décima Sexta (Casos omissos) Os casos omissos e o que se tornar controvertido em face das presentes clausulas contratueis, serão resolvidos por despacho do Sr. Diretor Ge. rai do DNOS, cabendo recursos ao Conselho Deliberativo, no prazo im-

Conseino Deliberativo, no prazo improrrogável de olto dias, seguidos à data da ciência desse despacho.

Décima Sétima (Fóro) — Fica adotado o fóro da sede do DNOS para dirimir as questões judiciais resultantes deste contrato.

E, para firmeza e validade de tudo quanto fica acima, estipulado, la-vrou-se o presente termo de contrato de empreitada no livro proprio, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado por mim. João Octávio Mendes Saraiva, Oficial de Administração nivel 12, pelas partes contratantes e pelas duas testemu-nhas Dilson Ferreira Simões e Natalino Alves de Oliveira, presentes a deste ato; térmo de contrato do qual serão extraídas as necessárias vias, de igua! teor devidamente autentica. das, para todos os fins. — Rio de Janeiro, em 14 de dezembro de 1964. Assinado Dilson Melgago Figueiras, Roger Sester e Jodo Octávio Mendes Saraiva. Testemunhas: Dilson Ferreira Smões e Natalino Alves de Quipeira.

O presente Contrato foi aprovado pelo Conselho Deliberativo do DNOS, em sua Reunião nº 85-63-64, de 23 de dezembro de 1964, pela Resolução nº 281-268-64 de 23 de dezembro de 1964. — Alberto Pires Amarante, Presidente do Conselho Deliberativo

do DNOS. (Nº 50 — 7.1-65 — Cr\$ 20.403,03).

Têrmo Adit vo nº 44 A obedec da a minuta-padrão aprovada pela Resolução nº 10.63, alterada pela Re-solução nº 51.38-64, do Conse.ho Deliberativo do DNOS a contrato celebrado entre o Departamento Nacional de Obras de Sancamento Nacional de Obras de Sancamento e a firma A. J. Limitada, para execução dos serviços de conserva-ção de cursos d'água nos setbres de Campo Grande e Santa Cruz, Es-tado da Guanabara, 8º Distrito Fe. deral de Obras de Sancamento.

Aos 7 dias do mê_s de dezembro de Aos 7 días do mês de dezembro de mil novecentos e sessenta e quatro, as quinze horas, na sede do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), à Avenida Presidente Vargas, número sessenta e dois, décimo segundo andar, nêste Estado, na sala da Procuradoria-Geral, compareceram o Dr. Dison Melasa. Di pareceram o Dr. Dilson Melgac, Fil-gueiras, Diretor da Divisão de Administrução como representante do D. N.O.S., nêste ato, ex vi do disposto no artigo 80. § 2º, inciso III, do Decreto nº 1.487, de 7 de novembro de 1962 e o Sr. Alexandre Antunes Fermandre na subdisea de Section 19 nandes, na qualidade de Sócio da 2ir-ma A. J. Ltda., estabelecida no Rio ma A. de Janeiro. Estado da Guanabara, à Travessa Onze de Agosto, número

AVISO AS REPARTIÇÕES PUBLICAS

O Departamento de Imprensa Nacional avisa Repartições Públicas em ral que deverão providen-ciar a reforma das assinaturas dos órgãos oticiais até o dia 26 de fevereiro corrente, a fim de evitar o cancelamento da remessa partir daquela data,

contrato, inclusive o recolhimento do seis, sala oitocentos e nove, para o respectivo selo, de acordo com a Lei fim de assinarem o presente Termo nº 4.388, de 28 de agôsto de 1964, por Aditivo ao contrato nº 107, celebrado guia de recolhimento na ccasião do entre ambos em 19 de agôsto de 1963 e registrado pelo Tribunal de Contas em Sessão de 11 de outubro de 1963, em sessa de 11 de outubro de 1963, em virtude de terem acordado, con-forme consta do processo número 4.103-63-DNOS, com fundamento no artigo 5°, da Lei nº 4.370, de 28 de julho de 1964, incluir cláusula para o reajustamento previsto na forma da citada Lei de acôrdo com a seguinte redação:

> Primeira — A revisão dos preços Primeira — A revisão dos precos unitários contratuais a que está sujeito êste contrato, será efetuada de acordo com o artigo 2º, da Lei número 4.370, de 28 de julho de 1984, em todos os itens da cláusula quarta do contrato, segundo a formula acquinte.

R = é o valor do reajustamento; I = é o indice de preços verificado O no mês de apresentação da pru-

posta;
= e a média aritmética dos indices
mensais do periodo que deveria
ser reajustado;

V = 6 o valor contratual da obra ou serviço a ser reajustado.

Segunda — A revisão dos preços

segunda — A revisão dos preços unitários, que trata a cláusula precedente, relativa aos serviços executados a partir de 24 de revereiro de 1964, incidirá sóbre os preços na forma estabelecida no contrato originá-

Terceira — O Empreiteiro declera que se submete às "Normas para Reque se suomete as "Normas pata Re-visão de Preços do DNOS", aprovadas pela Resolução nº 42-29-64, do Con-selho Deliberativo, bem como às "Nor-mas Gerais para Empreitadas do mag Gerais para Emprenauas de DNOS", aprovada pela Resolução nº 50-37-64, do Conselho Deliberativo, e trumento.

Quarta — As despesas para legali zação do presente Têrmo Aditivo fi-cam a cargo do Empreiteiro, sendo o impôsto do selo recolhido pelo mes-mo de acordo com a Lei nº 4.388, de 28 de agôsto de 1964, por guia, na ocasião do pagamento das faturas. Quinto — Ficam mantidas as de-

Quinto — Ficam mantidas as de-mais cláusulas do contrato anteriormente assinado.

E, para firmeza e validade de tudo quanto fica acima estipulado, lavrouse o presente termo aditivo no livro proprio, o qual, depois de lido e achado conforme vai assinado por mim, Flávio Bastos dos Santos Reis, As-sistente, cargo isolado de provimento efetivo, pelas partes contratantes e pelas testemunhas Dilson Ferreira Sipelas testemunhas Dison Ferreira Si-mões e Natalino Alves de Oliveira, presentes a êste ato que após sua aprovação pelo Conselho Deliberati. Vo passará a produzir os devidos etel-tos a partir da data de sua publica-ção no Diário Oficial, o que deverá. Ser efetuado dentro do prazo legal de 20 (vinte) dias dessa aprovação; Têrmo Aditivo do qual serão extral-das 12 (doze) vias autenticadas des-tinadas aos fins e formalidades le-

Rio de Janeiro, 7 de dezembro de 1964 — as.) Dilson Melgaço Filguet, ras, Alexandre Antunes Fernandes o Flávio Bastos dos Santos Reist Tes-temunhas: Dilson Ferreira Simbis o Natalino Alves de Ol veira.

O presente termo aditivo foi apro-O presente termo aditivo foi aprovado pelo Conselho Deliberativo do
DNOS, em sua Reunião nº 85-63-64,
de 23 de dezembro de 1964, pela Resolução nº 251.238-63, de 23 de dezembro de 1964. — Alberto Pires Amarante, Presidente do Conselho Delibe rativo do DNOS. (Nº 107 — 7.1.65 — Crs 5.304.00).

MINISTÉRIO DA VIAÇÃO E OBRAS PUBLICAS

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Secretaria de Estado dos Negócios dos Transportes

Estrada de Ferro Araraquara

Concorrência Pública para compra instalação de sistema eletrônico de processamento de dados constituidos de computador eletrônico digital e equipamento complementar .

Acha-so aberta, nesta Estrada, Concorrência Pública dara compra e instalação de sistema eletrônico processamento de dados, constituidos de computador eletrônico digital e equipamento complementar, destinado à execução dos serviços administrati-vo-contábeis e outros; da Estrado de Ferro Argraquara, com encerramento no dia dezoito (18) de maio de 1965, ès 15 horas à Avenida Espanha — Edificio E.F.A. — 2º gndar, em Araraquara.

O Departamento das l'inanças des-ta Estrada, localizado no 19 andar do Edificio supramencionado, fornecerá às firmas inte essadas, a partir do dia 15 de janeiro e até 30 de abril de 1985, uma cópia autêntica e integral do respectivo edital, onde constam os elementos necessários à apre-sentação das propostas, pem como prestará qualsquer ouros esclarecimentos julgados necessários.

A caução inicial será de Crs...... 5.000.00 (cinco milhões de cruzeiros), a ser depositada na Tespuraria da Estrada, mediante guia a ser furnecida pelo Departamento das Finanças.

Araraquara, 28 de desembro de 1964.

— José Savério Lia, Diretor. (№ 1.111 — 4-1-65 — Cr\$ 5.508.00) Dias: 8, 11 e 12 de janeiro de 1965.

MINISTÉRIO DO TRABA LHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL .

CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E ARQUITETURA

5ª Região

EDITAL Nº 1.241

De ordem do Sr. Presidente, torno público para o conhecimento dos interessados, que, em data de 6 de novembro de 1964, foram lavrados por este Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura — 5º Região os seguintes Autos de Constatação de In-

Nº 22.087 — Orlando Bott.no — Infração do artigo 8º do Decreto número 23.563, de 11.12.1933, e artigo 4º da Resolução nº 141, de 23 de junho de 1964, do Conselho Federal de Engenharia e Arquitetura.
Nº 22.088 — Chakib Maciel Dazzi — Infração do art. 8º do Dec. numero 23.569 de 11.12.1933, e artiga da Res. nº 141 de 23.6.1964, do CONFEA.
Nº 22.089 — Avanta —

Nº 22.089 — Arnaldo Bittencourt Infração do art. 8º do Dec. nº 23.569, de 11.12.1933, e art. 4º da Res. número 141, de 23.6, 1964, do CONFEA.

Nº 22.090 — Túlio de Cândia — Difração do art 2º do Decreto-lei nº 3.995 de 31.12.1941. Nº 22.091 — Maria da Penha Al-yes da Silva — Infrações dos artigos

AVISOS EDITAIS

3º e 5º do Decreto nº 23.569 de 1 11 de dezembro de 1933.

N 22.092 — Sebastiao de Souza — Infração do art. 7º do Decreto número 23.559 de 11 de dezembro de 1933

_ Companhia Constru-

Nº 22.093 — Comparing Constru-tora Baerlein — Infração do artigo 7º de D.c. nº 23 569, de 11 12 1933. Nº 22.094 — Wilson Manoel de Vasconcellos — Infração do artigo 7º do Dec. nº 23.569, de 11 de de-zemb o de 1933.

zemb.o de 1933.

Nº 22.055 — José Soares de Moura
— Intração do art. 7º do Dec. número 23.569, de 11.12.1833.

Nº 22.093 — Wilson da Silva Gomers — Infração do art. 7º (44º) do
Decreto nº 23.569, de 11.12.1933.

Nº 22.097 — Cleusa da Carvalho
Coste — Infrações dos arts. 1º, 3º e
5º do Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933.

Nº 22.093 — Raymundo Paes Bar-

nº 22.093 — Raymundo Paes Berreto Pessoa — Infração do artigo 8º do Decreto-lei nº 3.995 de 31 de desembro de 1941.

N° 22.099 — João Gonçalves Jú-nio: — infrações dos artigos 1°, 3° a 5° do Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933. N 22.100 — Alexandro

a 5º do Dacreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933.

N 22.100 — Alfredo de Siqueira Jorge — Infração do art. 8º do Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e art. 4º da Res. nº 141, de 23.6.1954, do Conselho Federal de Engenhar.a e Arquitetura.

Nº 22.101 — Mauric o Sulam — Infração co art. 8º do Dec. nº 23.569 de 11.12.1933 e art. 4º da Res. número 141, de 23.6.1964, do CONFEA.

Nº 22.102 — Banco Boavista S.A. — Infração do art. 8º do Decreto nº 23.569, de 11.12.1933, e art. 4º da Res. nº 141, de 23 de junho de 1964, co CONFEA.

Nº 22.103 — Geraldo Penna Firme — Infração do art. 8º do Decreto nº 23.569 de 11.12.1933, e art. 4º da Res. nº 141, de 23 de junho de 1964, do CONFEA.

do CONFEA.

do CONFEA.

Nº 22.104 — Jayma, Gorberg e dutros — Infração do artigo 8º do Decreto nº 23.569, de 11.12.1933, e artigo 4º da Res. uº 141, de 23 de junho de 1964, do CONFEA.

Nº 22.105 — Jankiel David Korn — Infração do art. 8º do Dec. nº
23.589, de 11.12.1933, e art. 4º da Res. nº 141, de 23 de junho de 1964, do CONFEA.

23.589, de 11.12.1933, e atv. 2.28. nº 141, de 23 de jumbo de 1964, do CONFEA.

Nº 22.106 — Celeste Freitas de Souza Mendes — Infração do artigo 8º do Dec. nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, a do Art. 4º da Res. número 141 de 23.6.1964, do CONFEA.

Nº 22.107 — Antonio Lopes Rodrigues e outros — Infração do artigo 8º do Dec. nº 23.569, de 11.12.1933, e do art. 4º da Res. nº 141 de 23 de jumbo de 1964, do CONFEA.

Nº 22.108 — Incorporadora Imobiliária, Sobrai Lida. — Infração do art. 8º do Dec. nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e do art. 4º da Res. nº 141 de 23 6-64, do CONFEA.

Nº 22.109 — Sabato Vincenzo— Infração do art. 8º do Dec. nº 23.569 de 11.12.1933, e do art. 4º da Res. nº 141 de 23 6-64, do CONFEA.

Res. nº 141 de 23.6.1964, do da Res.

Nº 22.110 -- Ravmundo Nonato de Araújo — Infrações dos artigos 19 3º e 5º do Dec. número 23.569 de 11.12.1933.

Nº 22.114 -G.B. Engenharia Indústria e Comércio Ltda. — Infração do Art. 7º do Dec. nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933.

Nº 22.115 — Samuel Jacob Lider-man — Infração do art. 7º (44º) do Dec. nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933.

Nº 22.116 — S.A. Fundações e Estruturas Fé — Infração do artigo 7º (44º) do Dec. nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933.

Nº 22.117 — Condominio Solar Camp'sta — Infração do art. 8º do Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e art. 4º da Res. número 141 de 23.6.1964, do Conselho Fe-deral de Engenharia e Arquitetura.

Nº 22.118 - Condomínio do Edifi-Nº 22.115 — Condominio do Edifi-cio Marco-Luiz — Infração do artigo 8º do Dec. nº 23.569, de 11 de de-zembro de 1933, é art. 4º da Res. nº 141 de 23.6.1964, do CONFEA.

Nº 22.119 — Condomínio do Edificio Comet 1º — Infração do artigo 8º do Dec. nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e art. 4º da Res. número 141 da 23.6 1964, do CONFEA.

Nº 22.120 - Benjamin Steinberg -10 23.130 — Benjamin Steinberg — Infração do art. 8º do Dec. número 23.569, de 11.12.1933, e art. 4º da Res. nº 141, de 23 de junho de 1964, do CONFEA.

Nº 22.121 - Regina Simões Mello Leitão — Infração do art. 8º do De-creto nº 23.569 de 11.12.1933, a ar-t'go 4º da Res. nº 141 de 23 £.1934. tigo 4º da Re do CONFEA.

Nº 22, 122 - Nobre S.A. Comér-Nove 22. 122 — Nobre S.A. Comer-cio - Indústria — Infração do art go 8º do Decreto nº 23.569, de 11 de de-zembro de 1933, e art. 4º da Res. nº 141 de 23.6.1984, do CONFEA.

Nº 22.123 - Sebastiana Fonseca N° 22.123 — Sepasualia Francea de Resende Costa — Infração do ar-tigo 8º do Dec. nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e art. 4º da Res. nº 141 de 23.6.1964, do CONFEA.

Nº 22.124 — Civia S.A. — Infração do art. 8 do Dec. nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933, e art. 4º da Res. nº 141 de 23.6.1964, do CONFEA.

N° 22.125 — Manori Agueda Filho — Infração do art. 8º do Dec. número 23.559, de 11.12.1933, e artigo 4º da Res. nº 141, de 23 de junho de 1964, do CONFEA.

Nº 22.126 — Valente S. A. Iméveis — Infração do art. 3º do Decreto nº 23.569 de 11.12.1933, e artigo 4º da Res. nº 141, de 23 de junho de da Res. nº 141, de 1984, do CONFEA.

Nº 22.127 — Construtora Minas Lida; — Infração do art. 8º do De-creto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933.

Nº 22.128 — Aço Engenharia Lida. — Infração do art. 7º (44º) do De-creto nº 23.569, de 11.12.1933.

Nº 22.129 - Vila Sagres S.A. Infração do \$ 1º do art. 8º e 44º do Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933.

Nº 22 130 — Elias Lovankron — Infração do art. 8º do Dec. nº 23.569 de 11.12.1933, e art. 4º da Res. número 141 de 23.6.1964, do CONFEA.

de 11.12.1933. e art. 4º da Res. número 22.111 — Kalir Reimer — Infrações dos arts. 1º, 3º è 5º do Decreta, nº 22.569 de 11.12.1933.

Nº 22.112 — Delphim Salim de Oliveira — Infrações dos artigos 1º, 3º e 5º do Dec. número 23.569, de 11 de dezembro de 1933.

Nº 22.113 — Luiz Chor — Infrações dos arts. 1º, 3º e 5º do Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933.

— Leopoldo Nery da — Infração da ali-Nº 22.133 Fonseca Júnior — Infração da ali-nea "c" do art. 38 do Decreto nú-mero 23.569, de 11.12.1933.

Nº 22.134 — Predial Cetro Ltds. — Infração do art. 8º (44º) do Decreto nº 23.569, de 11.12.1933.

Ficam os senhores interessados, in-Fram os sennores interessados, in-timados, dentro do prazo de trinta (30) días, a contar da presente pu-blicação, satisfazer o pagamento da-multas constantes dos citados Autos, ou apresentar a defesa que tiverem, dentro do mesmo prazo, sob pena de serem julgados à revelia.

Rio de Janeiro, 23 de novembro de 1964. — Flávio Cardoso da Vetga, Assistente do Diretor da Divsião dos Serviços Gerais.

EDITAL Nº 1.243

Da ordem do Sr. Presidente, torno DA ordem do Sr. Presidente, to no público para o conhecimento dos ineressados que, em data de 11 de novembro de 1964, foram lavredos por este Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura — 5º Região os seguintes Autos de Multa:

Nº 11,112 — Vila Sagres S.A. — Infração do 1 1º do art. 8º do Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro

Nº 11.113 — Themistocles Cordeire de Mello — Infração do artigo 8º do Decreto-lei nº 3.995 de 31 de desembro de 1941.

Nº 11.114 — Costa Pereira Bokel Engenharia e Construções S.A. — Infração do artigo 7º do Decreto nú-mero 23.560, de 11 de dezembro de

Nº 11.115 — Leopoldo Nery da Fon-seta Júnior — Infrações dos artigos 7º e 44º do Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933.

Nº 11.116 — Dorex Aparelhos Do-mésticos S.A. — Infração do arcigo 8º (44º) do Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933.

Nº 11.117 — Pazito & Cia. Lida. — Infração do art. 8º do Decreto-les nº 3.995 de 31 de dezembro de 1941.

Nº 11.118 — Antonio Fontes da Azevedo — Intração dos artigos 1º, 3º e 5º do Decreto n 23.569, de 11 de dezembro de 1933.

Nº 11.119 — Refrigeração Joper Limitada — Infração do art. 8º do Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933.

Nº 11.120 — Imobiliária Nigri Li-miteda — Infração do § 1º do artigo 8º do Decreto nº 23.569, de 11 de de-zembro de 1933.

Nº 11.121 — Jair da Silva Brum — Infração do \$ 1º do art, 8º do De-creto nº 23.569, de 111.2.1933.

Nº 11.122 — Raymundo Paes Barreto Pessoa — Infração do artigo 79 (449) do Decreto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1933.

Nº 11.123 — Incifer Engenharia Comercio e Industris de Ferro Limi-tada — Infração do art. 8º do Da-creto nº 23.569, de 11 de dezembro de 1938,

9 11.124 — Leopoldo Nery da Fonseca Junior — Infração do artigo
 7º (44º) do Decreto nº 23.569, de 11

de dezembro de 1933.

Nº 11.125 — Leopoldo Nery da Fonseca Júnior — Infração do artigo 7º (44º) do Decreto cº 23.569, de 11 de dezembro de 1933.

Floam os senhores interessados intimados a, dentro do prazo da trinta (30) dias, a contar da presente pu-blicação, catisfazer o pagamento das multas constantes dos citados Autos,

multas constantes dos cuados Autos, sob pena de ser promovida a sua cobranga executiva.

Rio de Janeiro, 26 de novembro de 1964. — Flávio Cardoso da Veiga, Assistente do Diretor de Divisão dos Cardoso de Registra de Cardos de Registra de Cardos de C Gorrion Grain.

PRECO DESTE NOMERO CR\$ 10.00